



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO CS/ IFS Nº 128, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

Aprova a revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional
– PDI, insterstício 2020-2024, do IFS.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE faz saber que, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 e o Art. 9º do Estatuto do IFS, considerando o processo IFS nº 23060.001937/2019-10 e a decisão proferida na 1ª Reunião Ordinária do Conselho Superior, ocorrida em 07/02/2022,

RESOLVE:

1– APROVAR a revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, insterstício 2020-2024, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS;

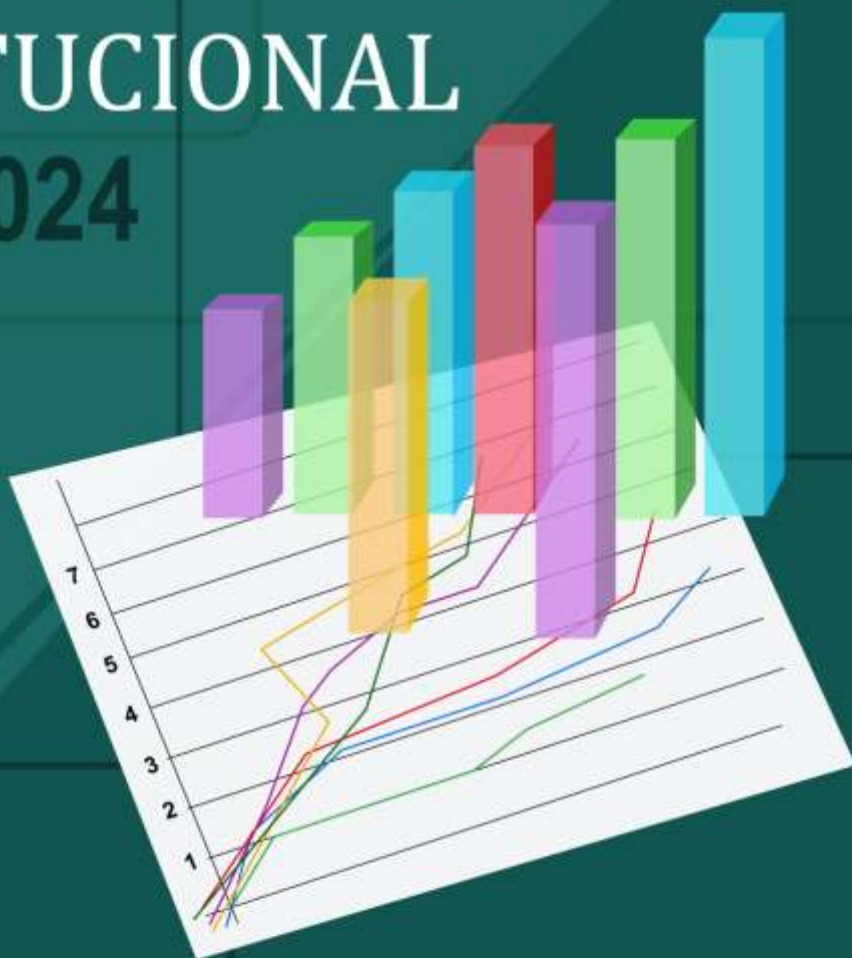
2 – Revogar a Resolução CS/IFS nº 62, de 11/02/2021;

3 – Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Aracaju, 15 de fevereiro de 2022.

Ruth Sales Gama de Andrade
Presidente do Conselho Superior/IFS

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2020-2024





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
2020-2024

Aracaju
fevereiro, 2022
Versão 3.0

QUADRO DE REVISÕES¹

Data	Versão	Descrição	Normativo
25/11/2019	1.0	Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Sergipe (IFS) para o quinquênio 2020-2024	Resolução nº 31/2019/CS
22/01/2021	2.0	Aprova a revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Sergipe (IFS) para o interstício 2020-2024	Resolução nº 62/2021/CS
07/02/2022	3.0	Aprova a revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Sergipe (IFS) para o interstício 2020-2024	Resolução CS/IFS nº128, de 15/02/2022.

¹ As revisões do PDI 2020-2024 estão previstas para ocorrerem anualmente.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Milton Ribeiro

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Tomás Dias Sant'Ana

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Wagner Vilas Boas de Souza

SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Paulo Roberto Araújo de Almeida

ROL DE DIRIGENTES

Reitora

Ruth Sales Gama de Andrade

Pró-Reitor de Administração

Ider de Santana Santos

**Pró-Reitor de Desenvolvimento
Institucional**

José Espínola da Silva Júnior

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Carlos Menezes de Souza Júnior

Pró-Reitor de Ensino

Alysson Santos Barreto

Pró-Reitora de Pesquisa e Extensão

Chirlaine Cristine Goncalves

Diretor de Inovação e Empreendedorismo

Jose Augusto Andrade Filho

Diretor de Tecnologia da Informação

Marcos Pereira dos Santos

Diretor Geral do Campus Aracaju

Elber Ribeiro Gama

Diretor Geral do Campus São Cristóvão

Marco Arlindo Amorim Melo Nery

Diretor Geral do Campus Lagarto

José Osman dos Santos

Diretor Geral do Campus Itabaiana

José Rocha Filho

Diretora Geral do Campus Estância

Sonia Pinto de Albuquerque Melo

Diretor Geral do Campus Glória

Jeanne de Souza e Silva

Diretor Geral do Campus Própria

Jose Luciano Mendonca Moraes

Diretor Geral do Campus Tobias Barreto

Márcio de Melo

Diretor Geral do Campus Socorro

Jose Franco de Azevedo

Diretor Geral do Campus Poço Redondo

Toniclay Andrade Nogueira

COMISSÕES RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO PDI 2020-2024

Comissão Central
([Portaria nº 3165, de 17 de outubro de 2018](#))

Comissões Locais
([Portaria nº 3166, de 17 de outubro de 2018](#))

Organizadora
Econ. Juciana Karla Melo Lima

APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe é uma autarquia comprometida com uma atuação eficiente, eficaz e efetiva nas áreas do Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica.

Para tanto é necessário muito trabalho e empenho no desenvolvimento de um Instituto moderno e competente, na busca incessante pela excelência acadêmica, científica, tecnológica e cultural oferecendo aos alunos um ensino de alta qualidade, com a verticalização e integração com a pesquisa, a extensão e a inovação tecnológica em benefício da sociedade.

Com um modelo de gestão democrática, transparente, ética e focada na inclusão social, no serviço à sociedade e na preservação do meio ambiente, é missão do IFS Promover a educação profissional, científica, técnica e tecnológica de qualidade através da articulação entre ensino, extensão, pesquisa aplicada e inovação para formação integral dos cidadãos.

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI é um valioso instrumento de gestão. É o documento em que se definem a missão da instituição e as estratégias para atingir suas metas e objetivos. Ao estabelecer indicadores de desempenho permite a comparação entre a situação atual e a planejada, indicando as correções que devem ser efetuadas para a consecução dos objetivos e metas traçados. Serve de base para a elaboração dos Planos de Anuais de Trabalho – PATs do quinquênio de sua vigência, enfim, é uma ferramenta de planejamento estratégico de longo prazo e base para os planejamentos tático-operacionais de curto prazo.

A elaboração deste trabalho contou com a participação de todos os segmentos da comunidade de todos os campi e procurou configurar e consolidar as ideias, as diretrizes e as prospecções desses segmentos em suas peculiaridades regionais. Sempre em consonância com os compromissos assumidos com a sociedade, na intenção de gerar uma atuação integrada, articulada e eficaz, no desenvolvimento do Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica. Desse modo as informações contidas neste plano são de responsabilidade dos membros das comissões responsáveis pela elaboração do PDI 2020-2024.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa dos territórios de Sergipe	33
Figura 2 - Profissionais do nível técnico e superior	38
Figura 3 - Cadeia de valor integrada do IFS.....	40
Figura 4 - Mapa Estratégico do IFS 2020-2024.....	41
Figura 5 - Estrutura do Modelo de Gestão de Riscos do IFS	62
Figura 6 - Processo de gestão de riscos no IFS.....	63
Figura 7- Estrutura de Supervisão e Operacionalização	65
Figura 8 - Composição do Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles	66
Figura 9 - Perfil dos servidores do IFS	128
Figura 10 - Evolução do quadro de servidores.....	128
Figura 11 - Percentual de Mestres e Doutores.....	129
Figura 12 - Desafios e ações futuras da gestão de pessoas.....	136
Figura 13 - Organograma do IFS	137
Figura 14 - Composição do Conselho Superior.....	138
Figura 15 - Composição do Colégio de Dirigentes.....	139
Figura 16 - Composição do CEPE	140
Figura 17 - Canais e ferramentas de comunicação do IFS	141
Figura 18 - Organograma da Diretoria Geral de Bibliotecas (DGB)	144
Figura 19 - Bibliotecas vinculadas à DGB	145
Figura 20 - Horário de funcionamento das bibliotecas	152
Figura 21 - Sistema de Governança de TI - SGTIC/IFS.....	162
Figura 22 - Organograma da DEAD proposto	177
Figura 23 - Estruturação humana da equipe da DEAD	179

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Denominações da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão - SE (1924-2010).....	23
Quadro 2 - Características socioeconômicas dos municípios de Sergipe	35
Quadro 3 - áreas de atuação acadêmica	55
Quadro 4 - Mapa de Riscos Estratégicos	58
Quadro 5 - Componentes do Processo de Gestão de Riscos	63
Quadro 6 - Dimensões e meta PPPI	95
Quadro 7 - Oferta de cursos e vagas: Campus Aracaju.....	99
Quadro 8 - Oferta de cursos e vagas: Campus São Cristóvão	99
Quadro 9 - Oferta de cursos e vagas: Campus Lagarto.....	100
Quadro 10 - Oferta de cursos e vagas: Campus Estância	102
Quadro 11 - Oferta de cursos e vagas: Campus Itabaiana	103
Quadro 12 - Oferta de cursos e vagas: Campus Glória	104
Quadro 13 - Oferta de cursos e vagas: Campus Tobias Barreto.....	104
Quadro 14 - Oferta de cursos e vagas: Campus Propriá	106
Quadro 15 - Oferta de cursos e vagas: Campus Socorro	106
Quadro 16 - cursos FIC ofertados	110
Quadro 17 - Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio ofertados	111
Quadro 18 - Cursos Técnicos Concomitantes ao Ensino Médio ofertados	112
Quadro 19 - Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio ofertados	113
Quadro 20 - Cursos Superiores de Tecnologia ofertados	114
Quadro 21 - Cursos de Licenciatura ofertados.....	115
Quadro 22 - Cursos de Bacharelado ofertados	116
Quadro 23 - Cursos de Pós-graduação ofertados.....	117
Quadro 24 - Cursos Proeja ofertados.....	118
Quadro 25 - Cursos na modalidade da educação do campo ofertados	119
Quadro 26 - Oferta de cursos de pós-graduação do IFS	125
Quadro 27 - Regime de trabalho do corpo docente	132
Quadro 28 - Total de servidores técnico-administrativo por requisitos da titulação e por regime de trabalho e titulação	134
Quadro 29 - Acervo Digital	147
Quadro 30 - Acervo por Campus.....	150
Quadro 31 - Acervo por área de Conhecimento.....	151
Quadro 32 - Recursos Humanos das Bibliotecas.....	152
Quadro 33 - Instalações Físicas.....	153
Quadro 34 - Número de assentos para usuários.....	154
Quadro 35 - Recursos de TI para as bibliotecas	156
Quadro 36 - Recursos financeiros.....	157
Quadro 37 - Infraestrutura física e instalações acadêmicas.....	164
Quadro 38 - Programas e Ações contidos na LOA do IFS.....	165
Quadro 39 - Projeção Orçamentária do IFS 2020 a 2024	167
Quadro 40 - Projeção Orçamentária do IFS - 2020 a 2024 – Reitoria.....	168
Quadro 41 - Projeção Orçamentária do IFS - 2020 a 2024 - Campus Aracaju	168
Quadro 42 - Projeção Orçamentária do IFS - 2020 a 2024 - Campus Lagarto	169

Quadro 43 - Projeção Orçamentária do IFS - 2020 a 2024 - Campus São Cristóvão	169
Quadro 44 - Projeção Orçamentária do IFS - 2020 a 2024 - Campus Estância.....	169
Quadro 45 - Projeção Orçamentária do IFS - 2020 a 2020 - Campus Itabaiana.....	170
Quadro 46 - Projeção Orçamentária do IFS - 2020 a 2024 - Campus Glória.....	170
Quadro 47 - Projeção Orçamentária do IFS - 2020 a 2024 - Campus Propriá.....	171
Quadro 48 - Projeção Orçamentária do IFS - 2020 a 2024 - Campus Tobias Barreto	171
Quadro 49 - Projeção Orçamentária do IFS - 2020 a 2024 - Campus Socorro.....	172
Quadro 50 - Infraestrutura física EAD	179
Quadro 51 - Previsão de abertura de Polos da EAD.....	180
Quadro 52 - oferta de cursos a distância credenciados pela Rede e-Tec Brasil.....	181
Quadro 53 - Estruturação humana da equipe da EAD	181
Quadro 54 - Oferta de cursos EAD no campus Aracaju.....	182
Quadro 55 - Oferta de cursos EAD no campus Socorro	183
Quadro 56 - Oferta de cursos EAD no campus Estância	183
Quadro 57- Oferta de cursos EAD no campus Tobias Barreto.....	183
Quadro 58- Oferta de cursos EAD no campus Itabaiana	183
Quadro 59 - Oferta de cursos na Reitoria – Mestrado Profissional	184
Quadro 60 - Processos avaliativos do IFS	185
Quadro 61 - Dimensões e Instrumentos a serem Utilizados no Processo de Autoavaliação.....	185
Quadro 62 - Eixos e dimensões para avaliação institucional	186
Quadro 63 - Cursos Reconhecidos	187
Quadro 64 - Escala de valores para medir o grau de satisfação dos pesquisados .	188
Quadro 65 - Demandas da comunidade: campus Aracaju.....	192
Quadro 66 - Demandas da comunidade: campus São Cristóvão.....	196
Quadro 67 - Demandas da comunidade: campus Lagarto.....	199
Quadro 68 - Demandas da comunidade: campus Itabaiana	201
Quadro 69 - Demandas da comunidade: campus Estância	203
Quadro 70 - Demandas da comunidade: campus Glória	208
Quadro 71 - Demandas da comunidade: campus Propriá	209
Quadro 72 - Demandas da comunidade: campus Tobias Barreto.....	212
Quadro 73 - Demandas da comunidade: campus Socorro	213

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Força de trabalho	129
Tabela 2 - Titulação do corpo docente	130

SUMÁRIO

1. PERFIL INSTITUCIONAL	17
1.1 HISTÓRICO DE IMPLEMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	17
1.1.1 ABORDAGEM HISTÓRICA DA TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL DO CEFET-SE	17
1.1.2 ABORDAGEM HISTÓRICA DA TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL DA EAFSC	21
1.2. NOVA ESTRUTURAÇÃO DO IFS.....	23
1.3. A EXPANSÃO DA REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	25
1.3.1. <i>CAMPUS</i> ESTÂNCIA.....	26
1.3.2. <i>CAMPUS</i> ITABAIANA.....	28
1.3.3. <i>CAMPUS</i> GLÓRIA	29
1.3.4. <i>CAMPUS</i> TOBIAS BARRETO	30
1.3.5. <i>CAMPUS</i> PROPRIÁ	31
1.3.6. <i>CAMPUS</i> SOCORRO	32
1.4. INSERÇÃO REGIONAL	32
1.5. CADEIA DE VALOR INTEGRADA DO IFS.....	39
1.6. MISSÃO, VISÃO, VALORES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	41
1.7 PLANO DE INDICADORES, METAS E INICIATIVAS 2020-2024.....	42
1.8 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICAS	55
1.9. GESTÃO DE RISCOS	57
1.9.1. MODELO DE GESTÃO DE RISCOS	57
1.9.1.1 ESTRUTURA DO MODELO DE GESTÃO DE RISCOS.....	62
1.9.1.2 POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS.....	62
1.9.1.3 PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS.....	63
1.9.1.4 ESTRUTURAS DE SUPERVISÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS	65
1.9.1.5 NORMAS, MANUAIS, FERRAMENTAS E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS	67
1.9.1.6 CAPACITAÇÃO CONTINUADA	67
2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	68
2.1. PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS QUE ORIENTAM A AÇÃO EDUCATIVA DA INSTITUIÇÃO	68
2.1.1 CONCEPÇÃO DO SER HUMANO	68
2.1.2 CONCEPÇÃO DA SOCIEDADE.....	69
2.1.3 CONCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO	69
2.1.4 CONCEPÇÃO DE GESTÃO.....	70
2.1.5 A EDUCAÇÃO INTEGRADA COMO CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA	71
2.1.6 O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO	72
2.1.7 INTEGRAÇÃO COM A CIÊNCIA, A CULTURA E A TECNOLOGIA.....	73

2.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ENSINO	75
2.2.1 POLÍTICA DE ENSINO	75
2.2.1.1 FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES	76
2.2.1.2 ATIVIDADES DE PRÁTICA PROFISSIONAL E ESTÁGIO	78
2.2.1.3 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	79
2.2.1.4 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS E PERSPECTIVAS EM RELAÇÃO À PRÁTICA DOCENTE	80
2.3 POLÍTICA DE PESQUISA.....	81
2.3.1 DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS	82
2.3.2 DAS DIRETRIZES.....	84
2.3.3 DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA DE PESQUISA	84
2.4 POLÍTICA DE EXTENSÃO.....	85
2.4.1 DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS	85
2.4.2 DAS DIRETRIZES.....	86
2.4.5. DOS INSTRUMENTOS.....	87
2.5 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	87
2.6 POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	89
2.7 RESPONSABILIDADE SOCIAL DO IFS	92
2.8 DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO IFS	93
2.9 AVALIAÇÃO DESTE PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	97
3. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DA OFERTA DE CURSOS E VAGAS.....	99
3.1 <i>CAMPUS</i> ARACAJU	99
3.3 <i>CAMPUS</i> LAGARTO	100
3.4 <i>CAMPUS</i> ESTÂNCIA.....	102
3.5 <i>CAMPUS</i> ITABAIANA.....	103
3.6 <i>CAMPUS</i> GLÓRIA	104
3.7 <i>CAMPUS</i> TOBIAS BARRETO.....	104
3.8 <i>CAMPUS</i> PROPRIÁ.....	106
3.9 <i>CAMPUS</i> SOCORRO	106
3.10 <i>CAMPUS</i> POÇO REDONDO (EM IMPLANTAÇÃO).....	108
4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA	109
4.1 A PLURICURRICULARIDADE NO IFS	109
4.1.1 CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA OU QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	110
4.1.2 CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO	111
4.1.3 CURSOS TÉCNICOS CONCOMITANTES AO ENSINO MÉDIO	112
4.1.4 CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES AO ENSINO MÉDIO	113
4.1.5 CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA	114
4.1.6 CURSOS DE LICENCIATURA	114

4.1.7 CURSOS DE BACHARELADO	115
4.1.8 CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	116
4.1.9 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	117
4.1.10 EDUCAÇÃO DO CAMPO	118
4.1.11 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DAS NECESSIDADES ESPECÍFICAS.....	120
4.1.12 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	123
5. OFERTA DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO E STRICTO SENSU	125
6. GESTÃO DE PESSOAS: PERFIL DO CORPO DOCENTE E DOS TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS.....	126
6.1 PERFIL DO CORPO DOCENTE E DOS TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS	129
6.1.1 REQUISITOS DA TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE.....	129
6.1.2 DA EXISTÊNCIA DO PLANO DE CARREIRA DOS DOCENTES E TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS	131
6.1.3. DO REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE	132
6.2. PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO DOS DOCENTES	133
6.3 REQUISITOS DA TITULAÇÃO DOS TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS.....	134
6.4. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DOS TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS.....	135
6.5. CAPACITAÇÃO: ESTRATÉGIA.....	135
6.6. PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS	135
7. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICAS DE GESTÃO	136
7.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ACADÊMICA COM AS INSTÂNCIAS DE DECISÃO	136
7.2 ÓRGÃOS COLEGIADOS: ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIAS E COMPOSIÇÃO (CONFORME ESTATUTO E REGIMENTO GERAL).....	137
7.2.1 CONSELHO SUPERIOR.....	137
7.2.2 COLÉGIO DE DIRIGENTES	138
7.2.3 CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	139
7.2.3 AUTONOMIA DO IFS EM RELAÇÃO À MANTENEDORA.....	140
7.3 DAS AÇÕES DE TRANSPARÊNCIA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES DA INSTITUIÇÃO	140
8. PROJETO DO ACERVO ACADÊMICO EM MEIO DIGITAL.....	142
9. INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕESACADÊMICAS	143
9.1 REDE DE BIBLIOTECAS DO IFS	144
9.1.1 ACERVO DAS BIBLIOTECAS.....	146
9.1.1.1 ACERVO DIGITAL.....	146
9.1.1.2 PERIÓDICOS DE ACESSO LIVRE E ASSINATURAS	147
9.1.1.3 ACERVO DIGITAL DE LIVROS	148
9.1.1.4 ACERVO DIGITAL MULTIDISCIPLINAR	149
9.1.1.5 ACERVO FÍSICO	150
9.1.3 RECURSOS HUMANOS.....	152
9.1.4 INSTALAÇÕES FÍSICAS	153

9.1.4.1 NÚMERO DE ASSENTOS PARA USUÁRIOS	154
9.1.5 SERVIÇOS INFORMACIONAIS	154
9.1.5.1 AÇÕES CULTURAIS E EVENTOS	156
9.1.6 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	156
9.1.7 RECURSOS FINANCEIROS	156
9.1.8 ACESSIBILIDADE	157
9.1.9 PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO	157
9.1.10 MARKETING E DIVULGAÇÃO	157
9.1.11 PLANO DE CONTINGÊNCIA ANUAL PARA AS BIBLIOTECAS DO IFS (INFRAESTRUTURA)	158
9.1.12 PLANO DE CONTINGÊNCIA E DE ATUALIZAÇÃO DOS ACERVOS FÍSICO E DIGITAL DAS BIBLIOTECAS DO IFS	158
9.1.13 TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO	160
9.1.14 DIRETRIZES PÓS-PANDEMIA	160
9.1.15 CONSIDERAÇÕES	160
9.2 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	161
9.3 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS	164
10. CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE ORÇAMENTÁRIA-FINANCEIRA	165
10.1 COMPOSIÇÃO DA MATRIZ ORÇAMENTÁRIA	165
10.1.1 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DO IFS 2020-2024	166
10.2 ESTRATÉGIAS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	173
10.2.1 CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	173
10.2.2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES	173
10.2.3 PROCEDIMENTOS	173
10.2.4 COMPRAS SUSTENTÁVEIS	174
10.2.5 CAPTAÇÃO E ARRECADAÇÃO DE RECURSOS	174
11. OFERTA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA	175
11.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA - EAD E SUA ABRANGÊNCIA NO IFS	175
11.2 ESTRUTURA DO EAD NO IFS	176
11.3 OFERTA DA EAD NO IFS	177
11.4 INICIATIVAS PARA 2020-2024	177
11.5 DESAFIOS DA EAD PARA 2020-2024	178
11.6 PLANO DE ATUAÇÃO DA EAD	179
11.6.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA	179
11.6.2 PREVISÃO DE ABERTURA DE POLOS 2020-2024	180
11.6.3 OFERTAS DE CURSOS PELA REDE E-TEC BRASIL	180
11.6.4 PREVISÃO DE ESTRUTURAÇÃO HUMANA DA EQUIPE DA EAD	181
11.6.5 OFERTAS DE CURSOS EAD NA INSTITUIÇÃO	181

12. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	184
13. DEMANDAS DA COMUNIDADE ACADÊMICA.....	191
13.1 <i>CAMPUS</i> ARACAJU	191
13.2 <i>CAMPUS</i> SÃO CRISTÓVÃO.....	196
13.3 <i>CAMPUS</i> LAGARTO	199
13.4 <i>CAMPUS</i> ITABAIANA.....	201
13.5 <i>CAMPUS</i> ESTÂNCIA.....	203
13.6 <i>CAMPUS</i> GLÓRIA	208
13.7 <i>CAMPUS</i> PROPRIÁ.....	209
13.8 <i>CAMPUS</i> TOBIAS BARRETO.....	211
13.9 <i>CAMPUS</i> SOCORRO	212
13.10 <i>CAMPUS</i> POÇO REDONDO.....	214
14. REFERÊNCIAS	214

1. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 Histórico de implementação e desenvolvimento institucional

Com a promulgação da [Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008](#), que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, inicia-se a história do Instituto Federal de Sergipe – IFS. A instituição *multicampi* é composta pela integração de duas autarquias federais, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe – CEFET-SE e a Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão – EAFSC, sendo que o CEFET possuía uma unidade descentralizada (UNED) localizada no município de Lagarto, a qual com o processo de integração acima referido foi transformada em um dos *campi* do IFS. Foi através do [Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007](#), que viabilizou a Chamada Pública MEC/SETEC nº 002/2007, de 12 de dezembro de 2007, que a referida integração foi viabilizada. Posteriormente, a [Portaria nº 116/SETEC, de 31 de março de 2008](#), publica a relação das propostas de criação dos Institutos aprovados nos diversos estados da Federação, inclusive o Instituto Federal de Sergipe.

A partir de tal processo de integração, os Institutos Federais apresentam uma nova perspectiva no campo da educação profissional e tecnológica, trazendo na essência de sua criação a dimensão de um novo tempo. Haverá, dessa forma, maior abrangência de atuação dessa modalidade de ensino, especialmente com o surgimento das novas unidades, através do plano de expansão, que atuarão como *campi* avançados e vinculados aos seus respectivos Institutos Federais. Cada uma dessas instituições, agora denominada *campus*, tem trajetórias de educação profissional e tecnológica própria que são descritas a seguir.

1.1.1 Abordagem histórica da trajetória institucional do CEFET-SE

O Estado Brasileiro, através do [Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909](#), no governo do então presidente Nilo Peçanha, a pretexto de atender aos “desfavorecidos da fortuna”, isto é, de prover as classes proletárias de meios que garantissem a sua sobrevivência, traz à luz uma rede de Escolas de Aprendizes e Artífices. Apenas em 1º de maio de 1911, a Escola de Aprendizes e Artífices de Sergipe, “irmã caçula” da rede, sob a direção do Dr. Augusto César Leite, dá início às suas atividades oferecendo o ensino primário formado pelas matérias de cultura geral, que compreendiam o curso de Letras e Desenho Geométrico e o ensino de ofícios,

este último representado pelos cursos de Marcenaria, Alfaiataria, Selaria, Ferraria, Mecânica e Sapataria.

Em 1930, as Escolas de Aprendizes e Artífices dão lugar aos Liceus Industriais, mudança de pouca relevância, pois em nada altera os objetivos até então pretendidos. Na Primeira República, como se sabe, eram baixos os índices de urbanização e industrialização e a economia não fazia, praticamente, nenhuma exigência à escola. Na década de 1930, no entanto, já se percebe uma certa presença do capitalismo industrial, que inaugura novo quadro de demandas educacionais por parte de camadas da população cada vez mais expressivas. Em 1942, obedecendo ao novo contexto da economia brasileira, cujo eixo voltou-se da atividade agroexportadora para a industrial, os Liceus Industriais dão lugar às Escolas Técnicas Industriais, ampliando a oferta de ensino para o nível equivalente ao secundário.

Ainda antes do Estado Novo, surge através de comissão de educadores indicada pelo então Ministro Francisco Mariani, proposta de reforma geral da educação nacional, que terminou por dar origem à nossa primeira LDB ([Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961](#)), aprovada pelo Congresso Nacional depois de longa gestação de treze anos. Durante esse longo processo, o conceito de diretrizes e bases antes visto de maneira não integrada, passou a apresentar dinamismo. O termo bases possuiria conteúdo de concepção política, enquanto as diretrizes, invocando a ação adjetiva da educação, apresentariam conteúdo de formulação operativa.

Pela [Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1958](#), a Escola adquire *status* de Autarquia Federal, conquistando autonomia didática, financeira, administrativa e técnica, ofertando o ensino médio e formação profissional, concomitantemente. Tal mudança possibilitava o prosseguimento dos estudos em grau mais elevado, conforme preconizava um de seus objetivos: “proporcionar base de cultura geral e iniciação técnica, permitindo ao educando integrar-se na comunidade e participar do trabalho produtivo ou prosseguir seus estudos”.

Dentro dessa nova perspectiva, o primeiro curso técnico oferecido foi o de Técnico em Edificações, que começou a funcionar em 1962, seguido dos Cursos de Estradas, Eletromecânica, Eletrotécnica e de Máquinas e Motores, buscando atender às necessidades do setor industrial, que evoluía e necessitava de profissionais com formação mais especializada.

O advento da Ditadura Militar marcou expressivamente a política educacional brasileira, sobretudo a educação profissional. As Constituições de [1967](#) e [1969](#), sob inspiração ideológica da “segurança nacional”, abriram espaço para amplo apoio ao ensino particular e reduziram para doze anos a idade mínima permitida para o trabalho de menores, além de cercear a atividade docente. Em 1968, surge a [Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968](#) que tratava somente do ensino superior. Em 1971, nossa segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira ([Lei nº 5.692/71](#)), denominada Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, teve, igualmente, período gestatório lento, porém impermeável a debates e à participação da sociedade civil. Entre outras mudanças, a Lei nº 5.692/71 impõe um cunho técnico-profissional a todo currículo de segundo grau. Por conseguinte, um novo paradigma se estabelece: formar técnicos sob o regime de urgência. Naquele período, as Escolas Técnicas Federais aumentam expressivamente o número de matrículas e implantam novos cursos técnicos.

Em 1980, para suprir as demandas do mercado de trabalho, a Escola Técnica de Sergipe cria o curso de Química, voltado para a área industrial. Já em 1982, os cursos de Auxiliares Técnicos em Eletrotécnica e Telecomunicações, que vinham funcionando há mais de 20 anos, foram extintos, criando-se então o Curso Técnico em Eletrônica.

O acordo firmado entre o MEC e o BIRD, no ano de 1983, marcou o início da política de interiorização da educação profissional, o que resultou para a ETFSE, além da modernização de suas dependências, a construção da Unidade Descentralizada de Lagarto.

Em 1994, a Portaria nº 489, de 06 de abril, autoriza o funcionamento da Unidade de Ensino Descentralizada de Lagarto, que começa a funcionar, de fato, no ano de 1995, ofertando os cursos de Edificações e Eletromecânica, seguidos, em 1996, do curso de Informática Industrial. Em 2007, realiza-se o primeiro vestibular para o curso superior de tecnologia em Automação Industrial.

Em 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#) é aprovada. No ano seguinte, através do Decreto nº 2.208/97, dá-se a regulamentação dos artigos da nova LDB que tratam especificamente da educação profissional. As mudanças alteram todo o processo para

a qualificação de mão de obra, em meio às transformações da educação profissional. Retoma-se, em 1998, o processo de transformação das demais Escolas Técnicas Federais (ETF) em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), sob a égide da [Lei nº 8.948/94](#), do Decreto nº 2.046/97 e da Portaria Ministerial nº 2.267/97.

Em 1998, o Governo Brasileiro assina convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e cria o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), braço financiador da reforma. Tal medida concorreu, de certa forma, para acirrar os debates e impulsionar as Escolas no sentido de ganharem identidade própria e assumirem posição em face da sociedade e da realidade do mundo produtivo. Os anos 90 mereceriam, pois, análise especial e criteriosa, uma vez que as escolas da rede técnico-profissional procederam a uma movimentação sem precedentes no que concerne à construção de suas propostas pedagógicas. Desde então, ficaria visível a opção de cada uma delas, sempre baseada na maturidade construída sobre questões relacionadas principalmente com o tripé educação/trabalho/tecnologia e nas decisões que incidiam na formação do homem e em seus direitos de cidadania.

A partir deste momento histórico, a reformulação curricular que se processou no interior dos CEFET elevaria o potencial da Instituição, capacitando a para responder aos anseios da sociedade e possibilitando mudanças significativas na realidade da região onde se encontra localizada, seja no ensino, na pesquisa ou na extensão. Esse processo construtivo (situado e datado), sintonizado com o desenvolvimento do País numa concepção de escala que vai do regional ao global, referenda essas instituições na produção e democratização do conhecimento em todos os níveis e graus de ensino, sempre tomando como fundamento precípua a dimensão humana da formação, traduzida no sentido da emancipação.

Em Sergipe, o projeto institucional de implantação do CEFET foi protocolado em Brasília sob o número 230/98-66. A Escola Técnica de Sergipe, todavia, somente em 13 de novembro de 2002 passaria a ocupar o *status* de Centro Federal de Educação Tecnológica, após quatro anos de atendimento às diligências para aprovar seu projeto institucional. Em 2003/04, ocorre a oferta dos Cursos Superiores de Tecnologia em Saneamento Ambiental e Ecoturismo. Em 2006/07, são lançados os cursos de Licenciatura em Matemática e o de Graduação Tecnológica em Automação

Industrial e, finalmente, em 2008/09 oferece Engenharia de Produção Civil e Licenciatura em Química.

Com o advento da primeira Reforma do Ensino Profissional, mediante o [Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997](#), que regulamenta os artigos 36 e de 39 a 41 da atual LDB, a Escola passa a ofertar, nos moldes dessa Reforma, cursos de Nível Básico, Técnico e o Ensino Médio. Nesse momento, os desenhos curriculares assumem uma estrutura modular, por competências e dissocia o ensino médio do técnico. Convém ressaltar que a concepção subjacente a esse modelo não teve aceitação de parte expressiva dos educadores. Além desses fatores, destaca-se também que nesse período os estudantes egressos do ensino fundamental matriculavam-se no ensino médio e ao concluírem esse nível de ensino, quando aprovados no concurso vestibular, evadiam-se dos cursos técnicos, elevando assim, os índices de evasão da Instituição, apesar da oferta da concomitância interna.

Em 23 de julho de 2004, entra em vigor o [Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004](#) que revoga o Decreto nº 2.208/97, definindo e regulamentando nova articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio, através da forma integrada.

A partir dessa prerrogativa legal, o CEFET-SE pôde estruturar seus currículos, ofertando em 2007 dez cursos técnicos integrados e quatro na modalidade EJA, tendo como pressuposto a formação integral do educando, superando assim a segmentação e a desarticulação entre formação geral e profissional. Ou seja, partiu-se da compreensão de que Educação é o exercício de uma prática social transformadora e que a missão deste Centro seria promover educação que combinasse os saberes científicos, tecnológicos e humanistas. Com isto, contribuiu-se para a formação do cidadão trabalhador, crítico, reflexivo, competente e comprometido com as transformações sociais, políticas e culturais, vis-à-vis ao mutante mundo do trabalho.

1.1.2 Abordagem histórica da trajetória institucional da EAFSC

A Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, uma autarquia federal, vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), localizada na região leste do Estado de Sergipe, situada no Km 96 da BR 101, no povoado Quissamã, município de São Cristóvão, fica equidistante dos centros urbanos de

Aracaju e São Cristóvão aproximadamente 19 (dezenove) quilômetros. A Escola teve sua origem no Patronato São Maurício, que fora criado em 1924 pelo governo do Estado de Sergipe e oferecia curso de aprendizes e artífices a crianças e adolescentes com problemas de ajustamento social e emocional.

Em 1926, o Patronato teve sua denominação modificada, passando a se chamar Patronato de Menores "Francisco de Sá" em homenagem ao Ministro da Aviação do Governo Artur Bernardes. Em 1931, o interventor federal, Augusto Maynard Gomes, modificou a denominação do Patronato, que passou a se chamar Patronato de Menores "Cyro de Azevedo". Dez anos após a sua instalação, o Patronato de Menores "Cyro de Azevedo" foi federalizado. Em 1934, o "Patronato" recebe através de Decreto, nova denominação, "Aprendizado Agrícola de Sergipe" e, em 1939, passou a "Aprendizado Agrícola Benjamin Constant". A partir de 1943, é autorizado a manter cursos de ensino rural com duração de três anos, destinados à formação de trabalhadores rurais¹.

Em agosto de 1946, a Lei Orgânica do Ensino Agrícola estruturou o ensino técnico profissional no Brasil. Neste momento, o aprendizado recebeu nova denominação passando a se chamar "Escola de Iniciação Agrícola Benjamin Constant". Esse tipo de escola ministrava o curso de Iniciação Agrícola, qualificando em dois anos operários agrícolas e complementando em mais três anos o curso de Mestria Agrícola.

Em 1952, quando a escola passou a ministrar os ensinos primário e ginásial, foi denominada "Escola Agrícola Benjamin Constant". As Escolas Agrícolas foram criadas com o objetivo de formar técnicos agrícolas em nível médio, mantendo dois cursos: o de Técnico em Agropecuária, presente em todas as escolas, e o de técnico em Economia Doméstica, existente em algumas delas, inclusive na então "Escola Agrícola Benjamin Constant". Com o advento da [Lei nº 4.024/61](#), Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a partir de 1964 a denominação da escola foi novamente modificada passando a ser chamada "Colégio Agrícola Benjamin Constant".

A última alteração do nome da instituição ocorreu em 1979, quando passou a se chamar "Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão".

Quadro 1 - Denominações da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão - SE (1924-2010)

DENOMINAÇÕES	ANO DE ADOÇÃO
Patronato São Maurício	1924
Patronato de Menores "Francisco de Sá"	1926
Patronato de Menores "Cyro de Azevedo"	1931
Aprendizado Agrícola de Sergipe	1934
Aprendizado Agrícola "Benjamin Constant"	1939
Escola de Iniciação Agrícola "Benjamin Constant"	1946
Escola Agrícola "Benjamin Constant"	1952
Escola Agrotécnica "Benjamin Constant"	1957
Colégio Agrícola "Benjamin Constant"	1964
Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão	1979

Fonte: Coleção de leis e decretos do Estado de Sergipe referente aos anos de 1924 a 1931 e coleção das edições do Diário Oficial da União referentes aos anos de 1934 até 1979.

Em 17 de novembro de 1993, a Escola, juntamente com o CEFET, é transformada em autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, através da Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993. Antes de ser transformada em autarquia federal, a Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão SE sofreu quatro grandes reformas administrativas, nos anos de 1925, 1927, 1964 e 1979.

1.2. Nova Estruturação do IFS

Com a criação do IFS, a Unidade Sede e a UNED Lagarto do CEFET tornaram-se, respectivamente, *campus* Aracaju e *campus* Lagarto, enquanto a EAFSC, tornou-se *campus* São Cristóvão.

O *campus* Aracaju, instituído em 2009 e implantado na estrutura da antiga Unidade Sede do CEFET-SE, situa-se no Bairro Getúlio Vargas, na cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe, localizada no litoral e banhada por dois grandes rios: Sergipe e Poxim. A economia aracajuana baseia-se nos serviços e na indústria. Ocupa posição geográfica privilegiada, que lhe permite exercer influência direta nos municípios de Nossa Senhora do Socorro, Barra dos Coqueiros e São Cristóvão, os quais fazem parte da região considerada "Grande Aracaju".

O *campus* São Cristóvão, parte integrante da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, atua na área educacional promovendo educação profissional nos cursos técnicos de nível médio e cursos superiores de tecnologia. É a única instituição no estado de Sergipe a disponibilizar regime de internato para

alguns estudantes, fornecendo moradia e alimentação. Composto por uma área de 868 hectares, o *campus* localiza-se na BR-101, Km 96, Povoado Quissamã, município de São Cristóvão

O *campus* Lagarto situa-se no município de Lagarto. O município ocupa uma área de 968,92 km², segundo os dados do IBGE, é o terceiro maior município em população de Sergipe, que compõe uma área dividida em mais de 100 povoados, com um bom sistema de transporte. Sua economia baseada em atividades agropecuárias e um crescente número de indústrias, principalmente ligadas a produtos alimentícios, embalagens e móveis. Conhecida pelos seus moradores como “Cidade Ternura”, Lagarto possui uma história que data de meados do século XVII, e passou por diversas etapas de nomeação até chegar a condição de cidade em 1880. Sua economia baseia-se na agricultura, com o cultivo de fumo, frutas cítricas, mandioca; na pecuária de corte e criação de ovinos; a indústria do tabaco tem destaque, além das indústrias de embalagens, móveis e alimentícias

No ano de 1988, inicia-se a interiorização da educação profissional em Sergipe com as preparações para a construção das instalações da UNED - Unidade de Ensino Descentralizada de Lagarto. Em 1994, a Portaria nº 489, de 06 de abril, autoriza o funcionamento da Unidade de Ensino Descentralizada de Lagarto, que começa a funcionar, de fato, no ano de 1995, ofertando os cursos de Edificações e Eletromecânica, seguidos, em 1996, do curso de Informática Industrial.

No ano de 1995, a Unidade Descentralizada de Ensino de Lagarto (UNED-Lagarto) passou a funcionar com a oferta de cursos técnicos, e desde então tem sido por mais de duas décadas promotor do desenvolvimento de mão de obra especializada e educação básica de qualidade inquestionável. A partir de 2009, a UNED-Lagarto transformou-se em *campus* Lagarto, ganhando autonomia na administração e orçamento, crescendo conforme indicadores de gestão e produção acompanhados. A evolução no número de cursos superiores ofertados pelo *campus* é uma prova inequívoca de estar-se na linha do tempo crescendo com os processos industriais, inclusive com boas avaliações pelo MEC. O *campus* Lagarto é um dos braços do IFS que se responsabiliza pela ampliação da educação Técnica e Tecnológica dentro do Centro Sul do estado, devido às melhores condições para

ofertar gratuitamente o ensino inovador, levando em consideração as condições físicas e laboratoriais da sua infraestrutura de apoio.

As ofertas de cursos se ampliam, acrescentam-se aos já ofertados no início dos cursos técnicos de Edificações e Eletromecânica, o de Informática, junto com a oferta do Ensino Médio, à época denominado 2º Grau. Em 2007 foi realizado, em Lagarto, o primeiro processo seletivo para cursos superiores, o curso Tecnológico em Automação Industrial, além de cursos de menor duração. Atualmente permanecem os três cursos iniciais, agora na modalidade integrado ao Ensino Médio, Redes de Computadores, Eletromecânica, e Edificações, também estes dois últimos na modalidade técnica subsequente ao Ensino Médio. A oferta de cursos superiores tem, além de Tecnológico em Automação Industrial, a Licenciatura em Física e o Bacharelado em Sistema de Informação, somou-se a estes, a implantação do curso de Engenharia Elétrica no período de 2017.2 e Arquitetura e Urbanismo para 2019.2. A matrícula em 2018 foi de 1.171 discentes sendo 716 nos cursos do Ensino Médio Técnico Integrado e Subsequente e 455 discentes dos cursos Superiores.

1.3. A Expansão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica

A expansão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), programada para ocorrer em três fases, no período de 2005 a 2014, foi uma ação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). A partir de 2008, iniciou-se a segunda fase do plano de expansão, com a construção de 150 novas unidades para contemplar os 26 estados e o Distrito Federal. Em 2009, 64 unidades da primeira fase estavam implantadas ou em processo de implantação.

Na segunda fase da expansão, a definição das localidades contempladas orientou-se por uma abordagem multidisciplinar, fundamentada em análise crítica de variáveis geográficas, demográficas, socioambientais, econômicas e culturais, com destaque para as seguintes finalidades:

- Distribuição territorial equilibrada das novas unidades de ensino;
- Cobertura do maior número possível de mesorregiões em cada Unidade da Federação;
- Proximidade das novas unidades de ensino aos Arranjos Produtivos Locais instalados e em desenvolvimento;

- Interiorização da oferta pública de educação profissional e de ensino superior;
- Redução dos fluxos migratórios originados nas regiões interioranas com destino aos principais centros urbanos;
- Aproveitamento de infraestruturas físicas existentes;
- Identificação de potenciais parcerias.

Nesta fase, foi autorizada, em 2008, a construção de 150 novos *campi* pelo país, dentre eles, três no Estado de Sergipe, nos municípios de Nossa Senhora da Glória, Itabaiana e Estância, com vistas à interiorização da oferta pública de Educação Profissional e de Ensino Superior.

Com a terceira fase da expansão, iniciada em 2011, o IFS foi contemplado com mais quatro *campi*, localizados nos municípios de Nossa Senhora do Socorro, Tobias Barreto, Propriá e Poço Redondo, que atenderam aos critérios utilizados pelo Governo Federal, como de serem municípios em microrregiões não atendidas por escolas federais.

Nessa fase de expansão, em atendimento ao acordo firmado entre o Governo Federal e os 120 Municípios contemplados, o Instituto aceitou os terrenos doados pelas respectivas prefeituras para a instalação das unidades de Educação Profissional. Posteriormente, o IFS elaborou os projetos arquitetônicos, abriu licitação e deu início à ordem de serviço para construção dos novos *campi*. Atualmente, possuem sede própria, o *campus* Socorro, inaugurado em setembro de 2017 e o *campus* Tobias Barreto, inaugurado no final de 2019. A obra do *campus* Poço Redondo foi concluída (2020) e as dos *campi* Glória e Propriá encontram-se em fase de finalização.

1.3.1. *Campus* Estância

O *campus* Estância situa-se no município de Estância, localizado no território sul sergipano, distando 67 km da capital e se destaca economicamente nas seguintes áreas: comércio, agricultura, indústria alimentícia e têxtil, construção civil, fornecimento de energia e turismo, com ênfase para a área litorânea.

Constituído em uma sede provisória, através de convênio firmado com a Prefeitura, o *campus* Estância iniciou suas atividades com a oferta de Cursos Técnicos Subsequentes, em 2011, na área de Edificações e, no ano seguinte, na área de

Eletrotécnica, definidos a partir de uma audiência pública e alinhados aos Arranjos Produtivos Locais - APLs.

Em seguida, inovou com a oferta do Curso Técnico Subsequente em Recursos Pesqueiros, fruto de uma decisão interna, pois a Direção Geral, à época, juntamente com a equipe de servidores, entenderam que a sede provisória não apresentava estrutura física para a oferta do curso de Informática, demandado em audiência pública, adiando, assim, esta oferta para o *campus* definitivo.

A escolha de um curso na área pesqueira considerou os seguintes fatores: a região do *campus* tem uma forte tradição na área da pesca, com 26 (vinte seis) comunidades pesqueiras, sendo 12 (doze) em Estância, 06 (seis) em Santa Luzia e 08 (oito) em Indiaroba (cidades vizinhas), além de inúmeras organizações sociais de pescadores. Estas comunidades praticam diversos tipos de pesca, como também se dedicam à Piscicultura, Carcinicultura, Ostreicultura, abrindo com isso, fundamentos para a oferta do curso de Aquicultura.

Em outubro de 2014, o *campus* Estância foi transferido das instalações provisórias na antiga Escola de Comércio para sede própria, localizado no bairro Valter Cardoso Costa, mais conhecido como Cidade Nova. O bairro foi fundado no ano de 1977 pelo saudoso Valter Cardoso Costa, na época prefeito de Estância, sendo batizado com o nome do próprio fundador. Segundo dados da época, o local era um grande terreno abandonado onde funcionava apenas um campo de aviação. A área que pertencia ao Governo do Estado passou para o domínio do Município e o prefeito da época, Valter Cardoso fez a doação de 40 mil m² distribuídos em lotes para cada família que a princípio construíram 3 mil casas. Atualmente, o bairro possui um desenvolvido e diversificado centro comercial, contribuindo bastante para o crescimento da economia da cidade de Estância e se tornou o bairro mais populoso da região. (SECOM/ Prefeitura de Estância, 2016).

A partir de então, o *campus* ofertou novos cursos, quando em 2015, passou a ofertar o curso de Bacharelado em Engenharia Civil atendendo à demanda local, estadual e nacional, inclusive oportunizando a verticalização dos itinerários formativos para aqueles alunos egressos do curso de Edificações. O curso Bacharelado em Engenharia Civil, em junho de 2018, passou pela sua primeira avaliação junto ao Ministério da Educação - MEC para reconhecimento, obtendo aprovação com nota 4

(quatro). Em 2017, alinhando-se à área de Recursos Pesqueiros já ofertada, o *campus* passou a ofertar o curso Técnico de Nível Médio Integrado em Aquicultura.

No campo de seu histórico, além dos cursos técnicos presenciais, o *campus* ofertou o Curso Técnico em Administração, na modalidade EaD, e cursos em mais quatro programas do Governo Federal: PROEJA, Mulheres Mil, PRONATEC e PROFUNIONÁRIO. Ofertou, também, o curso Técnico de Reabilitação de Dependentes Químicos e Técnico de Administração, ambos na oferta Subsequente na modalidade EaD, que funcionaram nos polos de Cristinápolis e Itabaianinha.

Enquanto direcionamentos futuros, a comunidade escolar vem discutindo a ampliação da oferta já existente, inclusive considerando a saída da área de Recursos Pesqueiros/Aquicultura do *campus* Estância para o *campus* São Cristóvão, conforme sinalizado pela gestão atual. A discussão das novas ofertas alinha-se ao Termo de Acordo de Metas, incluindo a necessidade de atendimento de cursos para a Formação de professores, via Licenciatura ou cursos de Pós-Graduação, e à solidificação da oferta de cursos técnicos que, hoje, correspondem a mais de 60% das vagas do *campus*.

Assim, o amadurecimento da discussão acerca da expansão e da oferta do Ensino no *campus* Estância passa, também, pela necessidade de um planejamento articulado que vise otimizar os recursos, espaços e corpo docente existente ao mesmo tempo em que se alinha à demanda regional por educação pública de qualidade.

1.3.2. *Campus* Itabaiana

A instalação de um *campus* do Instituto Federal de Sergipe em Itabaiana veio atender às necessidades de um município em crescimento. Itabaiana é a quarta maior cidade do estado, e fica a apenas 54 quilômetros da capital. Possui uma grande concentração de atividades comerciais em áreas como alimentação, tecido e materiais de construção, tanto no atacado quanto no varejo, e de indústrias de pequeno porte. Os cursos ofertados neste *campus* visam colaborar com os principais Arranjos Produtivos Locais, observando-se os desafios e as oportunidades característicos da região, definidos em audiências públicas.

O início das atividades do IFS em Itabaiana data de 2011, em um espaço cedido pela Secretaria de Estado de Educação e Desporto, por meio de um convênio com o

Governo do Estado, nas dependências do Colégio Estadual Murilo Braga. Nessa época, foi ofertado à comunidade o curso Subsequente e o curso Técnico de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio em Manutenção e Suporte em Informática.

A partir de 2012, as atividades do *campus* Itabaiana passaram a ser desenvolvidas, provisoriamente, em um prédio locado por meio do contrato administrativo nº 16/2012. Em 2013, foram ofertados o Curso Superior de Tecnologia em Logística, o Curso Técnico Integrado em Agronegócio, o Programa Mulheres Mil (auxiliar de arquivo, informações turísticas, operador de processamento de frutas e hortaliças, reciclador e camareira), curso de formação técnica para funcionários da educação - PROFUNCIÁRIO (alimentação escolar, infraestrutura escolar, secretaria escolar e multimeios didáticos), além de um curso de Formação Inicial e Continuada – FIC / PROEJA (operador de micro), e os ofertados na modalidade à distância: Técnico em Transações Imobiliárias e Técnico em Administração.

O *campus* ofertou também cursos Formação Inicial e Continuada - FIC via Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC: recepcionista, espanhol básico, operador de micro, operador de processamento de frutas e hortaliças, reciclador, auxiliar administrativo, auxiliar de arquivo, camareira, informações turísticas e cursos concomitantes em Agronegócio e Manutenção e Suporte em Informática em parceria com a Rede Estadual de Ensino.

1.3.3. *Campus* Glória

O *campus* Glória está situado na cidade de Nossa Senhora da Glória, popularmente conhecida como a “Capital do Sertão”. Localizada a 121 Km de distância da capital Aracaju, conta com uma economia em franca expansão, principalmente no setor de leite e derivados, devido à presença de importantes indústrias de laticínios. Outra atividade de grande importância na região é a agricultura, com destaque para as culturas do feijão e do milho.

Os cursos ofertados visam colaborar com os principais APL – Agricultura, Produção Alimentícia e Comércio – que foram definidos em audiências públicas, nas quais foram observados os desafios e as oportunidades característicos da região.

Mesmo com as obras de construção do *campus* (localizado no povoado Piabas) não concluídas, em 2011 foram firmados convênios com a Prefeitura Municipal e com

o Governo do Estado, por meio da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO), que permitiram o início das atividades, provisoriamente, no Parque de Exposições João de Oliveira Dantas.

Em 2011 e 2012, entraram em funcionamento os primeiros cursos regulares do *campus* – Técnico de Nível Médio em Alimentos, Técnico de Nível Médio em Agroecologia e Superior em Tecnologia em Laticínios - além de mais três programas complementares do Governo Federal: Mulheres Mil, Programa de Acesso ao Emprego e ao Ensino Técnico - PRONATEC e PROFUNCIÓNÁRIO, que objetivam a ampliação do acesso ao ensino profissional, científico e tecnológico.

Em 2016, teve início o curso Técnico Integrado em Agropecuária, onde estudantes e egressos do mesmo têm obtido resultados expressivos nas avaliações nacionais como ENEM, OBFEP, OBMEP e OSEQUIM, além de publicações de livros e artigos em revistas científicas nacionais e internacionais.

Atualmente, os cursos em vigor são o Técnico de Nível Médio em Alimentos, Técnico Integrado em Agropecuária e Superior em Tecnologia em Laticínios.

1.3.4. *Campus* Tobias Barreto

O *campus* Tobias Barreto situa-se no município de Tobias Barreto, localizado no território sul sergipano, distando 131 km da capital. O município se destaca economicamente nas seguintes áreas: comércio e confecção têxtil.

Funcionando em uma sede provisória, através de convênio firmado com a Prefeitura, o *campus* Tobias Barreto oferta os cursos técnicos em Informática e Comércio (na forma subsequente), Desenvolvimento de Sistemas e Comércio (na forma concomitante) e cursos FIC de Vendedor e Operador de Computador, todos na modalidade presencial.

O curso técnico subsequente em Informática foi o primeiro curso ofertado, iniciando suas aulas em 26 de novembro de 2014. A escolha de um curso na área de Informática levou em consideração a importância desta área para o desenvolvimento do comércio e da sociedade.

O segundo curso ofertado, técnico subsequente em Comércio, iniciou suas atividades em 24 de novembro de 2015. A escolha por este curso considerou seu alinhamento com os Arranjos Produtivos Locais - APL.

Os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Vendedor (em 19 de setembro de 2016) e Operador de Computador (em 13 de março de 2017) surgiram logo após, a partir da necessidade de suprir a comunidade com os conhecimentos e competências abordados por estes cursos, em um formato mais compacto.

A partir de um convênio com a Secretaria da Educação, surgiu a oportunidade de ofertar dois cursos técnicos na modalidade concomitante: Desenvolvimento de Sistemas e Comércio, ambos iniciando em 04 de fevereiro de 2019. Essa modalidade oportuniza a alunos cursando ensino médio na rede pública ou privada a possibilidade de participarem e alcançarem uma formação de técnico.

1.3.5. *Campus* Propriá

A implantação de um *campus* do Instituto Federal de Sergipe no coração do conhecido Baixo São Francisco Sergipano, vem ao encontro das reais necessidades não apenas do município em que está instalado, mas, estende-se a toda região, uma vez que a cidade de Propriá se constitui como polo para o qual convergem todas as principais ações desenvolvidas nesse entorno. Com espaço cedido pela Prefeitura Municipal, a sede provisória do *campus* Propriá funciona na antiga Escola Técnica do Comércio, situada na rua Rotary, nº 330, em pleno centro da cidade, enquanto o novo prédio, dotado de sala de aula, laboratório, biblioteca, cantina, área de convivência e sala de professores, está sendo construído às margens da BR 101, com estrutura para receber mais de 1.000 estudantes.

O *campus* Propriá apresenta um raio de abrangência geográfica que engloba pelo menos vinte cidades pertencentes, principalmente, à região do baixo São Francisco Sergipano. Nessa região, destacam-se as cidades de Aquidabã, Igreja Nova, Japoatã, Neópolis, Porto Real do Colégio e Propriá. Com a chegada desse *campus* passou a existir na região uma instituição pública que oferte vagas em cursos superiores na modalidade presencial, sobretudo em cursos da área de tecnologia e, assim, a atender a demanda também daquelas cidades

A região do Baixo São Francisco apresenta uma demanda reprimida de alunos egressos do sistema escolar regular do ensino médio na região, aptos ingressar em cursos de nível superior. Na identificação dessa demanda, considerando o seu comprometimento na promoção e no desenvolvimento sustentável da região, o

campus Propriá oferta cursos e programas que possibilitem a qualificação técnica, na modalidade inicial e continuada, por meio de cursos que proporcionam a inclusão social de cidadãos e cidadãs com vistas a (re) integração no mundo do trabalho.

1.3.6. *Campus* Socorro

O *campus* Socorro foi incluído no Estatuto do IFS pela Resolução 46/2014/CS/IFS. O Estudo de Mercado – realizado pelo Núcleo de Análise Econômicas da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, em 2016) – indicava, como curso de alta viabilidade apenas o Técnico em Enfermagem, e como média viabilidade: Engenharia Civil, Técnico em Administração, Ciência da Computação e Técnico em Informática. Por razões organizacionais, a gestão implantou o curso Técnico em Manutenção e Suporte de Computadores, na modalidade subsequente, nos turnos matutino e vespertino.

As atividades com aulas iniciaram-se em 2017.2, com uma turma em cada turno. A cada período foi selecionada uma nova turma, de forma que, em 2019.1, temos três turmas funcionando em cada turno, matutino e vespertino. O *campus* foi projetado em um conjunto de três prédios: um administrativo, um com salas de aula e um com laboratórios. O administrativo foi o primeiro a ser totalmente construído e os outros ainda não estão em obras. Assim, organiza-se o espaço de ensino em três salas de aula, um laboratório de manutenção, um laboratório de redes, um laboratório de informática, um laboratório de eletrônica, um miniauditório e uma biblioteca. No prédio ainda se encontram as dependências do setor administrativo e da gestão do ensino.

O *campus* está localizado na Região Metropolitana de Aracaju, na região que reúne os bairros mais populosos do município de Nossa Senhora do Socorro.

A situação geográfica do *campus* o torna capaz de atender às demandas de formação de moradores do norte de Aracaju e do município de Barra dos Coqueiros.

1.4. Inserção Regional

Sergipe possui 75 municípios, agrupados em 3 mesorregiões e 13 microrregiões, conforme classificação do IBGE. Em 2007, o Governo do Estado de Sergipe, em parceria com a Universidade Federal de Sergipe (UFS), elaborou uma nova territorialização baseada nas características geoambientais, econômicas, sociais

O Baixo São Francisco tem uma base produtiva pouco diversificada e um produto pequeno, em grande parte oriundo dos serviços, com grande concentração no setor governamental. A indústria é incipiente e de pouca representatividade, com algum destaque para a indústria têxtil e a produção de cimentos. A produção de cerâmica vermelha tem sua importância para a região. O Baixo São Francisco apresenta baixos indicadores sociais, tendo um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) de Sergipe. O IFS está presente em Propriá, que é a cidade mais próspera da região.

O Médio Sertão tem uma base produtiva pouco diversificada, com grande parte dos serviços formada pelo setor governamental, e com reduzida produção industrial. A bovinocultura e as culturas de subsistências são a base da agropecuária local, gerando baixo valor adicionado. O Médio Sertão apresenta baixos indicadores sociais. Atualmente o IFS não está presente nesse território.

O Leste Sergipano tem boa parte dos serviços formada pelo setor governamental, possui tradição na cultura de cana-de-açúcar, e a presença de usinas de açúcar e álcool são fortes na região. Registra ainda uma baixa diversificação da cadeia industrial, apesar da presença marcante da indústria de petróleo e gás e da extração de minérios, sobretudo o potássio. Dessa forma, esse território é um exemplo claro de exploração de riquezas minerais não revertidas para o bem-estar da população local. Atualmente o IFS não tem *campus* nesse território.

O Agreste Central é marcado por alta participação dos serviços. A capacidade de distribuição de produtos hortifrutigranjeiros tem grande destaque, e a agricultura tem muita importância para essa região. Apesar de Itabaiana ser um reconhecido centro comercial, a elevada participação dos serviços no restante do território vem do próprio setor público. O território registra indicadores sociais baixos. O IFS está presente em Itabaiana, cidade mais próspera da região.

O Sul Sergipano, apesar de pequeno valor adicionado da indústria, tem tradição industrial, sobretudo em Estância. A agroindústria da laranja é forte, fazendo de Estância o maior exportador de Sergipe. As atividades de confecções e cerâmica vermelha, embora importantes para parcela da população, não possuem potencial de geração de riquezas. O turismo, que já foi razoável no litoral, hoje é decadente. O

território apresenta baixos indicadores sociais. O IFS está presente em Estância, cidade mais próspera da região.

O Centro-Sul tem grande parte da sua economia oriunda dos serviços, sobretudo governamental. Embora a indústria gere muitos empregos formais, gera pouco valor adicionado. A indústria de alimentos e de confecções se destacam. A pecuária de corte é forte na região. O Centro-Sul registra baixos indicadores sociais. O IFS está presente em Lagarto (município mais próspero do território) e em Tobias Barreto.

Sobre a Grande Aracaju, é o principal polo industrial, comercial e de serviços de Sergipe, concentrando grande parte do emprego formal e do valor adicionado dessas atividades. Excetuando-se Aracaju, o território apresenta indicadores sociais baixos. O IFS está presente em Aracaju, São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro.

As características socioeconômicas dos municípios que compõem as áreas de abrangência do IFS podem ser observadas na Quadro 3.

Quadro 2 - Características socioeconômicas dos municípios de Sergipe

Território/Município	Área (km²)	População	IDHM	PIB per capita
Alto Sertão	4911,625	146.479	-	-
Canindé de São Francisco	902,248	24.686	0,567	R\$ 55.577,96
Gararu	654,994	11.405	0,564	R\$ 9.060,11
Monte Alegre de Sergipe	407,408	13.627	0,553	R\$ 9.368,51
Nossa Senhora da Glória	756,49	32.497	0,587	R\$ 15.140,16
Nossa Senhora de Lourdes	81,061	6.238	0,598	R\$ 9.883,30
Poço Redondo	1.232,123	30.880	0,529	R\$ 8.624,15
Porto da Folha	877,301	27.146	0,568	R\$ 9.319,47
Baixo São Francisco	1.949,846	125.174	-	-
Amparo de São Francisco	35,133	2.275	0,611	R\$ 11.867,65
Brejo Grande	148,858	7.742	0,54	R\$ 9.318,38
Canhoba	170,289	3.956	0,569	R\$ 12.976,74
Cedro de São João	83,71	5.633	0,623	R\$ 8.783,09
Ilha das Flores	54,64	8.348	0,562	R\$ 8.494,84
Japoatã	407,421	12.938	0,56	R\$ 11.479,53
Malhada dos Bois	63,199	3.456	0,599	R\$ 13.448,13
Muribeca	75,863	7.344	0,626	R\$ 10.694,67
Neópolis	265,953	18.506	0,589	R\$ 14.311,74
Pacatuba	373,818	13.137	0,555	R\$ 12.464,00
Propriá	92,461	28.451	0,661	R\$ 16.256,45

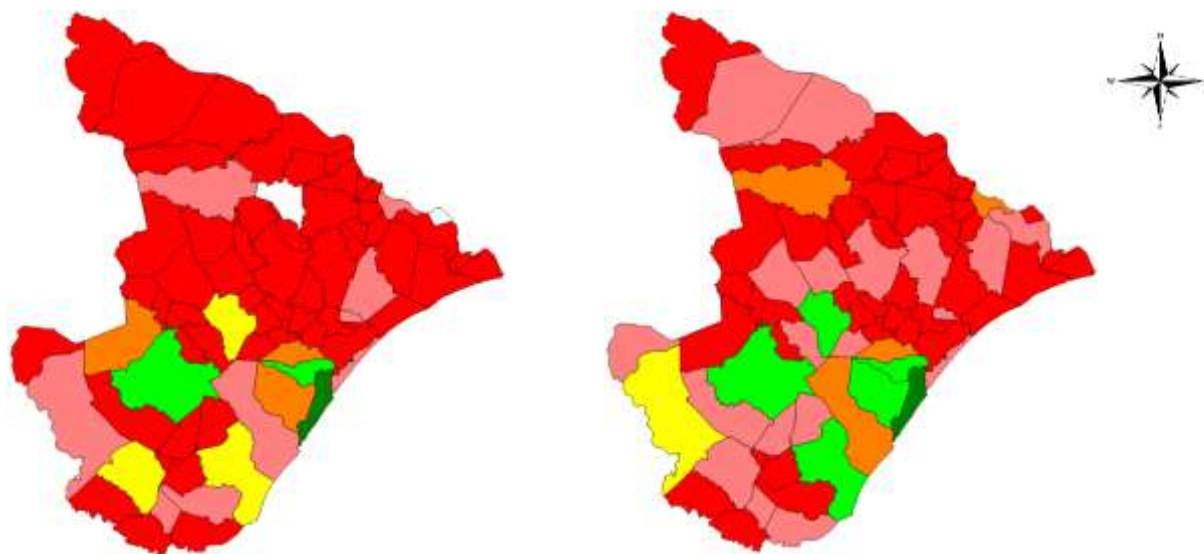
Território/Município	Área (km²)	População	IDHM	PIB per capita
Santana do São Francisco	45,62	7.038	0,59	R\$ 10.609,33
São Francisco	83,854	3.393	0,587	R\$ 9.872,84
Telha	49,027	2.957	0,604	R\$ 10.427,26
Médio Sertão	1.582,651	64.390	-	-
Aquidabã	359,286	20.056	0,578	R\$ 10.025,75
Cumbe	128,597	3.813	0,604	R\$ 10.378,97
Feira Nova	184,933	5.324	0,584	R\$ 11.938,89
Gracho Cardoso	242,062	5.645	0,577	R\$ 11.409,36
Itabi	184,423	4.972	0,602	R\$ 11.213,17
Nossa Senhora das Dores	483,35	24.580	0,6	R\$ 10.815,57
Leste	1.510,274	97.726	-	-
Capela	442,744	30.761	0,615	R\$ 9.603,59
Carmópolis	45,905	13.503	0,643	R\$ 20.018,92
Divina Pastora	91,792	4.326	0,61	R\$ 20.357,33
General Maynard	19,975	2.929	0,645	R\$ 9.390,54
Japarutuba	364,899	16.864	0,621	R\$ 15.829,52
Pirambu	205,879	8.369	0,603	R\$ 12.636,73
Rosário do Catete	105,66	9.221	0,631	R\$ 42.943,73
Santa Rosa de Lima	67,607	3.749	0,592	R\$ 10.532,83
Siriri	165,813	8.004	0,609	R\$ 13.713,83
Agreste Central	3.138,944	232.495	-	-
Areia Branca	146,677	16.857	0,579	R\$ 10.583,82
Campo do Brito	201,725	16.749	0,621	R\$ 11.688,60
Carira	636,402	20.007	0,588	R\$ 12.090,46
Frei Paulo	400,363	13.874	0,589	R\$ 15.646,61
Itabaiana	336,693	86.967	0,642	R\$ 18.961,63
Macambira	136,937	6.401	0,583	R\$ 10.284,25
Malhador	100,941	12.042	0,587	R\$ 11.018,89
Moita Bonita	95,819	11.001	0,587	R\$ 13.024,24
Nossa Senhora Aparecida	340,38	8.508	0,577	R\$ 15.269,79
Pedra Mole	82,026	2.974	0,593	R\$ 11.211,60
Pinhão	155,888	5.973	0,583	R\$ 10.766,83
Ribeirópolis	258,534	17.173	0,613	R\$ 17.830,92
São Domingos	102,47	10.271	0,588	R\$ 9.106,10
São Miguel do Aleixo	144,089	3.698	0,567	R\$ 10.399,14
Sul	3.123,053	248.536	-	-
Araúá	198,746	10.878	0,595	R\$ 10.444,87
Boquim	205,939	25.533	0,604	R\$ 11.110,87
Cristinápolis	236,186	16.519	0,553	R\$ 10.857,48

Território/Município	Área (km²)	População	IDHM	PIB per capita
Estância	644,083	64.409	0,647	R\$ 23.584,37
Indiaroba	313,525	15.831	0,58	R\$ 9.319,66
Itabaianinha	493,313	38.910	0,556	R\$ 10.243,98
Pedrinhas	33,942	8.833	0,592	R\$ 8.767,71
Salgado	247,828	19.365	0,609	R\$ 8.677,84
Santa Luzia do Itanhy	325,732	12.969	0,545	R\$ 10.966,87
Tomar do Geru	304,903	12.855	0,551	R\$ 8.766,27
Umbaúba	118,856	22.434	0,579	R\$ 12.916,27
Centro-Sul	3.527,217	222.972	-	-
Lagarto	969,577	94.861	0,625	R\$ 14.458,87
Poço Verde	440,156	21.983	0,561	R\$ 11.926,92
Riachão do Dantas	531,474	19.386	0,539	R\$ 12.624,98
Simão Dias	564,702	38.702	0,604	R\$ 13.663,00
Tobias Barreto	1.021,308	48.040	0,557	R\$ 10.450,93
Grande Aracaju	2.174,883	930.245	-	-
Aracaju	181,857	571.149	0,77	R\$ 25.185,55
Barra dos Coqueiros	90,322	24.976	0,649	R\$ 12.935,03
Itaporanga d'Ajuda	739,925	30.419	0,561	R\$ 30.286,26
Laranjeiras	162,28	26.902	0,642	R\$ 31.185,77
Maruim	93,771	16.343	0,618	R\$ 15.806,17
Nossa Senhora do Socorro	156,771	160.827	0,664	R\$ 14.276,47
Riachuelo	78,938	9.355	0,617	R\$ 16.848,62
Santo Amaro das Brotas	234,156	11.410	0,637	R\$ 10.300,88
São Cristóvão	436,863	78.864	0,662	R\$ 10.196,55

Fonte: Área: IBGE; População: IBGE, 2020; IDHM: PNUD, 2010; PIB per capita: IBGE, 2017

No contexto dos empregos formais, a maior parte, inclusive dos técnicos de nível médio e dos “profissionais das ciências e das artes”, aqui denominados “profissões de nível superior”, está concentrada na Grande Aracaju, sobretudo na capital. Deve-se destacar que boa parte desses profissionais do nível superior que está no interior é formada por professores da educação básica.

Figura 2 - Profissionais do nível técnico e superior



Fonte: RAIS 2019

Cor	Legenda
Red	0 a 199 profissionais
Light Red	200 a 399 profissionais
Orange	400 a 599 profissionais
Yellow	600 a 999 profissionais
Light Green	1.000 a 4.999 profissionais
Dark Green	21.233 ou 23.848 profissionais

1.5. Cadeia de Valor Integrada do IFS

A cadeia de Valor é a apresentação figurativa do conjunto de macroprocessos que coexistem para o cumprimento da missão do Instituto com a finalidade maior de realizar a visão pretendida e que proporcione a contribuição tanto intelectual quanto comportamental para a sociedade.

Nela coexistem três macroprocessos que são: gerencial/estratégico, finalístico e de suporte.

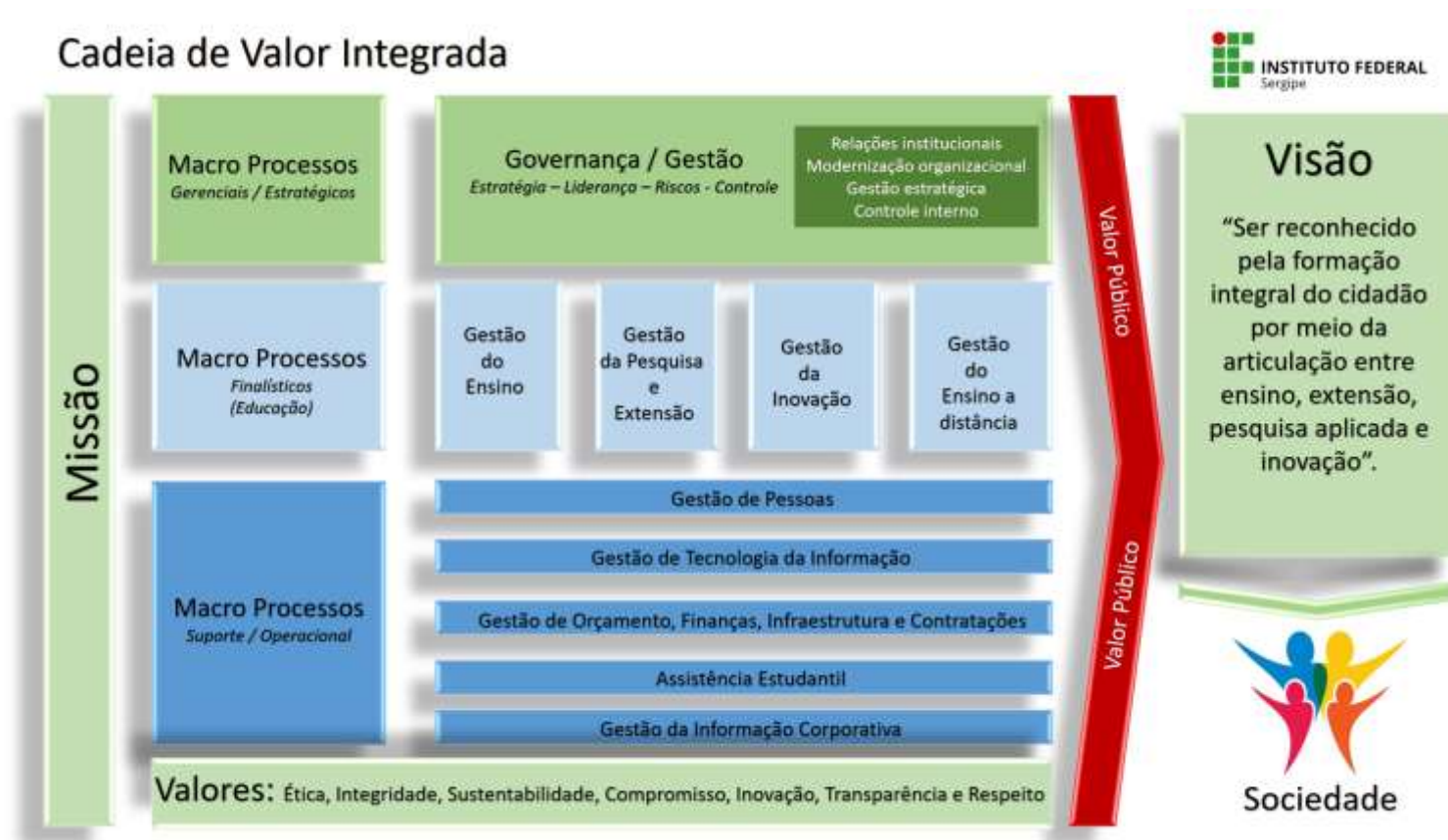
Quanto ao macroprocesso gerencial/estratégico, o mesmo visa atuar com base nos preceitos de governança corporativa onde são desmembrados quatro grandes eixos de trabalho que são: estratégia, liderança, riscos e controle. Esses eixos permitem à Instituição desenvolver as relações institucionais, a modernização organizacional, a gestão estratégica do negócio além do controle interno, sempre direcionados à visão do Instituto de ser reconhecido pela formação integral do cidadão por meio do ensino, pesquisa aplicada, extensão e inovação.

Quanto ao macroprocesso finalístico, este busca gerir todas as interfaces relacionadas ao ensino e que também coadunam com a busca da visão institucional. Dessa forma, são desenvolvidos a gestão do ensino, da pesquisa, da extensão, da inovação e da educação à distância.

Já o macroprocesso de suporte operacional visa dar toda a sustentação estrutural ao sucesso dos demais macroprocessos no tocante a gestão de pessoas, da tecnologia da informação, do orçamento e administrativa, da informação corporativa e da assistência estudantil.

Com o fortalecimento dessa estrutura apresentada, torna-se visível o valor público do Instituto para qual os anseios da sociedade almejam que através da nossa conduta ética, integridade, compromisso, transparência e respeito, possamos contribuir com a evolução do cidadão brasileiro tanto como pessoal quanto como profissional técnico ou tecnólogo em sua área de atuação escolhida.

Figura 3 - Cadeia de valor integrada do IFS



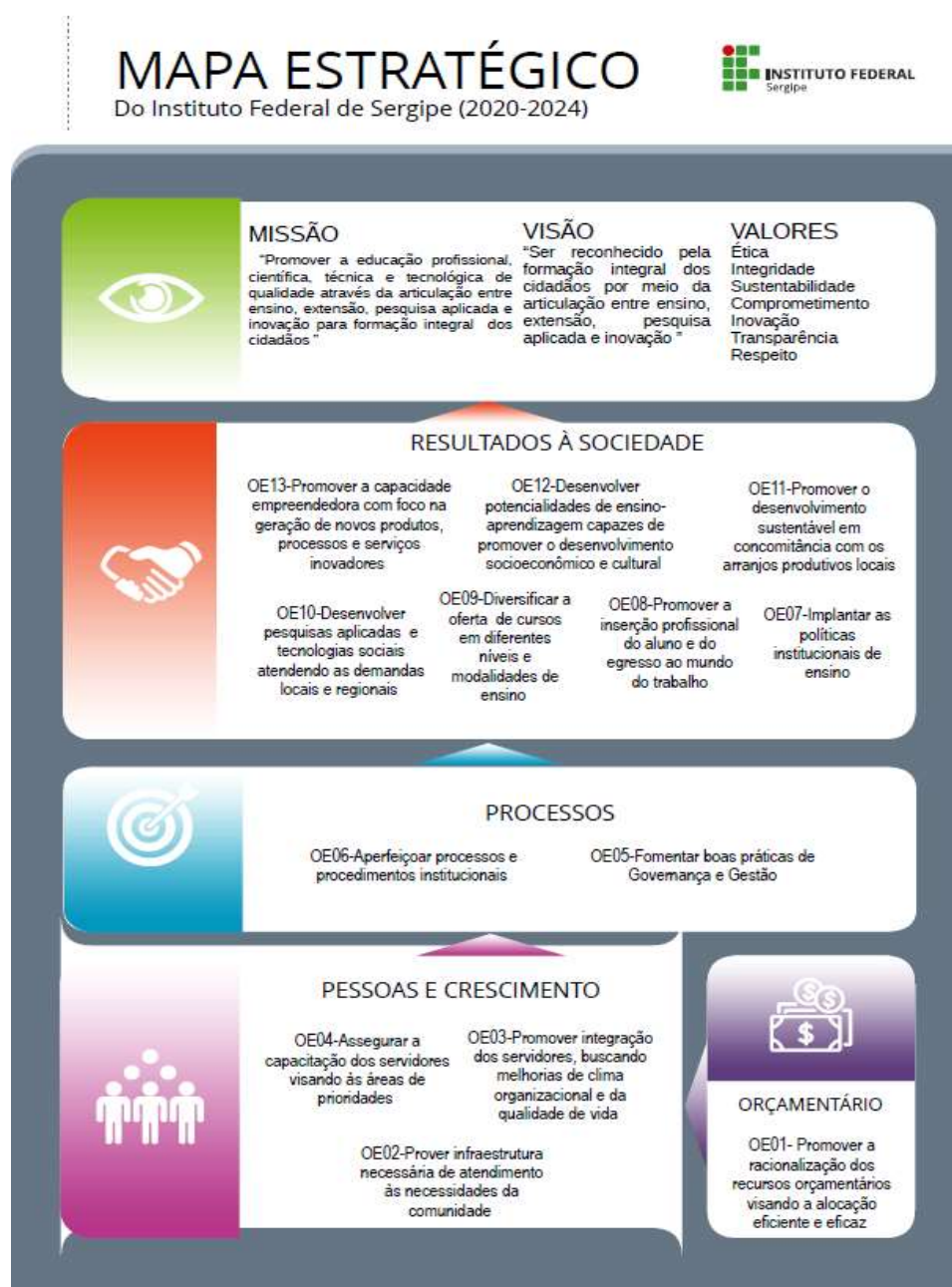
O acompanhamento da implantação da Cadeia de Valor Integrada pode ser feito através do hotsite da Prodin no link:

<http://www.ifs.edu.br/planejamento-e-gestao> .

1.6. Missão, Visão, Valores e Objetivos estratégicos

O planejamento estratégico do IFS está sintetizado no Mapa Estratégico (2020-2024) aprovado por meio Deliberação nº 04/2019/CGIRC/IFS. O monitoramento e controle da implantação do planejamento estratégico pode ser feito através do hotsite da Prodin no link: <http://www.ifs.edu.br/planejamento-e-gestao>.

Figura 4 - Mapa Estratégico do IFS 2020-2024



Para Download do Mapa Estratégico do IFS 2020-2024 [acesse AQUI](#)

1.7 Plano de Indicadores, Metas e Iniciativas 2020-2024

O plano de indicadores, metas e iniciativas estratégicas para o ciclo 2020-2024 é composto por: 13 Objetivos Estratégicos, 13 Indicadores e 69 Iniciativas Estratégicas, conforme demonstrado abaixo. O acesso a tabela de indicadores, metas e iniciativas 2020-2024 consolidada pode ser feita através do link: <http://www.ifs.edu.br/planejamento-e-gestao>.



Tema Estratégico:
GOVERNANÇA E GESTÃO

PERSPECTIVA: Orçamentária

Objetivo Estratégico (OE01) - Promover a racionalização dos recursos orçamentários visando a alocação eficiente e eficaz.

Descrição: Simplificar o uso dos recursos orçamentários orientando as unidades como fazer alocação eficiente e eficaz para atendimento das suas demandas/necessidades, dando mais transparência na execução orçamentária e estabelecendo prioridades orçamentárias para atendimento das atividades finalísticas (ensino, pesquisa, inovação e extensão).

Resultados Esperados:

- Melhorar a aplicação dos recursos orçamentários.
- Aumentar o controle social do uso dos recursos orçamentários.
- Garantir recursos orçamentários para nossas atividades finalísticas.

Indicador 1: Número de ações para promoção da racionalização dos recursos orçamentários.

Metas a serem alcançadas

Metas				
2020	2021	2022	2023	2024
1	1	1	1	1

Iniciativas Estratégicas

Políticas, Programas, Projetos e Planos

Iniciativas Estratégicas	Responsável	*Investimento
IE01.1. Propor planos para o uso e alocação dos recursos orçamentários de forma eficiente e eficaz	Pró-reitorias e DG's <i>Campi</i>	capital humano, organizacional e de informação
IE01.2. Promover "Campanhas de sensibilização e divulgação dos painéis do orçamento" (governo federal) nas unidades	PROAD	capital humano, organizacional e de informação
IE01.3. Elaborar Plano anual de prioridades orçamentárias visando as áreas finalísticas com base no Plano Anual de Contratação e Mapa de Riscos	PROAD	capital humano, organizacional e de informação
IE01.4. Fomentar a captação de recursos extra orçamentários através de projetos	PROAD/PRODIN/PROPEX/DINOVE /DG's <i>campi</i>	capital humano, organizacional e de informação

***Capital humano:** conjunto de capacidades, conhecimentos, competências e atributos de personalidade que favorecem a realização de trabalho de modo a produzir valor / **Capital organizacional:** conjunto de vários elementos – valores, crenças, comportamentos, formas de funcionamento, processos que influenciam e são influenciados pelo estilo de gestão predominante / **Capital de informação:** infraestrutura de tecnologia da organização composta de equipamentos, sistemas, base de dados e redes. Fonte: ENAP (2017).



Tema Estratégico: GOVERNANÇA E GESTÃO

PERSPECTIVA: Pessoas e Crescimento

Objetivo Estratégico (OE02) - Prover infraestrutura necessária de atendimento às necessidades institucionais da comunidade.

Descrição: Garantir infraestrutura física e tecnológica (instalações administrativas, salas de aula, auditórios, espaços para atendimento aos discentes, espaços de convivência e de alimentação, laboratórios, salas de informática, recursos tecnológicos de TI, bibliotecas) com adequação às atividades.

Resultados Esperados:

➤ Melhorar o nível de satisfação da comunidade acadêmica atendida.

📊 **Indicador 2:** Percentual de satisfação do usuário com a infraestrutura física e tecnológica.



Metas a serem alcançadas

Metas				
2020	2021	2022	2023	2024
70%	70%	70%	70%	70%

Iniciativas Estratégicas:

Políticas, Programas, Projetos e Planos

Iniciativas Estratégicas	Responsável	*Investimento
--------------------------	-------------	---------------

IE02.1. Elaborar e implementar Plano de gerenciamento da manutenção patrimonial	PROAD e DIPOP/PRODIN	capital humano, organizacional e orçamentário
IE02.2 Consolidar e implementar o Plano Diretor de Infraestrutura Física	DIPOP/PRODIN	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação
IE02.3 Consolidar e implementar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação	DTI	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação
IE02.4 Desenvolver projeto "Fábrica de Software do IFS"	DTI	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação
IE02.5 Aprimorar ferramentas sistêmicas da instituição	DTI	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação
IE02.6 Criar Laboratório de Prototipagem Educacional	DTI e PROEN	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação
IE02.7 Implantar o Programa Educador Google For Education	DTI e PROEN	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação
IE02.8 Criar Laboratório de Educação à Distância (Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA)	DTI e DEAD/PROEN	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação
IE02.9 Aplicar Processo de Gestão de Riscos de Segurança da informação	DTI	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação



Tema Estratégico: GOVERNANÇA E GESTÃO

PERSPECTIVA: Pessoas e Crescimento

Objetivo Estratégico (OE03) - Promover integração dos servidores, buscando melhorias de clima organizacional e da qualidade de vida.

Descrição: Realizar ações e atividades que promovam a integração dos servidores melhorando o clima organizacional e a qualidade de vida.

Resultados Esperados:

- Melhorar o clima e o relacionamento organizacional entre os servidores bem como a qualidade de vida.

Indicador 3: Número de ações/atividades realizadas para integração dos servidores.



Metas a serem alcançadas

Metas				
2020	2021	2022	2023	2024
1	1	1	1	1

Iniciativas Estratégicas:

Políticas, Programas, Projetos e Planos

Iniciativas Estratégicas	Responsável	*Investimento
IE03.1 Desenvolver projeto "Centros de Convivências para os servidores"	PROGEP	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação
IE03.2 Desenvolver o Programa de Valorização do Servidor	PROGEP	capital humano, organizacional e de informação
IE03.3 Desenvolver e fortalecer ações para o 'Sentimento de Pertencimento' dos servidores nas unidades	PROGEP	capital humano, organizacional e de informação
IE03.4 Desenvolver o Programa de Ambientação dos Novos Servidores	PROGEP	capital humano, organizacional e de informação
IE03.5 Desenvolver o Programa de ergonomia	PRODIN	capital humano, organizacional e de informação
IE03.6 Desenvolver o Programa de conscientização do uso do EPI para os servidores	PRODIN	capital humano, organizacional e de informação
IE03.7 Desenvolver o Programa de exames periódicos para todos os servidores	PROGEP e DG's (COSE) dos campi	capital humano, organizacional e de informação



Tema Estratégico: GOVERNANÇA E GESTÃO

PERSPECTIVA: Pessoas e Crescimento

Objetivo Estratégico (OE04) - Assegurar a capacitação dos servidores visando às áreas de prioridades.

Descrição: Realizar capacitação dos servidores de acordo com as áreas de prioridades definidas pela gestão.

Resultados Esperados:

- Aprimorar o capital humano: conjunto de capacidades, conhecimentos, competências e atributos de personalidade favorecendo a realização de trabalho de modo a produzir valor.



Indicador 4: Percentual de servidores capacitados.



Metas a serem alcançadas

Metas				
2020	2021	2022	2023	2024
10%	20%	30%	50%	70%

Iniciativas Estratégicas:

Políticas, Programas, Projetos e Planos

Iniciativas Estratégicas	Responsável	*Investimento
IE04.1 Desenvolver Programa de Formação Continuada da Equipe Pedagógica e Docentes	PROGEP, PROEN	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação
IE04.2 Desenvolver Programa Permanente de Capacitação dos Gestores	PROGEP	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação
IE04.3 Desenvolver o Programa de Formação Continuada dos Técnicos Administrativos	PROGEP	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação
IE04.4 Desenvolver a Gestão por Competências: perfis dos servidores	PROGEP	capital humano, organizacional e de informação
IE04.5 Desenvolver Programa de retenção e compensação de colaboradores e gestores	PROGEP	capital humano, organizacional e de informação



Tema Estratégico: GOVERNANÇA E GESTÃO

PERSPECTIVA: Processos

Objetivo Estratégico (OE05) - Fomentar boas práticas de Governança e Gestão.

Descrição: Implantar o sistema de governança bem como os modelos e programas de gestão da estratégia, de riscos, de pessoas, de TI, de contratações, dos processos finalísticos, documental.

Resultados Esperados:

➤ Aprimorar o Sistema de Governança e os Modelos de Gestão para melhoria da prestação dos serviços.

Indicador 5: Número de modelos e programas de gestão implementados.



Metas a serem alcançadas

Metas				
2020	2021	2022	2023	2024
1	3	5	9	14

Iniciativas Estratégicas:

Políticas, Programas, Projetos e Planos		
Iniciativas Estratégicas	Responsável	*Investimento
IE05.1 Aprimorar o Sistema de Governança	PRODIN	capital humano, org. e de informação
IE05.2 Aprimorar o Modelo de Gestão da Estratégia	PRODIN	capital humano, organizacional e de informação
IE05.3 Aperfeiçoar o Modelo de Gestão de Riscos	PRODIN	capital humano, org. e de informação
IE05.4 Implementar a Governança e a Gestão Estratégica de Pessoas	PROGEP	capital humano, org. e de informação
IE05.5 Aperfeiçoar a Governança e a Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação	DTI	capital humano, org., orçamentário e de informação
IE05.6 Implementar o Modelo de Gestão Estratégica de Contratações	DLC/ PROAD	capital humano, org., orçamentário e de informação
IE05.7 Implementar o Modelo de Gestão Documental	CGPA/ PROAD	capital humano, org., orçamentário e de informação
IE05.8 Implementar o Programa Nova Gestão Patrimonial e do Almoarifado	PROAD	Capital humano, de informação, org. e orçamentário
IE05.9 Aperfeiçoar a Governança e a Gestão Orçamentária	PROAD	Capital humano, de informação e organizacional
IE05.10 Implementar o Programa de Integridade Institucional	PRODIN	Capital humano, de informação, org. e orçamentário

IE05.11	Implementar o Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC)	PRODIN	Capital humano, de informação, org. e orçamentário
---------	---	--------	--



Tema Estratégico: GOVERNANÇA E GESTÃO

PERSPECTIVA: Processos

Objetivo Estratégico (OE06) - Aperfeiçoar processos e procedimentos institucionais

Descrição: Mapear os processos finalísticos e de apoio, padronizar procedimentos institucionais e institucionalizar os processos e procedimentos-a fim de institucionalizar os processos padronizados.

Resultados Esperados:

- Processos identificados e mapeados;
- Procedimentos institucionais estabelecidos.

Indicador 6: Número de processos mapeados e procedimentos institucionais padronizados.



Metas a serem alcançadas

Metas				
2020	2021	2022	2023	2024
5	10	15	20	25

Iniciativas Estratégicas:

Políticas, Programas, Projetos e Planos

Iniciativas Estratégicas	Responsável	*Investimento
IE06.1 Realizar mapeamento/atualização dos processos críticos finalísticos, de apoio e gerenciais.	EP/PRODIN	capital humano, organizacional e de informação
IE06.2 Implantar Plano de Marketing e Endomarketing Institucional para fortalecimento da Identidade/Marca do IFS	DCOM/REITORIA	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação
IE06.3 Desenvolver Projeto "Campanha de Preservação do Patrimônio Público"	COPAT/PROAD/DCOM	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação
IE06.4 Promover a Política de Comunicação Sistêmica	DCOM/REITORIA	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação
IE06.5 Desenvolver projetos para Preservação Histórica Documental da EPT em Sergipe	CGPA/PROAD	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação
IE06.6 Implementar procedimentos administrativos	PROEN	capital humano, organizacional e de informação

IE06.7 Desenvolver projetos para preservação dos objetos museais da EPT em Sergipe. CGPA/PROAD capital humano, organizacional e de informação



Tema Estratégico:
ENSINO TÉCNICO, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO

PERSPECTIVA: Resultados à sociedade

Objetivo Estratégico (OE07) - Implantar as Políticas Institucionais de Ensino.

Descrição: Implantar políticas institucionais de ensino e desenvolver planos e projetos que potencializem a qualidade do ensino técnico, profissional e tecnológico.

Resultados Esperados:

- Políticas institucionais de ensino implantadas através de planos e projetos.

Indicador 7: Percentual de implantação das Políticas Institucional de Ensino.



Metas a serem alcançadas:

Metas				
2020	2021	2022	2023	2024
20%	20%	40%	60%	100%

Iniciativas Estratégicas:


Políticas, Programas, Projetos e Planos

Iniciativas Estratégicas	Responsável	*Investimento
IE07.1 Promover Inovação de Métodos e Técnicas Pedagógicas	PROEN	capital humano
IE07.2. Promover a Política de Ensino com as diretrizes para: estágio, responsabilidade social, acessibilidade, internacionalização, avaliação interna e externa.	PROEN	capital humano e organizacional
IE07.3 Desenvolver o Programa de Acompanhamento do rendimento dos Estudantes	DIAE/PROEN	capital humano e organizacional
IE07.4 Fortalecer a Política de Assistência Estudantil	DIAE/PROEN	capital humano e organizacional
IE07.5 Desenvolver programas para permanência e êxito dos alunos	DIAE/PROEN	capital humano e organizacional
IE07.6 Desenvolver o Projeto de Manutenção da Saúde do Discente	DG's (COSE) dos campi	capital humano e organizacional



Tema Estratégico:
**ENSINO TÉCNICO, PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICO**


PERSPECTIVA: Resultados à sociedade

 **Objetivo Estratégico (OE08)** - Promover a inserção profissional do aluno e do egresso ao mercado do trabalho.

Descrição: Desenvolver programas/projetos que promovam a inserção profissional do aluno e do egresso ao mundo do trabalho.

Resultados esperados:

- Ações realizadas de integração do IFS ao mundo do trabalho;
- Programa de Acompanhamento do Egresso implantado.

 **Indicador 8:** Número de programas/projetos que promovam a inserção do aluno e do egresso ao mercado/mundo de trabalho.



Metas a serem alcançadas:

Metas				
2020	2021	2022	2023	2024
1	2	3	5	8

Iniciativas Estratégicas:

Políticas, Programas, Projetos e Planos

Iniciativas Estratégicas	Responsável	*Investimento
IE08.1 Desenvolver projetos de integração do IFS ao mundo do trabalho	PROPEX/ PROEN/ PRODIN	capital humano e orçamentário
IE08.2 Implementar o Programa de Acompanhamento do Egresso – PAE	DIREX/PROPEX	capital humano, organizacional e da informação



Tema Estratégico:
**ENSINO TÉCNICO, PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICO**

PERSPECTIVA: Resultados à sociedade

Objetivo Estratégico (OE09) - Diversificar a oferta de cursos em diferentes níveis e modalidades de ensino.

Descrição: Ofertar cursos nos diferentes níveis e modalidades com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia e ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

Resultados esperados:

- Cursos ofertados com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

Indicador 9: Número de cursos ofertados nos diferentes níveis e modalidades.



Metas a serem alcançadas:

Metas				
2020	2021	2022	2023	2024
*103	103	103	103	103

*Nilo Peçanha 2018 (2019).

Iniciativas Estratégicas:

Políticas, Programas, Projetos e Planos

Iniciativas Estratégicas	Responsável	*Investimento
IE09.1 Promover estudos -para subsidiar o planejamento ou a revisão da oferta de cursos.	NAEC/PRODIN	Capital Humano
IE09.2 Implementar cronograma de desenvolvimento dos cursos a serem ofertados.	PROEN	Capital Humano
IE09.3 Fomentar a implantação de novos cursos na modalidade EaD.	DEAD/PROEN	Capital humano, organizacional, orçamentário e de informação



Tema Estratégico:
PESQUISA APLICADA

PERSPECTIVA: Resultados à sociedade

Objetivo Estratégico (OE10) - Desenvolver pesquisas aplicadas e tecnologias sociais atendendo as demandas locais e regionais.

Descrição: Desenvolver Políticas Institucionais voltadas para pesquisas aplicadas e para “Proteção e Transferência de Resultados das Pesquisas”.

Resultados esperados:

- Pesquisas aplicadas e tecnologias sociais voltadas às demandas locais e regionais.
- Política de Proteção e Transferência de Resultados das Pesquisas implantadas.

Indicador 10: Número de pesquisas aplicadas e tecnologias sociais realizadas.



Metas a serem alcançadas:

Metas				
2020	2021	2022	2023	2024
2	4	6	8	10


Iniciativas Estratégicas:

Políticas, Programas, Projetos e Planos		
Iniciativas Estratégicas	Responsável	*Investimento
IE10.1 Realizar pesquisas aplicadas para atendimento das demandas locais e regionais	PROPEX/ DINOVE	capital humano, organizacional e orçamentário
IE10.2 Implementar a Política de Proteção e Transferência de Resultados das Pesquisas	PROPEX/ DINOVE	capital humano e organizacional
IE10.3 Desenvolver parcerias com o setor produtivo e instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais.	PROPEX/ DINOVE	capital humano e organizacional
IE10.4 Fomentar ações de incentivo à popularização da ciência	PROPEX/ DINOVE	capital humano e organizacional



Tema Estratégico: **EXTENSÃO**


PERSPECTIVA: Resultados à sociedade

 **Objetivo Estratégico (OE11)** - Promover o desenvolvimento sustentável em sincronia com os arranjos produtivos locais.

Descrição: Desenvolver o Programa de sustentabilidade ambiental e socioeconômica.

Resultados esperados:

- Planos e projetos de sustentabilidade ambiental e socioeconômica.

 **Indicador 11:** Número de planos/projetos voltados para a sustentabilidade.



Metas a serem alcançadas:

Metas				
2020	2021	2022	2023	2024
1	2	3	4	5

Iniciativas Estratégicas:

Políticas, Programas, Projetos e Planos

Iniciativas Estratégicas	Responsável	*Investimento
IE11.1 Implementar planos/projetos voltados para a sustentabilidade	PROPEX	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação
IE11.2 Implementar o Plano de Combate ao desperdício e uso racional dos recursos	PROAD	capital humano e de informação



Tema Estratégico:
EXTENSÃO

PERSPECTIVA: Resultados à sociedade

Objetivo Estratégico (OE12) – Desenvolver potencialidades de ensino-aprendizagem capazes de promover o desenvolvimento socioeconômico, a produção cultural e cooperativismo.

Descrição: Implantar políticas/programas/projetos institucionais de incentivo e apoio ao desenvolvimento de atividades artístico, cultural e literário, esportivo e cooperativismo.

Resultados esperados:

- Planos específicos para: atividades artísticas, culturais e esportivas;
- Elaborar Projetos de Incentivo às ações Culturais e Literárias;
- Desenvolver projetos de ação social.

Indicador 12: Número de planos/projetos implementados voltados para o desenvolvimento socioeconômico, cultural e ação social.



Metas a serem alcançadas:

Metas				
2020	2021	2022	2023	2024
1	2	3	4	5

Iniciativas Estratégicas:

Políticas, Programas, Projetos e Planos		
Iniciativas Estratégicas	Responsável	*Investimento
IE12.1 Implementar planos/projetos de Incentivo e Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Artísticas, Culturais, Literárias e esportivas.	PROPEX	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação
IE12.2 Desenvolver e estruturar Políticas Institucionais: de Extensão, à Inclusão e à Valorização da Diversidade, do Meio Ambiente, da Memória Cultural, da Produção Artística e do Patrimônio Cultural.	PROPEX	capital humano e organizacional
IE12.3 Fortalecer Programas de Colaboração Internacionais.	Assessoria Internacional	capital humano e organizacional
IE12.4 Implementar o Programa “Mulheres Mil”	PROPEX	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação
IE12.5 Implementar Projetos de Ação Social	PROPEX	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação
IE12.6 Difundir Extensão Tecnológica dentro do IFS, criando espaços de estímulos	PROPEX	capital humano e organizacional



Tema Estratégico:
INOVAÇÃO

PERSPECTIVA: Resultados à sociedade

Objetivo Estratégico (OE13) - Promover a capacidade empreendedora com foco na geração de novos produtos, processos e serviços inovadores.

Descrição: Desenvolver ações de empreendedorismo para geração de novos produtos e serviços inovadores.

Resultados esperados:

- Produtos e serviços inovadores desenvolvidos através das ações empreendedoras.

Indicador 13: Número de produtos/serviços inovadores desenvolvidos.

Metas a serem alcançadas:

Metas				
2020	2021	2022	2023	2024
1	2	3	4	5

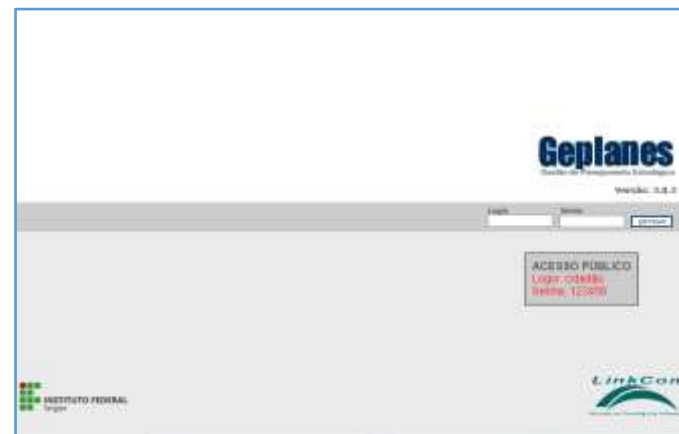
Iniciativas Estratégicas:

Políticas, Programas, Projetos e Planos

Iniciativas Estratégicas	Responsável	*Investimento
IE13.1 Desenvolver projetos de empreendedorismo com foco na geração de novos produtos e serviços inovadores	DINOVE	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação

IE13.2 Desenvolver programas de empreendedorismo ou inovação	DINOVE	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação
IE13.3 Impulsionar programa de registro de patentes de novos produtos e tecnologias.	DINOVE	capital humano, organizacional, orçamentário e de informação

Para acompanhamento da execução do planejamento estratégico o cidadão poderá acessar o sistema “Geplanes” para gestão e acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) na internet, por meio do endereço: https://geplanes.ifs.edu.br/geplanes_bsc/sgm/Index através do *Login*: cidadão e senha: 123456.



1.8 Áreas de Atuação Acadêmicas

A [Lei nº 11.892, de 29/12/2008](#) que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia dispõe os percentuais de oferta de cursos de Técnico de Nível Médio, Proeja e Licenciaturas conforme art. 8º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea b do inciso VI do caput do citado art. 7º.

As principais áreas de atuação acadêmica do IFS podem ser visualizadas no quadro 3 onde podem ser visualizados os cursos ofertados nas diferentes modalidades: 18 Integrados, 18 Subsequentes, 1 Proeja, 4 Concomitantes, 18 Superiores (8 bacharelado, 3 licenciatura, 7 Tecnologia) e 2 Mestrados Profissionais.

Quadro 3 - áreas de atuação acadêmica

Eixos Tecnológicos	Curso	Nível de Formação	Campus
Produção Alimentícia	Alimentos	Técnico de Nível Médio (Subsequente e Integrado).	Aracaju e Glória
	Agroindústria	Técnico de Nível Médio (Subsequente, Integrado e Concomitante)	São Cristóvão
Infraestrutura	Edificações	Técnico de Nível Médio (Subsequente e Integrado)	Aracaju, Estância, Lagarto
	Agrimensura	Técnicos de Nível Médio Subsequente	São Cristóvão
Construção Civil	Desenho de Construção Civil	PROEJA	Aracaju
Controle e Processos Industriais	Automação Industrial	Técnico de Nível Médio (Integrado)	Lagarto
	Eletromecânica	Técnico de Nível Médio (Subsequente e Integrado)	Lagarto
	Eletrônica	Técnico de Nível Médio (Subsequente e Integrado)	Aracaju
	Eletrotécnica	Técnico de Nível Médio (Subsequente e Integrado)	Aracaju e Estância

	Química	Técnico de Nível Médio (Subsequente e Integrado)	Aracaju
	Petróleo e Gás	Técnicos de Nível Médio Subsequente	Aracaju
	Sistemas de Energia Renovável	Técnicos de Nível Médio (Integrado)	Estância
Informação e Comunicação	Rede de Computadores	Técnicos de Nível Médio (Subsequente e Integrado)	Aracaju e Lagarto
	Informática	Técnicos de Nível Médio Integrado	Aracaju e Tobias Barreto
	Desenvolvimento de Sistemas	Técnicos de Nível Médio (Concomitante)	Tobias Barreto
	Manutenção e Suporte Em Informática	Técnicos de Nível Médio (Subsequente, Integrado e Concomitante)	Itabaiana, São Cristóvão, Propriá, Socorro,
PROEJA		São Cristóvão	
Ambiente, Saúde e Segurança	Segurança do Trabalho	Técnicos de Nível Médio Subsequente	Aracaju
Hospitalidade e Lazer	Guia de Turismo	Técnicos de Nível Médio Subsequente	Aracaju
	Hospedagem	Técnicos de Nível Médio Subsequente e PROEJA	Aracaju
Recursos Naturais	Agropecuária	Técnicos de Nível Médio (Subsequente e Integrado)	Glória e São Cristóvão
	Recursos Pesqueiros	Técnicos de Nível Médio Subsequente	Estância
	Agronegócio	Técnicos de Nível Médio (Subsequente e Integrado)	Itabaiana
	Aquicultura	Técnico de Nível Médio	Estância e São Cristóvão
Gestão e Negócios	Comércio	Técnico de Nível Médio (Subsequente)	Tobias Barreto
Produção Alimentícia	Laticínios	Superior de Tecnologia	Glória
	Alimentos	Superior de Tecnologia	São Cristóvão
Hospitalidade e Lazer	Gestão em Turismo	Superior de Tecnologia	Aracaju
Ambiente, Saúde e Segurança	Saneamento Ambiental	Superior de Tecnologia	
Informação e Comunicação	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Superior de Tecnologia	
Controle e Processos Industriais	Automação Industrial	Superior de Tecnologia	Lagarto
Informação e Comunicação	Ciência da Computação	Superior de Tecnologia	Itabaiana

Informação e Comunicação	Gestão da Tecnologia da Informação	Superior de Tecnologia	Propriá
Gestão e Negócios	Logística	Superior de Tecnologia	Itabaiana
Recursos Naturais	Agroecologia	Superior de Tecnologia	São Cristóvão
Matemática	Licenciatura em Matemática	Licenciatura	Aracaju
Química	Licenciatura em Química	Licenciatura	Aracaju
Física	Licenciatura em Física	Licenciatura	Lagarto
Construção Civil	Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado	Lagarto
Construção Civil	Engenharia Civil	Bacharelado	Aracaju e Estância
Controle e Processos Industriais	Engenharia Elétrica	Bacharelado	Lagarto
Informação e Comunicação	Sistemas de Informação	Bacharelado	
Hospitalidade e Lazer	Gestão de Turismo	Mestrado Profissional	Aracaju
Desenvolvimento Educacional e Social	Educação Profissional e Tecnológica	Mestrado Profissional	Aracaju

Fonte: site do IFS

1.9. Gestão de Riscos

1.9.1. Modelo de Gestão de Riscos

O modelo de gestão de riscos do IFS é representado por um conjunto de instrumentos institucionais que dão suporte à tomada de decisão para a consecução dos objetivos estratégicos no cumprimento de sua missão institucional, de modo a oferecer razoável garantia de que o planejamento estratégico e respectivas iniciativas sejam realizados. Maiores informações podem ser acessados através do endereço eletrônico: <http://www.ifs.edu.br/governanca/gestao-de-riscos>.

O mapa de riscos estratégicos do IFS para o ciclo 2020-2024, aprovado por meio Deliberação nº 06/2019/CGIRC/IFS, é composto por: 13 objetivos estratégicos, 13 processos críticos, 21 riscos estratégicos e 45 medidas estratégicas de controle validadas pela alta administração para implementação no ciclo conforme demonstrado abaixo. O monitoramento e controle do mapa de riscos estratégicos pode ser feita através do link: <http://www.ifs.edu.br/planejamento-e-gestao>

Quadro 4 - Mapa de Riscos Estratégicos

MAPA DE RISCOS ESTRATÉGICOS INTEGRADO AO PDI 2020/2024							
PERSPECTIVA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	AVALIAÇÃO DOS RISCOS ESTRATÉGICOS			PROCESSO CRÍTICO	MEDIDAS ESTRATÉGICAS DE CONTROLE PRIORITÁRIAS
			P	I	P x I		
ORÇAMENTO	OE01 – Promover a racionalização dos recursos orçamentários visando a alocação eficiente e eficaz.	RE01 - Bloqueio ou contingenciamento de parcelas das verbas orçamentárias do órgão.	4	5	20	PC01.1 – Reestruturação do modelo de governança e gestão das contratações do órgão	MEC01.1 - Sensibilização à racionalização dos recursos orçamentários; MEC01.2 - Otimização da aplicação dos recursos com a priorização de demandas; MEC01.3 - Captação de recursos extraorçamentários por meio de parcerias público-público ou público-privado.
						PC01.2 – Reestruturação da gestão orçamentária do órgão	
PESSOAS E CRESCIMENTO	OE02 – Prover infraestrutura necessária de atendimento às necessidades da comunidade acadêmica.	RE02 - Precariedade na otimização de recursos de gestão na prestação dos serviços essenciais.	4	5	20	PC02 – Otimização do ambiente físico e tecnológico do IFS.	MEC02.1 - Estudos técnicos para avaliação periódica da infraestrutura física das edificações; MEC02.2 - Levantamento das necessidades de infraestrutura física e de TI e estabelecimento de critérios de prioridade para atendimento; MEC02.3 - Estudos técnicos para avaliação periódica da infraestrutura de TI; MEC02.4 - Aplicar processo de gestão de riscos de segurança da informação.
	OE03 – Promover integração dos servidores, buscando melhorias de clima organizacional e da qualidade de vida.	RE03 - Índices de absenteísmo elevados com reflexo no desempenho organizacional	4	5	20	PC03/04 – Reestruturação do modelo de governança e gestão de pessoas.	MEC03.1 - Implantação de programa de qualidade de vida no trabalho, visando a saúde do servidor; MEC03.2 - Implantar pesquisa de satisfação do ambiente de trabalho; MEC03.3 - Implantação de Política de Gestão da Ética; MEC03.4 - Institucionalização de Código de Conduta do IFS.
	OE04 – Assegurar a capacitação dos servidores visando às áreas de prioridades.	RE04.1 - Entregas inadequadas por parte das unidades organizacionais.	4	4	16		MEC04.1 - Implementação de planos de capacitação anuais; MEC04.2 - Instituição de política de avaliação de desempenho de colaboradores e gestores; MEC04.3 - Planejamento das funções e planos específicos de gestão de pessoas;

PROCESSOS		RE04.2 - Nível inexpressivo de aprimoramento da governança e da gestão de pessoas	4	4	16		MEC04.4 - Documentação dos perfis profissionais existentes e definição dos perfis necessários de colaboradores e gestores; MEC04.5 – Elaborar a Política e Plano de sucessão para as ocupações críticas.
	OE05 – Fomentar boas práticas de Governança e Gestão.	RE05.1 – Falta de alinhamento da estrutura de pessoal com as competências estratégicas do órgão e com os resultados pretendidos.	4	4	16	PC05 – Reestruturação do modelo de governança e gestão estratégica	MEC05.1 - Reavaliação da estrutura de cargos e funções do órgão; MEC05.2 - Reavaliação da estrutura organizacional e do sistema de governança do IFS; MEC05.3 - Revisão de estatuto e regimentos internos; MEC05.4 - Aplicação do modelo lógico da cadeia de valor integrada aos objetivos estratégicos e recursos orçamentários respectivos na gestão de programas, projetos e ações estratégicas; MEC05.5 - Implantação e aperfeiçoamento da gestão de riscos e da gestão integridade com base em evidências dos macroprocessos/processos críticos; MEC05.6 - Reavaliação/adoção de novo sistema para gerenciamento do PDI, PAT; MEC05.7 - Implantação de sistemas para o gerenciamento de riscos; MEC05.8 - Normatização da estratégia de priorização e de gestão de riscos de processos finalísticos e de gestão especial críticos.
		RE05.2 – Implantação inexpressiva da política, metodologia e práticas de gestão de riscos no órgão.	4	4	16		
		RE05.3 – Inadequada capacidade de resposta do órgão nas prestações de contas anuais.	4	4	16		
	OE06 – Aperfeiçoar processos e procedimentos institucionais	RE06.1 – “Engavetamento” do planejamento estratégico elaborado.	4	4	16	PC06 – Implementação de normativos, metodologias e outros instrumentos aplicados macroprocessos gerenciais, finalísticos e de suporte do órgão.	MEC06.1 - Campanhas, seminários e palestras de sensibilização ao processo de elaboração e revisão do planejamento estratégico; MEC06.2 - Campanhas, seminários e palestras de sensibilização ao processo de elaboração dos planos específicos de gestão; MEC06.3 - Implementação do mapeamento dos processos finalísticos, gerenciais e de suporte; MEC06.4 - Implementação do mapeamento de riscos dos macroprocessos finalísticos, gerenciais e de suporte até a cobertura dos seus principais processos; MEC06.5 - Adoção de Planos de Contingência para processos com riscos críticos.
		RE06.2 – Mapeamento de processos sem foco nos processos finalísticos prioritários	4	4	16		
		RE06.3 – Desconhecimento das políticas acadêmicas necessárias à consecução dos objetivos estratégicos para o ensino, pesquisa, extensão e inovação	4	4	16		

RESULTADOS À SOCIEDADE	OE07 – Implantar as políticas institucionais de ensino	RE07.1 - Inadequada concepção, implementação e monitoramento das iniciativas estratégicas do ensino.	3	2	6	PC07 – Estruturação de planos, programas e projetos institucionais, com base nas políticas institucionais implantadas nos macroprocessos finalísticos do IFS.	MEC07.1 - Concepção, implementação e monitoramento das políticas institucionais do ensino e demais políticas correlatas (pesquisa, extensão e inovação) do IFS; MEC07.2 - Concepção, implementação e monitoramento de programa e ações preventivas à evasão.
		RE07.2 - Diretrizes pedagógicas inadequadas à orientação das ações e das atividades acadêmicas e científicas que o IFS desenvolve ou se propõe a desenvolver	3	2	6		
	OE08 – Promover a inserção profissional do aluno e do egresso ao mundo do trabalho	RE08 - Oferta de educação profissional e tecnológica desarticulada das demandas do setor produtivo	2	4	8	PC08 – Estruturação da gestão da evasão e da gestão de egressos no órgão	MEC08.1 - Parcerias para fomento à inserção de profissionais no mercado de trabalho; MEC08.2 - Implementação do Programa de Acompanhamento de Egressos.
	OE09 – Diversificar a oferta de cursos em diferentes níveis e modalidades de ensino	RE09 - Oferta de idênticos cursos por campus com atuação na mesma base territorial.	2	3	6	PC09 – Estruturação de novos cursos fundamentados nas evidências de sua viabilidade	MEC09.1 - Consultas públicas para oferta de novos cursos; MEC09.2 - Estudo das tendências e potencialidades do mercado de trabalho; MEC09.3 - Estudo para avaliação dos recursos humanos, materiais e de infraestrutura necessários ou reavaliação dos disponíveis; MEC09.4 - Estudos específicos para a implantação horizontal de novos cursos como base para o processo de verticalização.
	OE10 – Desenvolver pesquisas aplicadas e tecnologias sociais atendendo as demandas locais e regionais.	RE10.1 - Produção, desenvolvimento e difusão de pesquisas aplicadas incompatíveis com as necessidades e demandas sociais.	2	3	6	PC10 – Articulação entre as ações de ensino e às de pesquisas aplicadas.	MEC10.1 - Realização de pesquisas aplicadas integradas às ações do ensino, com base nas demandas sociais; MEC10.2 - Mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do IFS.
		RE10.2 - Evasão escolar.	3	4	12		
		RE10.3 - Baixa produção de atividades de pesquisa, extensão e inovação a partir dos arranjos produtivos locais.	4	4	16		

	OE11 – Promover o desenvolvimento sustentável em concomitância com os Arranjos Produtivos Locais.	RE11 - Formação profissional e tecnológica ofertada pelo instituto com inexpressiva contribuição à consolidação e fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais.	3	4	12	PC11 – Mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural	MEC11.1 - Elaboração e implementação de estudos para consolidação e fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais a partir do potencial socioeconômico e cultural mapeado.
	OE12 – Desenvolver potencialidades de ensino/aprendizagem capazes de promover o desenvolvimento socioeconômico e cultural.	RE12 -Baixa visibilidade e/ou aproveitamento do potencial do IFS para desenvolver diferentes modalidades de ensino (EaD, EJA, Subsequente, Integrado etc).	4	4	16	PC12 - Desenvolvimento e aproveitamento do potencial institucional em diferentes modalidades do ensino	MEC12.1 - Estudos técnicos das necessidades de educação continuada de setores específicos; MEC12.2 - Capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino.
	OE13 – Promover a capacidade empreendedora com foco na geração de novos produtos, processos e serviços inovadores.	RE013 – Realização de atividades de pesquisa e extensão que não viabilizam iniciativas empreendedoras	4	4	16	PC13 – Implantação de instrumentos de gestão de demandas inovadoras	MEC13.1 - Estudos voltados à identificação e avaliação das demandas do mercado por produtos e serviços; MEC13.2 - Estudos para revisão da estrutura curricular voltados à inserção de disciplinas com foco em empreendedorismo e inovação; MEC13.3 - Implementação de projetos de pesquisa e extensão com foco na geração de produtos e serviços inovadores.

*Probabilidade (P); Impacto (I); (P) X (I) => (15-20 => **Muito Alto**) => indica um nível de risco além do apetite a risco da organização. Deverá ser analisado ao nível estratégico organizacional.

Para Download do Mapa de Riscos Estratégicos [acesse AQUI](#)

1.9.1.1 Estrutura do modelo de gestão de riscos

Para a estruturação do modelo de gestão de riscos foi instituído em 2017, o Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC), renomeado Comitê de Governança, Integridade Riscos e Controles Internos (CGIRC), em 2018, em função do Programa de Integridade, instituído no órgão, por meio da Deliberação nº 06/CGIRC/IFS de 28 de junho de 2018.

Ainda em 2017, foi revisada a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos do órgão, em atendimento à Instrução Normativa Conjunta nº 01/2016 da Controladoria-Geral da União (CGU) e do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP). Na figura abaixo, identificam-se os instrumentos institucionais que estruturam o modelo.

Figura 5 - Estrutura do Modelo de Gestão de Riscos do IFS



Fonte: DGR (2019)

1.9.1.2 Política de Gestão de Riscos

A política de gestão de riscos e controles internos da gestão consiste na declaração das intenções e diretrizes gerais relacionadas à gestão de riscos. É o documento que estabelece os instrumentos da gestão que apoiam a implementação da gestão de riscos no órgão.

1.9.1.3 Processo de gestão de riscos

A metodologia de gestão de riscos adotada no IFS é baseada no referencial de gerenciamento de riscos conhecido como “*Enterprise Risk Management: integrated framework*” (Gerenciamento de Risco Corporativo: estrutura integrada) expresso na figura abaixo.

Figura 6 - Processo de gestão de riscos no IFS



A metodologia consiste em um processo permanente, estabelecido, direcionado e monitorado pela alta administração, que contempla as etapas de identificar, avaliar e gerenciar potenciais eventos que possam afetar a organização. É destinado a fornecer segurança razoável quanto à realização de seus objetivos. O processo é documentado com base nos componentes descritos a seguir.

Quadro 5 - Componentes do Processo de Gestão de Riscos

Componentes	Principais aspectos
Ambiente Interno	Fase que reflete, entre outros elementos, integridade, valores éticos e competência das pessoas, maneira pela qual a gestão delega autoridade e responsabilidades, estrutura de governança organizacional e políticas e práticas de recursos humanos. É a base para todos os outros componentes da estrutura de gestão de riscos, provendo disciplina e prontidão para a gestão de riscos.
Fixação de Objetivos	Fase em que se estabelece que todos os níveis organizacionais devem ter objetivos fixados e comunicados. A explicitação de objetivos, alinhados à missão e à visão do IFS é necessária para permitir a identificação de eventos que potencialmente impeçam a consecução dos seus objetivos.

Componentes	Principais aspectos
Identificação de Eventos	Nessa fase devem ser identificados e relacionados os riscos inerentes à própria atividade do IFS, em seus diversos níveis, prováveis causas e consequências que podem impactar no objetivo a ser alcançado.
Avaliação de Riscos	Fase do processo de gestão de riscos que tem por finalidade auxiliar na tomada de decisões, com base nos resultados de sua análise, sobre quais eventos necessitam de tratamento e a prioridade para a implementação do tratamento. Avaliam-se os eventos: - quanto à perspectiva de probabilidade e impacto de sua ocorrência; - quanto à sua condição de inerentes e residuais, por meio de análises qualitativas, quantitativas ou da combinação de ambas.
Resposta a Riscos	A resposta a riscos envolve considerar o nível de exposição a riscos previamente estabelecido pela IFS em confronto com a avaliação que se fez do risco. Fase em que se identifica a estratégia a adotar em relação aos riscos mapeados e avaliados: 1. evitar o risco; 2. transferir ou compartilhar; 3. aceitar o risco por uma opção consciente - indica que o risco inerente já esteja dentro das tolerâncias ao risco; ou 4. tratar (mitigar ou reduzir) implica em restringir o risco a um nível aceitável, diminuindo sua probabilidade de ocorrência ou minimizando suas consequências.
Atividades de Controle Interno	Também denominadas de procedimentos de controle, essas atividades devem estar distribuídas por todo o órgão, em todos os níveis e em todas as funções. Correspondem a controles internos preventivos e detectivos para mitigar os riscos escolhidos para tratamento; São executadas pela preparação prévia de planos de contingência e resposta à materialização dos riscos.
Informação e Comunicação	Fase em que as informações relevantes devem ser identificadas, coletadas e comunicadas, de forma a permitir que os agentes cumpram suas responsabilidades, informando sobre eventos, atividades e condições internas e externas, que viabilizem o gerenciamento de riscos e a tomada de decisão. A comunicação deve atingir todos os níveis, por meio de canais claros e abertos que permitam que a informação flua em todos os sentidos.
Monitoramento	Fase do processo em que se faz a avaliação da qualidade da gestão de riscos e dos controles internos da gestão, por meio de atividades gerenciais contínuas e/ou avaliações independentes, buscando obter segurança de que as atividades de controle funcionem como previstas e de que sejam devidamente modificadas, em face de situações que alterem o nível de exposição a riscos.

Fonte: Adaptado da Instrução Normativa Conjunta nº 01/CGU/MP (2016)

O processo de gestão de riscos no IFS se aplica aos macroprocessos institucionais, de forma a evidenciar como recursos e atividades da gestão de riscos geram produtos e resultados e impactam sua missão institucional. E considerando as dimensões de resultado e de esforço que compõem a cadeia de valor do órgão.

O processo será implementado em ciclos, em períodos não superiores a 2 (dois) anos, com base nos processos finalísticos e de apoio a serem priorizados em decisão colegiada, tendo por base a identificação do ambiente interno e nos objetivos

explicitados para o macroprocesso, considerando políticas institucionais, planos, programa, projeto ou processos de trabalho específicos das áreas, que sejam considerados críticos para o alcance dos objetivos institucionais.

No âmbito de eventos críticos, incluem-se os que demandam a prevenção de casos de fraude e corrupção, tratados no contexto do Programa de Integridade do órgão.

1.9.1.4 Estruturas de supervisão e operacionalização do processo de gestão de riscos

As práticas de gestão de riscos e controles internos da gestão do IFS são de responsabilidade da autoridade como máxima do órgão que conta com o assessoramento promovido pela alta gestão por meio das instâncias de apoio à governança, no exercício de supervisão, e pelas instâncias de operacionalização das iniciativas em nível de unidade organizacional, indicados na figura abaixo.

Figura 7- Estrutura de Supervisão e Operacionalização



Fonte: PGRC (2017)

Consoante o Art. 23, § 1º da Instrução Normativa nº 01/CGU/MP de 11 de maio de 2016, o CGIRC é composto pela Reitora, que o preside, Pró-reitores, Diretores-gerais de *campi*, Diretores sistêmicos e por servidores titulares de instâncias de atuação sistêmica, cuja composição está exposta na figura abaixo.

Figura 8 - Composição do Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles



Fonte: PGRC (2017)

Na estrutura geral do processo de gerenciamento de risco se encontram os agentes ou grupos que atuam como *linhas de defesa*, em suporte às instâncias de gestão, a saber:

1ª linha: composta pelas funções que gerenciam e têm propriedade sobre os riscos. Respondem em nível operacional, pela implementação de ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles, com atribuições de identificar, avaliar, controlar e reduzir os riscos, garantindo que as atividades estejam de acordo com as metas e objetivos.

2ª linha: representada pelas áreas e atores que atuam em funções de coordenação de atividades de gestão de riscos e/ou de gerenciamento de riscos específicos e de conformidade no órgão. Atuam nessa função, o DGR e os servidores lotados nas UGRC que exercem a interlocução para a gestão de riscos e controles internos em suas respectivas unidades.

3ª Linha: representada pela Auditoria Interna do IFS - setor com competências para abordagem sistemática e disciplinada baseada no risco, para avaliar de forma inde-

pendente e objetiva a eficácia dos processos de gerenciamento, controle e governança do órgão, e demais linhas de defesa alcançam os objetivos de gerenciamento de riscos e controles.

1.9.1.5 normas, manuais, ferramentas e soluções tecnológicas

As normas, manuais, ferramentas e soluções tecnológicas são os instrumentos institucionais que viabilizam a execução da Política de Gestão de Riscos e Controles Internos da Gestão, aprovados pela Alta Administração em atuação colegiada no CGIRC. Destacam-se nesse contexto, o método de priorização de processos para o gerenciamento de riscos, a matriz de riscos e demais instrumentos institucionalizados por meio das Deliberações do colegiado, disponíveis em https://sig.ifs.edu.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf.

1.9.1.6 Capacitação continuada

O apoio e comprometimento da alta administração para viabilizar capacitação e treinamento aos envolvidos é fator crítico de sucesso para a sistematização de boas práticas de gestão de riscos e controles internos da gestão, sendo parte do Plano de Gerenciamento de Riscos, documento que contém as especificações do gerenciamento a ser realizado no órgão.

2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

2.1. Princípios pedagógicos que orientam a ação educativa da instituição

O IFS tem como finalidade o desenvolvimento de uma educação profissional de qualidade em todos os níveis e modalidades de ensino, constantemente confrontada com a realidade local e regional. No IFS, o ensino se ocupa da (re)construção dos conhecimentos, viabilizando e favorecendo a aplicação dos saberes construídos por meio da pesquisa e da contextualização do conhecimento tecnológico, pela troca de experiências e pelo legado da criação cultural, mediante a ações de extensão. A construção desse conhecimento terá por base a reflexão crítica e a prática efetiva da cidadania, viabilizando ao estudante autoria no processo de investigação, de construção, de produção, de sistematização e de democratização do saber.

2.1.1 Concepção do Ser Humano

O ser humano é social. Ao nascer se constitui como humano na medida em que entra no mundo da linguagem e isto se dá por meio das relações que começam a estabelecer com outros seres humanos. Homens e mulheres não vivem sozinhos, necessitam estar constantemente criando vínculos sociais, pois sua formação parte do pressuposto que viver é partilhar conhecimentos e emoções. Assim, é na família, normalmente o lugar onde ocorrem os primeiros vínculos afetivos e sociais, que se experimentam conhecimentos e emoções e, posteriormente, estender-se-ão a outras instituições, tal como a escola ou o mercado de trabalho onde o convívio será ampliado.

O ser humano é sujeito que pratica ações que alteram o espaço em que vive, que modifica as relações com as quais se envolve, ao mesmo tempo, em que é sujeito que sofre as alterações ocorridas no espaço e as interferências feitas em suas relações sejam com os novos laços de amizade ou velhos laços desfeitos. Ou seja, o ser humano se desenvolve na medida em que age no mundo. E sua ação reverbera em seu ser.

O ser humano compreendido pelo Instituto Federal de Sergipe é o ser que carece de completude. Dar-se-á essa completude pelo binômio trabalho e educação. Traba-

lho aqui entendido como toda ação que modifica o mundo e, conseqüentemente, modifica o ser e Educação compreendida como processo de humanização. O ser humano nasce bruto e pela educação compreenderá a necessidade de conviver com outros e, assim, construir uma sociedade onde todos dentro de sua singularidade conseguirão viver dignamente.

2.1.2 Concepção da Sociedade

Ao se tentar definir a sociedade contemporânea, corre-se o risco da incompletude dado que os elementos que a compõem por certo estão entre a "ordem e o caos". De um lado, o desenvolvimento tecnológico-científico promissor, de outro, precárias ações sociais como parco saneamento ambiental, insuficiente prestação de serviço hospitalar a população de baixa renda, insegurança pública entre outras. Entretanto, quando se reflete sobre que sociedade desejamos construir, ainda que se façam presentes as contradições, consideramos o ideal de uma sociedade justa, igualitária em que o consumo ilimitado não seja a prioridade, mas que os bens sociais possam atender a todos com a mesma presteza. Essa concepção de sociedade justa coaduna com a ideia da construção de uma escola que priorize a formação plena do cidadão que está por vir a fim de que ele se torne emancipado e participe da sociedade justa.

Considerando os ideais de justiça e de autonomia é que precisamos pensar em como o Brasil se inserirá na quarta revolução industrial (SCHUAB, 2018). Os efeitos da fusão das tecnologias digitais, físicas e biológicas afetarão todos os países, nesse sentido, precisamos desenvolver modelos de educação que proporcionem “modelos de formação acadêmica para trabalhar com (e em colaboração) máquinas cada vez mais capacitadas, conectadas e inteligentes” (SCHWAB, 2018, p. 46).

2.1.3 Concepção da Educação

O IFS entende a educação como um direito de toda criança, de todo jovem e de toda pessoa. Assim, defende a educação pública, gratuita, laica e de qualidade em todo o país. É por meio dela que se torna possível construir um mundo mais igualitário, justo e, principalmente, um mundo em que as pessoas se reconheçam como humanos independentemente de sua cor, de seu gênero, de seu credo religioso, de sua escolha profissional.

A educação defendida pelo IFS é a que promove a liberdade de expressão, o respeito à diversidade e o desejo de tornar-se um cidadão emancipado, pois só assim se conceberá uma sociedade do conhecimento tecnológico-científico que não oprimirá seu povo, que não degradará o ambiente, que não desrespeitará os princípios democráticos de uma nação. A educação deve formar sujeitos que trabalhem na indústria ou no turismo, na comunicação ou na saúde com ética profissional e com amor ao ser humano, pois só a educação ética e apaixonada pelo humano conseguirá por meio da criatividade artística e/ou científica reduzir as precariedades causadas por um sistema capitalista perverso que cultua o consumismo, que estraga o *hábitat* terra, e que exclui quem não tem poder de compra ou barganha.

A educação defendida pelo IFS é a que reconhece que a produção científica não promove a fome, o desmatamento, o extermínio dos animais, a discriminação racial, social. A educação é a que promove o letramento científico, constrói uma ciência em prol do bem comum, defende uma cultura da paz onde mulheres e homens se reconheçam como iguais diante do mundo do trabalho e, por fim, uma educação que acredite que o conhecimento produzido deva se estender a todos fazendo uma verdadeira e intensa transformação social.

Como educação especificamente qualificada de profissional e tecnológica, o IFS entende que é por meio da educação profissional de qualidade pública e gratuita que se pode efetivar o "acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade"; Compreende que a educação profissional garantindo a formação integral pode promover "a superação do enfoque tradicional da formação profissional baseado apenas na preparação para execução de um determinado conjunto de tarefas" e defende que seus estudantes possam ir além de um saber-fazer imediato para a "compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões no mundo do trabalho" (CONIF, 2018).

2.1.4 Concepção de Gestão

O IFS entende que a gestão deva ser participativa, ser articuladora da autonomia dos campi, isto é, que cada *campus* reconheça as necessidades dos lócus bem como seu potencial de atender às demandas. A gestão participativa defenderá a

pluralidade de ideias, a formação e exposição do pensamento crítico porque só assim se consolida uma nação democrática.

Não se pode perder de vista que a permanência da educação profissional ofertada pela rede federal é melhorar a vida dos brasileiros. Assim, o IFS intenciona contribuir com o desenvolvimento local, regional e nacional, inserindo jovens e adultos no mundo do conhecimento e no mundo da produção. A gestão precisa possibilitar a construção e democratização do conhecimento levando-o a todos os brasileiros. Portanto, a gestão criará meios de ampliar a oferta de cursos técnicos com formação humana e integral em todos os seus campi a fim de promover o ingresso no mundo do trabalho ou a ascensão em postos de trabalho.

A gestão defenderá a formação integral do aluno, entenda-se, a formação profissional amalgamada à formação geral. As ações voltadas ao ensino devem ser facilitadoras da superação da velha dicotomia entre trabalho manual e intelectual. Para tanto, a gestão não descansará enquanto as ações do ensino não estiverem contíguas às ações da pesquisa, da extensão e da inovação. Logo, compreende-se todas as suas Pró-Reitorias e Direções Sistêmicas como partícipes da formação humanista, tecnológica e científica dos estudantes.

2.1.5 A Educação Integrada como Concepção Pedagógica

O modelo de Educação Profissional proposto neste Projeto Político Pedagógico é concebido numa perspectiva de formação humana que busca integrar todas as dimensões da vida no processo educativo. Essa formação integrada tem como propósito a superação de uma formação pautada na divisão social do trabalho que separa o ser humano em duas classes distintas: uma com a função exclusiva de executar e a outra preparada para pensar, dirigir e planejar. Ao superar esse processo histórico de divisão social do trabalho, a formação integrada busca garantir aos seres humanos, enquanto atores sociais, uma formação completa para a leitura do mundo e para exercer, de forma plena, a sua cidadania.

Ciavatta (2005) lembra que a formação integrada sugere tornar íntegro, inteiro, o ser humano cindido por essa divisão social do trabalho. Para que isso ocorra, é necessário oferecer a este ser humano uma educação unitária, que congregue a formação geral indissociada da formação profissional, em todos os campos e

momentos onde ocorre a preparação para o mundo do trabalho: nos cursos de formação inicial e continuada, no ensino técnico em suas diversas formas, nos cursos tecnológicos e demais cursos de nível superior, como também na pós-graduação, sob a perspectiva de uma formação ao longo da vida.

Este é o desafio estabelecido com a proposição de um Projeto Político Pedagógico baseado numa concepção de educação integrada. Para tanto, é preciso, dentre outras coisas, construir um currículo voltado para a formação omnilateral, ou seja, pautado nos seguintes princípios: trabalho, ciência, cultura e tecnologia.

2.1.6 O Trabalho como Princípio Educativo

Saviani (2003) enfatiza a categoria trabalho enquanto definidora da existência humana. É pelo trabalho que podemos diferenciar o ser humano dos demais animais, ou seja, pela capacidade que apenas os homens têm de transformar a natureza, adaptando-a às suas necessidades e finalidades. Assim, considerar o trabalho como um princípio educativo significa dizer que o ser humano é produtor de sua realidade, que se apropria dela e que pode transformá-la. Por esse motivo, é fundamental que o currículo escolar seja guiado por este princípio, afinal, como ressalta Saviani (2003, p. 132), “o papel da educação é a formação do homem”.

Na Educação Profissional e Tecnológica, a categoria trabalho adquire maior relevância. Isto porque, não se pode negar a contribuição vital desta modalidade educacional para o progresso socioeconômico do país. Por diversas vezes, a relação entre a EPT e o progresso justificou a necessidade de tornar a aprendizagem profissional como um mero conjunto de conhecimentos e habilidades, necessários ao exercício do trabalho na sociedade industrializada. A formação profissional constituía-se por parâmetros mínimos definidores de um perfil de trabalhador apropriado a um posto de trabalho.

Em contraposição ao tecnicismo, este PPPI parte do pressuposto de que a formação profissional não busca a preparação exclusiva para o mercado de trabalho, e sim, a compreensão das dinâmicas socioprodutivas da sociedade, em seu contexto

histórico, com suas conquistas, suas perspectivas e seus desafios, além de preparar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de suas profissões (BRASIL, 2007).

Assim, reforça-se que o IFS defende uma proposta de educação unitária, que supera a dicotomia de escolas distintas para classes sociais distintas. É uma propositura educacional cuja atividade-fim é a formação dos sujeitos, a partir da relação intrínseca entre o trabalho e o conhecimento.

2.1.7 Integração com a ciência, a cultura e a tecnologia

A concepção de ciência que orienta este PPPI é a de ser o conjunto de saberes resultante do processo de formação humana. O ser humano, enquanto um *ser da práxis*, ou seja, capaz de transformar a natureza e a si mesmo, ao mesmo tempo em que se relaciona com outros homens, necessita compreender a composição desses dois elementos: a natureza e o próprio ser humano.

Por isso, o currículo escolar necessita envolver os conhecimentos acerca da natureza e das leis que a regem. É preciso, também, que este currículo englobe os saberes sobre os seres humanos, não apenas, o conhecimento biológico, que trata do funcionamento e da estrutura, como também do processo sócio-histórico-cultural. A trajetória histórica, sua relação com o ambiente em que vive, as normas estabelecidas para a convivência em sociedade e construção do pensamento são saberes fundamentais para a compreensão do ser humano enquanto ator social e cultural, produtor e produto de sua realidade.

Esses conhecimentos e saberes acerca do homem e da natureza são os conhecimentos científicos, pois são construídos de forma sistemática, por meio de um procedimento metodológico. É da historicidade desses conhecimentos que germina os conteúdos e disciplinas escolares, organizados por áreas de conhecimento.

A produção científica precisa ser percebida, ainda, como um fenômeno cultural. A ciência é o produto de uma cultura, pois, é um conhecimento que “incorpora diferentes áreas e que de diferentes formas nos informa sobre a produção histórica e social do mundo no qual vivemos” (BRASIL, 2013a, p. 23). Neste sentido, compreendemos a cultura, como o conjunto dos resultados das ações transformadoras e conscientes do ser humano sobre o mundo. As ações

transformadoras correspondem ao trabalho empregado pelo homem para transformar a natureza e a si mesmo, na interrelação com os outros seres humanos.

A cultura é o processo de construção dos símbolos, das representações, dos significados da atividade humana. Compreende os diversos procedimentos de comunicação oral, escrita, iconográfica, espaço visual e digital. Não podemos esquecer as crenças, costumes, práticas e comportamentos que integram esse conjunto. No entanto, a cultura é muito mais. São os atos que concebem a sociedade e, ao mesmo tempo, são concebidos por ela. Por esse motivo, o currículo na educação integrada não pode se pautar, apenas, pelo acesso e divulgação dos conhecimentos científicos. É preciso promover, também, a reflexão crítica sobre os padrões culturais característicos à nossa sociedade.

Sob o prisma de um currículo voltado para a formação omnilateral, resta-nos exprimir a concepção de tecnologia desta proposta pedagógica. Partindo do sentido etimológico do termo, temos que a tecnologia é o tratado ou o estudo da técnica. Esta acepção possibilitou o entendimento, muito corrente, de que a tecnologia está relacionada ao saber-fazer, como uma nova forma de se obter e utilizar o conhecimento. Por este pressuposto, a tecnologia nada mais é do que a junção da ciência com a técnica. A ciência são os conceitos e enunciados que permitem conhecer a natureza. A técnica são as operações que possibilitam transformá-la.

Estas concepções da tecnologia explicitam que a ciência representa um conhecimento puramente racional e exato de onde surgiria o conhecimento prático, tecnológico. Além do mais, elas incentivam o discurso do determinismo tecnológico, onde a tecnologia se apresenta como uma força autônoma das relações sociais. Assim, a tecnologia determina a sociedade. Em resposta ao discurso determinista, corroboramos com Castells (1999, p. 43), quando diz que “a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas”. Assim como a ciência, a tecnologia é um fenômeno cultural, compreendida conforme o contexto histórico e as relações de poder e de classe em que está inserida. É uma prática social cujo sentido e significado econômico, político, social, cultural e educacional se definem dentro das relações de poder entre as classes sociais (FRIGOTTO, 2009).

Como um fenômeno cultural entendido dentro de um contexto histórico e social, é preciso destacar as transformações iniciadas a partir da segunda metade do século XX e que contribuem para esclarecer o atual momento em que vivemos. Desde a Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento tecnológico possibilitou o avanço de áreas como a microeletrônica e as telecomunicações. O surgimento da internet e a digitalização das informações interligaram pessoas e instituições, gerando uma teia mundial (CASTELLS, 1999). Essas transformações remodelam a produção científica, cultural, as relações sociais e o mundo do trabalho.

Na medida em que defendemos a escola como o espaço de interação e formação sociocultural, cujos desafios estão centrados na distribuição dos conhecimentos científicos e tecnológicos socialmente significativos e relevantes para o desenvolvimento da cidadania, ressaltamos a importância de inserir o debate acerca das transformações tecnológicas digitais no processo educativo, preparando seus atores para as mudanças que estão em curso.

A formação integrada defendida pelo IFS tem como desafio abarcar essas quatro dimensões – trabalho, ciência, cultura e tecnologia – como eixos integradores entre o conhecimento das diversas áreas e disciplinas, contextualizando-os histórica e socialmente. Esta é a realidade educacional que buscamos construir, pela dinâmica entre os aspectos identitários de nossa institucionalidade e a apropriação dos princípios educativos que norteiam a nossa concepção pedagógica. Enfim, é desejo de materialização de uma intencionalidade que se respalda na formação de um sujeito crítico através do domínio dos saberes científicos e culturais, correlacionada à preparação e qualificação para o mundo do trabalho.

2.2 Políticas Institucionais de ensino

2.2.1 Política de ensino

O IFS fundamenta as suas políticas de Ensino nos princípios legais advindos da LDB e dos Decretos e Pareceres que a regulamentam e asseguram a autonomia e flexibilidade desta Instituição. As políticas aqui definidas devem contemplar com qualidade a diversidade de ofertas e atendimentos nos diversos níveis de educação profissional e ampliar as possibilidades de inclusão do aluno no mundo do trabalho, propiciando-lhe alternativas de educação continuada. Potencializar ações que

promovam a interação ensino, pesquisa e extensão em articulação com as exigências oriundas do mundo real.

Fundamentar os currículos no saber-fazer, saber-pensar e construir conhecimentos necessários à atuação do cidadão nas atividades sócio laborais. Salienta-se que é propósito do ensino consolidar institucionalmente a compreensão de que o processo de aprender não termina na escola ou no trabalho, exigindo qualificação contínua do trabalhador.

2.2.1.1 Formação Continuada de Professores

Na década passada, Machado (2015) alertava que a falta de concepções teóricas consistentes e de políticas públicas amplas e contínuas havia marcado as iniciativas de formação docente para a EPT no Brasil. Uma das dificuldades enfrentadas é a carência de profissionais com formação inicial em EPT. As disciplinas das áreas técnicas são ministradas por profissionais que, muitas vezes, não possuem formação inicial em licenciatura. Mesmos os professores licenciados, não tiveram a oportunidade de discutir, em sua formação inicial, os aspectos e concepções que regem a Educação Profissional. Para enfrentar esta realidade, o IFS aposta em duas estratégias: a formação inicial para a Educação Profissional nos cursos de licenciatura e a formação continuada docente em serviço.

A formação inicial consiste no estabelecimento da disciplina Educação Profissional com currículo dos cursos de licenciatura. A proposta surge no ano de 2018, durante o processo de reformulação curricular dos cursos oferecidos pela instituição. Ainda está em fase experimental e o primeiro curso a implantar é o de Licenciatura em Química. Após o período de maturação, a proposta será avaliada, com o intuito de se estender para os demais cursos de licenciatura oferecidos pela instituição.

A formação continuada é compreendida pelo IFS enquanto “o processo permanente de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade profissional, realizado após a formação inicial, com a finalidade de assegurar a qualidade ao processo de ensino-aprendizagem (VIEIRA et al, 2018, p. 101). No IFS, a principal estratégia de formação continuada docente são os Encontros ou Jornadas Pedagógicas. São ações organizadas pelas Direções/Gerências de Ensino em

conjunto com as Equipes Pedagógicas de cada *campus*, no início de cada semestre letivo. Os Encontros ou Jornadas têm como propósito reunir professores e demais profissionais da educação em um espaço de reflexão e discussão sobre os desafios, as especificidades e possibilidades encontrados nos processos de ensino e aprendizagem.

Com o intuito de fortalecer essa ação, a Pró-reitoria de Ensino (PROEN) vêm ampliando o tempo destinado à realização dos Encontros e Jornadas Pedagógicas. Além disso, desde 2018, a PROEN realiza o Encontro Pedagógico Multicampi. Um momento de integração entre todos os docentes e equipes pedagógicas e psicossociais que compõem o IFS.

Além dessas ações realizadas no início de cada semestre letivo, o IFS se preocupa em desenvolver atividades formativas ao longo do ano, através das diversas pró-reitorias e diretorias sistêmicas. As Diretorias de Assuntos Estudantis (DIAE) e de Educação Profissional e Superior (DEPS), órgãos integrantes da PROEN, têm realizado ações de fortalecimento aos Núcleos de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e de estímulo à Educação Inclusiva. São desenvolvidas palestras, encontros e oficinas, com vistas a capacitar professores, alunos e servidores administrativos para o favorecimento à diversidade no ambiente escolar.

Outra estratégia de formação continuada que merece destaque é a promoção do Mestrado Profissional em Educação Profissional (ProfEPT). Esta ação é desenvolvida em rede nacional, com apoio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) e do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF). O ProfPET busca aperfeiçoar as práticas educativas e a gestão escolar vinculadas à EPT, em articulação com a demanda por qualificação de profissionais da rede. O IFS participa da rede de oferta do ProfEPT junto com outras 39 instituições. Atualmente, são ofertadas 24 (vinte e quatro) vagas, sendo 12 (doze) para servidores docentes e administrativos da instituição e o restante para ampla concorrência.

As ações descritas demonstram que a formação continuada docente é uma preocupação constante do IFS. Mesmo assim, a instituição compreende a necessidade de ampliá-las. A construção de uma Política de Formação Continuada

Docente é o próximo passo a ser definido pela instituição.

2.2.1.2 Atividades de prática profissional e estágio

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (Art. 1º da Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008).

Pode ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso. O primeiro é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma. O segundo é desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

No IFS, a prática profissional desenvolvida visa à construção de saberes definidos nos PPC, através de atividades orientadas por um professor da área do conhecimento, de acordo com o objeto de estudo do aluno. São consideradas práticas profissionais atividades como: estudos de casos, vivências no sistema produtivo, pesquisas, projetos técnico-científicos e comunitários, devendo estar previstas nos projetos pedagógicos de cursos, com suas respectivas cargas horárias totais, horários semanais, metodologias e instrumentos de avaliação.

O estágio propicia ao aluno a complementação do processo ensino-aprendizagem, sendo planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com os PPC e legislação em vigor. Em busca da ampliação da oferta de estágio, ações e estratégias de interlocução e interação com o sistema produtivo e instituições públicas vêm sendo desenvolvidas, mas precisam ser potencializadas, no sentido de estreitar as relações entre o IFS, as empresas e a comunidade.

Dessa forma, haverá uma aproximação entre a realidade possibilitada pelo Estágio Supervisionado e a prática da reflexão sobre essa realidade, a partir da solidariedade entre os demais componentes curriculares do curso, constituindo, assim, um mecanismo de ajuste legal para solucionar ou sanar a defasagem existente entre conhecimentos teóricos e atividade prática (PICONEZ, 2016). Em outras palavras, nada

de teoria no vazio, nada de empirismo desconexo. Essa unidade situa-se no centro em que a teoria é determinada pelo conhecimento preciso da prática e no qual, em contrapartida, a teoria determina com mais rigor sua experiência

Essa concepção de estágio fomenta a inserção dos alunos no mundo do trabalho, além de ser um instrumento efetivo de avaliação e retroalimentação dos currículos, que estabelecem os itinerários e os processos formativos dos alunos deste Instituto. A sistemática de acompanhamento de estagiários obedece a uma normativa interna e é realizada pela Central Geral de Estágio do IFS – CGE, em conjunto com os Núcleos de Apoio ao Estágio – NAE, existentes em cada *campus*.

2.2.1.3 Processo de Avaliação da Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem, que atenda aos princípios metodológicos definidos nas propostas curriculares do IFS, é processual. Nesse contexto, a avaliação da aprendizagem assumida pelo IFS deixa de ter seu foco no desempenho individual, o qual toma o sujeito como o único responsável pela sua aprendizagem, e adota a concepção de avaliação com foco na construção coletiva da aprendizagem do sujeito (LUCKESI, 2011). Nessa perspectiva, professor e aluno participam desse processo de construção do conhecimento.

O processo de avaliação será realizado por meio do acompanhamento contínuo do aluno, utilizando estratégias, instrumentos e técnicas que possam aferir seu desempenho nas atividades teórico-práticas. Dentre os instrumentos e técnicas de avaliação que poderão ser utilizados, destacam-se o diálogo, a observação, a participação, as fichas de acompanhamento, os trabalhos individuais e em grupo, testes, provas, pesquisas bibliográficas e de campo, demonstração prática, seminários, elaboração e execução de projetos, produção científica e artístico-cultural.

Nessa perspectiva, a avaliação deverá ter em vista o desenvolvimento integral do aluno, contemplando os seguintes critérios:

- Prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- Inclusão de tarefas contextualizadas;
- Manutenção de diálogo permanente entre professor e aluno;
- Utilização funcional do conhecimento.

Assumida essa perspectiva e constatadas as dificuldades de aprendizagem, o professor deverá propiciar aos alunos reorientação de estudos para que possam superar as dificuldades apontadas no processo avaliativo. No desenvolvimento dos saberes teóricos e práticos construídos, será assegurada a adaptação curricular, quando necessária, adequada às especificidades dos estudantes.

2.2.1.4 Práticas Pedagógicas Inovadoras e Perspectivas em relação à Prática Docente

As práticas pedagógicas a serem adotadas pelos educadores do IFS devem ter como prioridade a formação integral do sujeito. Nesta perspectiva, a seleção das metodologias de ensino partirá do pressuposto de que quanto mais inovadoras e desafiadoras forem, mais contribuirão para o desenvolvimento de atitudes críticas, investigativas, criativas e autônomas dos alunos.

Tais práticas devem partir de uma proposta pedagógica que valorize a capacidade intelectual e produtiva dos estudantes, assim como, que priorize as especificidades e interesses individuais e coletivos dos mesmos.

Nessa perspectiva, o IFS busca desenvolver e potencializar ações que respondam aos desafios que se impõem à consolidação de sua identidade institucional, para tanto foram propostos coletivamente procedimentos do fazer pedagógico:

- Potencializar estratégias de interação com o sistema produtivo e interlocução com outras políticas, no sentido de fortalecer o diálogo do IFS com a sociedade;
- Fomentar a integração entre ensino, pesquisa e extensão, como processo inerente ao ato educativo, numa perspectiva de aprendizagem continuada, como possibilidade de construir e socializar saberes com maior amplitude, de forma crítica e transformadora;
- Planejar e construir coletivamente referenciais teórico-metodológicos que norteiem o trabalho pedagógico no IFS;
- Adotar processo educativo investigativo, que elimine a dicotomia teoria/prática e fomente a (re)construção de conhecimentos científicos, por meio da pesquisa, em todos os níveis e modalidades de ensino;

- Buscar a (re)construção do conhecimento através da intervenção na realidade, promovendo contextualização, transdisciplinaridade e interdisciplinaridade dos saberes com vistas à sua aplicação em projetos comunitários;
- Promover programas de formação continuada dos educadores para atualização dos conhecimentos em suas áreas de atuação, possibilitando adequação de suas metodologias às necessidades de aprendizagem dos alunos;
- Implementar propostas curriculares flexíveis e comprometidas com as questões sociais, éticas e ambientais, relacionando-as às áreas específicas de formação profissional e do tecido social;
- Elaborar propostas curriculares que pensem os currículos também voltados ao mundo do trabalho dentro do contexto da quarta revolução industrial não só no sentido de preparar os jovens para o a construção e uso de tecnologias digitais, que estão em rápida evolução, mas também para discutir questões éticas sobre a genética, cognição humana entre outros.
- Divulgar para a comunidade tecnologias e projetos desenvolvidos na Instituição, através de eventos e programas, estimulando o interesse pela pesquisa e produção;
- Ampliar as condições de acompanhamento psicopedagógico e social dos alunos;
- Ampliar e Fortalecer os programas educativos do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE;
- Promover fóruns e pesquisas com educadores e estudantes do PROEJA, visando avaliar a efetividade da oferta de cursos nesta modalidade de ensino;
- Ampliar os procedimentos de assistência aos alunos, particularmente àqueles em regime de internato, de forma a promover a sua permanência com êxito.

2.3 Política de pesquisa

A política de pesquisa tem a finalidade de fomentar, orientar e acompanhar a realização das atividades de pesquisa no âmbito do IFS, com fundamento nos objetivos definidos na Lei de Criação dos Institutos Federais (Lei nº 11.892, de 29/12/2008). A atuação da pesquisa na instituição engloba a Iniciação Científica e Tecnológica.

Em conformidade com a Portaria 17, de 11 de maio de 2016, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação, entende-se por pesquisa

aplicada “aquelas de natureza teórica, metodológica, prática ou empírica a serem desempenhadas em ambientes tecnológicos ou em campo”. Devendo envolver docentes, técnico-administrativos e discentes, visando à produção técnica, científica, tecnológica e inovadora, com ênfase no atendimento das demandas regionais, observando-se aspectos técnicos, políticos, sociais, ambientais e econômicos, incluindo aquelas em parcerias com empresas e outras instituições.

2.3.1 Dos Princípios e Objetivos

O IFS fomenta a pesquisa como princípio pedagógico, sendo um dos pilares da atividade acadêmica em todos os níveis e modalidades de cursos ofertados. Nesse sentido, tem-se como um dos principais objetivos a formação de pessoas voltadas à investigação, à produção, ao empreendedorismo e à difusão de conhecimentos, buscando o desenvolvimento científico e tecnológico no âmbito local, nacional e até mesmo internacional.

Além disso, para alcançar esses objetivos, foram instituídos Programas de incentivo à Pesquisa aplicada como o PIBIC, Popularização na Ciência, Mulheres na Ciência, dentre outros, que permitem a concessão de bolsas e auxílios financeiros para servidores e estudantes.

A fim de assegurar a continuidade e a ampliação das atividades de pesquisa, o IFS acompanha a publicação de editais de fomento de outras instituições, estimulando parcerias externas por meio da captação de recursos na execução de projetos. As bolsas de iniciação científica concedidas seguem a categorização definida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundação de Apoio à Pesquisa e a Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC) dentre outros.

Com isso, pretende-se elevar as possibilidades de atuação dos estudantes e servidores. Todas as atividades são estimuladas pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão e desenvolvidas em articulação com os campi. No que se refere às instâncias colegiadas na área, a instituição dispõe do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão,

do Conselho Editorial, Comitê de Ética em Pesquisa e Comitê de Ética em Uso de Animais.

A iniciação científica e tecnológica tem por objetivo desenvolver o pensamento científico dos estudantes e incentivar a formação de novos pesquisadores. No IFS, o estudante tem a possibilidade de realizá-la mediante a concessão de bolsas financiadas pelo IFS, por agências de fomento externo ou voluntariamente.

A interação de servidores e estudantes no desenvolvimento de ações conjuntas resultou, na formação de grupos de pesquisa em áreas como, Agronomia, Educação, Engenharia Elétrica, Engenharia de Materiais e Metalúrgica, Ciência da Computação, Física, Engenharia Civil, Matemática, Química, dentre outras. Todos integram o Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, inventário coordenado pelo CNPq.

As ações de estímulo e difusão da produção acadêmica consistem em criação de grupos de pesquisa, participação de servidores e estudantes na realização de eventos científicos, divulgação científicas e institucionais através da publicação de livros e revistas, visita aos campi para divulgação das ações de pesquisa e treinamentos.

A instituição realiza anualmente a Semana de Ciência e Tecnologia do IFS, que oferece uma série de atividades para a divulgação de ações desenvolvidas nas áreas do ensino, pesquisa e extensão. A programação aberta à comunidade inclui palestras, minicursos, oficinas em que ocorre o Congresso de Iniciação Científica do IFS, Semana de Extensão Tecnológica, Seminário de Inovação do IFS, Fórum de pós-graduação do IFS e Seminário de Pesquisa de Técnico-Administrativos do IFS.

Os eventos são a oportunidade para que docentes, técnico-administrativos e estudantes do IFS e público externo de escolas públicas ou privadas, apresentem os resultados de suas pesquisas. Outros eventos de divulgação de trabalhos científicos que ocorrem no âmbito do IFS são o lançamento anual dos livros e a publicação de artigos na Revista Expressão Científica composto por um Conselho Editorial do IFS.

Além dessas ações o IFS possui o programa IFS sustentável, que representa o compromisso institucional em defesa do meio ambiente na perspectiva de valores e atitudes coerentes da comunidade acadêmica, através de ações que contribuam para

a redução do uso de recursos naturais, financeiros, minimizando os impactos do meio ambiente provocados pelas diversas atividades institucionais.

Para maiores informações sobre a implementação da política de pesquisa podem ser acessadas por meio do endereço eletrônico: <http://www.ifs.edu.br/propex/>.

2.3.2 Das Diretrizes

As diretrizes da política de pesquisa têm como orientações:

- ✓ Fomentar a divulgação científica por meio de ações de incentivo e investimento na publicação de trabalhos de pesquisa em periódicos indexados; realização de eventos para a divulgação dos resultados das pesquisas; publicação de livros impressos e e-books.
- ✓ Promover eventos científicos com a participação de discentes, docentes e técnicos administrativos;
- ✓ Elaborar editorial e criação de um periódico científico para divulgar trabalhos da instituição, viabilizando a inclusão no sistema Qualis da CAPES;
- ✓ Incentivar a criação de Grupos de Pesquisa;
- ✓ Garantir a distribuição dos recursos destinados à pesquisa em função das publicações científicas do pesquisador e da relevância do projeto;
- ✓ Ampliar a inserção do IFS no circuito nacional de financiamento da pesquisa;
- ✓ Estimular à Inter e à multidisciplinaridade nas ações dos grupos de pesquisa;
- ✓ Organizar seminários por área do conhecimento;
- ✓ Apoiar a pesquisa por meio de editais específicos que contemplem a realidade socioeconômica de cada região;
- ✓ Ampliar o número de editais que favoreça a iniciação científica, que subsidiem eventos de divulgação da ciência, pesquisa e inovação tecnológica;
- ✓ Apoiar a extensão tecnológica e registros de patentes;
- ✓ Incentivar parcerias entre o Instituto e indústrias locais;
- ✓ Construir editais relacionados ao fomento da pesquisa na instituição;
- ✓ Avaliar os convênios interinstitucionais;
- ✓ Incentivar o uso racional de recursos humanos e materiais como compromisso institucional em defesa do meio ambiente.
- ✓ Assegurar que as pesquisas do IFS que envolvam seres humanos sejam realizadas em consonância com os princípios éticos de legislação vigente.

2.3.3 Dos Instrumentos da política de pesquisa

Os instrumentos para a implementação da política de pesquisa são:

- ✓ Realização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do IFS
- ✓ Publicação de livros em formato de papel e e-book
- ✓ Lançamento anual de livros
- ✓ Publicação semestral da revista Expressão Científica
- ✓ Publicação semestral da Revista Caminhos da Educação Matemática em Revista
- ✓ Realização da Propex Itinerante

- ✓ Realização de treinamento para captação de recursos externos
- ✓ Realização de fóruns
- ✓ Desenvolvimento do Plano de Gestão Logística Sustentável

2.4 Política de extensão

A extensão constitui um processo educativo, científico, cultural, de interação da academia com outros setores da sociedade, realizado por meio de ações, como programas, projetos, cursos, assessorias, consultorias e serviços.

O IFS compreende que a extensão vislumbra a necessidade de ação relacional e de diálogo com a sociedade, enfatizando demandas sociais, compactuando com um modelo inclusivo, para o qual o desenvolvimento deve ser igualitário, centrado no princípio da cidadania como patrimônio universal, de modo que todos os cidadãos possam compartilhar o desenvolvimento científico e tecnológico, para cumprimento de seu papel social.

2.4.1 Dos Princípios e Objetivos

A extensão deverá orientar-se não só pelos desafios tecnológicos, mas, também pela questão ética que diz respeito à amplitude da existência humana. Assim, é fundamental que nessas atividades e ações, se busque o equilíbrio entre vocação técnico-científica e vocação humanística. Nessa intersecção reside o amplo papel de instituição promotora de cultura.

O IFS busca fomentar as ações de extensão articuladas com o ensino e a pesquisa, na perspectiva da promoção dos direitos sociais e educacionais, promovendo o desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental, oportunizando a participação da comunidade acadêmica no desenvolvimento de projetos de extensão tecnológica junto às comunidades externas, com aporte de recursos próprios e/ou externos.

Os programas e projetos de extensão contribuem com a transferência de saberes às comunidades com vulnerabilidade socioeconômica, estimulando a capacitação, o

cooperativismo e o empreendedorismo para geração de renda e emprego, minimizando, para esse segmento da sociedade, os efeitos negativos da exclusão social.

2.4.2 Das diretrizes

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão acontecerá, quando as atividades de extensão forem entendidas e praticadas como princípio educativo, através de:

- ✓ Indissociabilidade entre extensão, pesquisa e ensino: estabelecer a extensão como prática pedagógica, integrada à pesquisa e ao ensino, atendendo às novas demandas da sociedade contemporânea que exigem uma formação articulada com a máxima organicidade, competências científicas e técnicas, inserção política e postura ética.
- ✓ Inter/transdisciplinaridade: priorizar um modelo que integre diversas áreas do conhecimento e diversos níveis de ensino, cumprindo o compromisso institucional de atender à comunidade local/regional, com vistas ao seu desenvolvimento econômico-social, artístico e cultural.
- ✓ Promoção da cidadania e responsabilidade socioambiental: desenvolver ações e projetos de extensão, atuando nas dimensões social, cultural, política, ambiental e econômica, que priorizem o combate da exclusão social, propiciando a conquista da cidadania e a percepção do meio ambiente como patrimônio natural e cultural da humanidade.
- ✓ Desenvolvimento local e regional: fomentar ações que objetivem a inclusão da população na cadeia produtiva, gerando emprego-renda e produção de conhecimento, atuando de forma decisiva para a transformação da sociedade, respeitando as peculiaridades e potencialidades de cada região.
- ✓ Responsabilidade socioambiental: garantir que as ações e projetos de extensão possibilitem a preservação ambiental e o desenvolvimento social, priorizando uma abordagem transdisciplinar das atividades.
- ✓ Difusão de conhecimentos: promover atividades e eventos para a troca de conhecimentos científicos, técnicos, experienciais e outros, trazendo contribuições fundamentais para o aprimoramento da comunidade interna e externa.
- ✓ Capacitação técnica, operativa e instrumental: capacitar pessoas, propiciando maiores oportunidades de inserção ao mundo do trabalho (formal ou informal).
- ✓ Arte e cultura na construção da identidade regional: promover ações que estimulem o desenvolvimento e a valorização da arte e da cultura nas mais

diferentes formas, com vistas à consolidação das identidades regionais e na sua afirmação frente a outras culturas e povos.

2.4.5. Dos instrumentos

Dentre os instrumentos para implementação da política de extensão no IFS destacam-se as seguintes ações e projetos de extensão:

- ✓ Criação e fortalecimento de programas de extensão com amplitude social inclusiva;
- ✓ Consolidação da política de relacionamento com o setor produtivo;
- ✓ Estímulo à prestação de serviços que gerem possibilidades de emprego e geração de renda, contribuindo para minimizar os fatores de exclusão social e para o desenvolvimento socioeconômico do Estado;
- ✓ Ampliação da oferta de cursos de extensão de cultura e arte, atividades desportivas, profissionalizantes, línguas, elaboração de projetos de extensão em todos os *campus*.
- ✓ Fomento e ampliação do desenvolvimento de programas de cultura, arte, saúde, esporte e lazer;
- ✓ Fomento ao desenvolvimento de atividades de extensão na área de música;
- ✓ Ampliação do programa de aprendizagem para alunos em parceria com empresas;
- ✓ Apoio a projetos de assessoria técnica a agricultores, por meio de projetos agroecológicos;
- ✓ Criação de programa destinado aos egressos;
- ✓ Apoio a projetos de ações inclusivas e de tecnologias sociais para comunidades em situação de risco nas áreas temáticas da extensão (comunicação, saúde, trabalho, educação, direitos humanos e justiça, tecnologia e produção, meio-ambiente e cultura);
- ✓ Apoio e incentivo à formação dos Núcleos de Extensão e Prática Profissional - NEPP, no âmbito dos Campi do IFS para o aperfeiçoamento e ampliação dos conhecimentos adquiridos nas atividades do processo de ensino-aprendizagem;

2.5 Política de Assistência Estudantil

A Política de Assistência Estudantil (PAE) do IFS visa atender a todos os estudantes regularmente matriculados, independentemente de sua situação socioeconômica, visando a ampliação das condições de permanência e êxito no processo educativo. Seu principal objetivo é desenvolver projetos, linhas de ação e serviços que assegu-

rem ao estudante do IFS o acesso, a permanência e o êxito em seu percurso educacional, consolidando o apoio à formação integral, contribuindo preventivamente nos casos de evasão e retenção.

A PAE/IFS é orientada pelos seguintes princípios:

- ✓ educação enquanto direito social com primazia de oferta pelo poder público;
- ✓ gratuidade no ensino;
- ✓ qualidade nos serviços prestados;
- ✓ qualificação e aprimoramento dos profissionais;
- ✓ gestão democrática com incentivo à participação dos estudantes e servidores nas instâncias deliberativas;
- ✓ transparência nos procedimentos e recursos alocados, resguardados os casos de sigilo ético profissional;
- ✓ promoção da igualdade de condições e equidade na oferta e acesso às ações e serviços;
- ✓ compromisso com a inclusão e acessibilidade;
- ✓ formação cidadã para o desenvolvimento integral dos estudantes;
- ✓ articulação entre ensino, pesquisa, inovação e extensão;
- ✓ respeito à autonomia e diversidade dos sujeitos e aos direitos humanos;
- ✓ liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.

A Política de Assistência Estudantil é efetivada por meio do Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando do IFS (PRAAE/IFS) e busca atender, prioritariamente, às necessidades do corpo estudantil cuja renda familiar per capita seja de até um salário mínimo e meio vigente, conforme preceitua o Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). A Política de Assistência Estudantil pode ser acessada através do link: <http://www.ifs.edu.br/politica-de-assistencia-estudantil-do-ifs-pae-ifs>.

O PRAAE/IFS é um programa institucional composto por projetos, linhas de ações e serviços, desenvolvidos e executados pela Coordenação de Assistência Estudantil de cada *campus*, acompanhados pela Diretoria de Assuntos Estudantis (DIAE), composta por ações universais (projetos, auxílios financeiros e bolsas que independem da situação de vulnerabilidade socioeconômica) e ações específicas (projetos, auxílios financeiros e bolsas que dependem da situação de vulnerabilidade socioeconômica).

Dentre as ações universais, temos o Projeto Jornada de Assistência Estudantil, Ações de Arte, Cultura, Esporte e Lazer, Projeto Educação, Saúde e Cidadania, Bolsa de Incentivo ao Êxito Acadêmico, Bolsa Monitoria de Nível Médio e Superior, Bolsa

Partilhando Saberes, Apoio ao estágio, Ações de atenção à saúde, Atenção Psicossocial e Pedagógica, Inclusão Digital, Auxílio Financeiro para Participação em Eventos, Ações de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas, Alojamento Estudantil, Refeitório.

Nas ações específicas, o PRAAE/IFS apresenta as seguintes ações: Auxílio Permanência Estudantil, Auxílio Residência, Auxílio Material e Fardamento, Bolsa Trainee e o Auxílio aos Estudantes de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.

A Política de Assistência Estudantil (PAE/IFS) tem por base os valores da ética e respeito, transparência, qualidade e excelência, inovação, integração, compromisso social e desenvolvimento humano, proporcionando o exercício da cidadania e o bem-estar da sociedade.

É importante salientar que para a construção desta política houve um intenso processo dialógico e participativo dos diversos sujeitos: estudantes, psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, enfermeiros, gestores em geral, entre outros. A PAE/IFS foi tecida em diversos momentos, nas Jornadas de Assistência Estudantil (2013 e 2016) e no Fórum de Assistência Estudantil (2013), bem como no I Encontro de Servidores da Assistência Estudantil (2016), momento em que se constituiu a Comissão responsável pela sistematização das Ações da Assistência Estudantil, no início do ano de 2017. Para maiores informações sobre a Assistência Estudantil basta acessar o endereço eletrônico: <http://www.ifs.edu.br/reitoria/diretorias/diae>.

2.6 Política de acompanhamento de Egressos

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram legalmente criados no fim de 2008 através da Lei nº 11.892/2008, a qual em seu Art. 6º define, dentre outras, a finalidade dessas Instituições de “ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional”. Na busca de atender com eficácia esta e as demais finalidades previstas na referida Lei, processos que envolvem ensino, pesquisa, extensão e inovação vêm sendo desenvolvidos nos diversos Institutos Federais do país. São ações direcionadas à oferta de uma formação profissional e tecnológica adequada aos seus alunos, que lhes proporcionem meios

de contribuir profissionalmente com o desenvolvimento das forças produtivas nos diversos setores da economia em que venham a atuar após a conclusão ou mesmo durante os seus estudos.

Para que os processos associados ao ensino sejam desenvolvidos da forma correta e em consonância com as necessidades do ambiente socioeconômico ao qual a Instituição está inserida, é importante conhecer a avaliação dos alunos não apenas acerca de sua completa experiência ao longo do curso, mas também sobre o processo de inserção e adaptação ao mercado de trabalho.

Nesse sentido, torna-se importante no desenvolvimento de uma Instituição de Ensino a existência de um programa de acompanhamento de alunos egressos que fomente a continuidade da comunicação e da interação entre o aluno e a Instituição, mesmo após o término do vínculo formal entre eles por ocasião da conclusão do curso.

Como egresso, entende-se o aluno que concluiu integralmente algum curso ofertado pela Instituição, uma vez que conceitos que ampliam essa definição costumam se sobrepor a outros – evasão, por exemplo -, causando confusões desnecessárias à análise das informações de públicos específicos e qualitativamente distintos.

Após algumas iniciativas isoladas na Instituição, a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional através do Núcleo de Análises Econômicas (NAEC) começou a desenvolver um acompanhamento geral e sistemático dos egressos, materializado nas primeiras pesquisas gerais com os egressos do IFS, executadas através dos editais do Programa de Bolsas Institucionais de Extensão (PBIEX).

A primeira dessas pesquisas foi realizada em novembro de 2018 e teve como público-alvo todos os egressos dos cursos de nível superior do Instituto Federal de Sergipe até aquele mês. De acordo com o SIGAA, tal universo era composto por 672 egressos. A pesquisa, cujo objetivo geral foi analisar as expectativas e as avaliações dos egressos dos ***cursos de nível superior*** em relação a diversos aspectos da vida acadêmica no Instituto e sua inserção no mercado de trabalho após a conclusão dos estudos, foi bem-sucedida em obter a participação líquida de 40,3% desse universo. Se tratando de pesquisas com egressos, conhecidas por habitualmente apresentarem

baixas taxas de participação, a referida amostra foi superior à obtida em exitosas experiências de outras IFES², sendo também suficiente para gerar informações com significância estatística. Os resultados já foram disponibilizados às unidades gestoras do Instituto (Pró-Reitorias, diretorias de *campi*, diretorias sistêmicas e coordenações de cursos) para auxiliar o planejamento e a revisão de políticas e atividades, sendo também apresentados e discutidos em seminários pelo NAEC.

Outra pesquisa geral está sendo executada em 2019, desta vez contemplando os egressos dos cursos técnicos nas modalidades presencial e EaD. O objetivo é análogo ao da pesquisa anterior, porém voltado a outro público alvo: analisar as expectativas e as avaliações dos egressos dos ***cursos de nível técnico*** em relação a diversos aspectos da vida acadêmica no Instituto e sua inserção no mercado de trabalho após a conclusão dos estudos. Espera-se, contudo, que essa pesquisa tenha a participação de um número significativamente maior de egressos, tendo em vista que seu universo é mais amplo.

Essas pesquisas vêm trazendo ganhos ao Instituto, na medida em que criam ricas bases de dados sobre a percepção dos egressos em relação aos serviços prestados pelo IFS e sobre a alocação profissional de nossos alunos no mercado de trabalho. Essas valiosas informações já foram utilizadas, por exemplo, para definir propostas a respeito da oferta futura de cursos em um *campus*, contribuindo, portanto, para tomadas de decisões mais seguras e de menor risco, uma vez que são baseadas em dados e análises técnicas.

Nesse sentido, espera-se que o desenvolvimento do Programa de Acompanhamento de Egressos induza os gestores do Instituto a, cada vez mais, basearem suas decisões estratégicas em evidências deste tipo, uma vez que elas refletem efetivamente a contribuição social da Instituição na vida dos alunos.

Contudo, embora seja o componente central, o Programa de Acompanhamento de Egressos (PAEG) não se limita às pesquisas de acompanhamento. Como vem demonstrando os resultados desses estudos, os alunos recém-formados frequentemente esbarram em dificuldades para ingressar no mercado de trabalho, que podem

² Como exemplo, pode-se citar o excelente trabalho desenvolvido pelo IFRN, onde o Programa de Acompanhamento já conta com três edições, cuja qualidade técnica influenciou positivamente nossas experiências. Na última pesquisa disponível (PAE 2017), a taxa amostral obtida foi de 27,5% do total de egressos e, nos casos particulares dos cursos superiores, de 39,1% dos egressos das graduações tecnológicas e de 34,2% dos egressos das licenciaturas.

ser mitigadas pela Instituição de Ensino caso ela consiga prospectar oportunidades de emprego relacionadas aos cursos que oferece e, desta forma, aproximar seus alunos das empresas onde podem pôr em prática as habilidades e competências que desenvolveram na academia.

Dessa forma, as seguintes ações estão também contempladas no PAE:

- i) Readequar e pôr em atividade o Portal do Egresso (<http://www.ifs.edu.br/egressos/>), um portal eletrônico que objetiva estreitar o relacionamento com o egresso ao centralizar as informações dos eventos de interesse deste público. Neste portal, ele poderá manter o cadastro atualizado com informações de suas experiências no mercado de trabalho e pretensões de formação complementar, além de ter acesso a informações de eventos, cursos de aperfeiçoamento profissional, oportunidades profissionais e de continuidade de estudos dentro da Instituição e oportunidades de emprego disponibilizadas por empresas;
- ii) Promover encontros, cursos de extensão, palestras, seminários, congressos, workshops, dentre outros eventos direcionados aos profissionais formados pelo IFS. Além de úteis para estreitar o relacionamento com os ex-alunos, esses eventos serão importantes para alcançar uma maior participação dos egressos nas pesquisas desenvolvidas pela Instituição, tendo em vista que, tradicionalmente, esta participação é muito baixa.

Com essas ações, pretendemos estreitar o relacionamento com os egressos e consolidar uma cultura no Instituto onde a tomada de decisões seja baseada em evidências e orientada a atender aos anseios do aluno em relação aos aspectos educativos e profissionais. Nesse sentido, entendemos que ouvir o aluno e reorganizar nossas políticas em função deste *feedback* é um grande passo para instituição.

2.7 Responsabilidade Social do IFS

É função do IFS promover educação profissional e tecnológica, ofertando cursos nos diversos níveis e modalidades de ensino em sintonia com as demandas sócio-laborais, contribuindo para o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais e regionais.

No projeto de criação dos Institutos Federais de Educação, são notórias as responsabilidades e o compromisso social dessas instituições, que estão sendo convocadas a contribuir com os programas e processos de desenvolvimento e de inclusão social em um país historicamente marcado por enormes contradições na distribuição dos bens socialmente produzidos.

Há de se considerar que o papel requerido das instituições federais de educação profissional e tecnológica implica grande responsabilidade e o IFS enfrentará grandes desafios. Esta Instituição vem aperfeiçoando, transformando e (re)significando as suas práticas, no sentido de responder satisfatoriamente a essas responsabilidades e aos compromissos oriundos desse modelo que ora se apresenta.

O Instituto posiciona-se de maneira estratégica, enquanto instituição pública, nesse projeto de nação que busca a construção de uma sociedade justa e igualitária, pois através da educação e do trabalho pode-se assegurar inclusão social.

Nesse contexto, temos o compromisso de proporcionar educação profissional e tecnológica que prepare o educando não apenas para o emprego, mas para gerar saberes que permitam sua inserção de maneira proativa nos processos produtivos formais e informais, sem perder de vista a interlocução com outras políticas públicas que fomentem ações de pesquisa, difusão de saberes e inclusão social.

2.8 Desafios e Perspectivas do IFS

Após a delimitação da identidade, do histórico institucional, dos princípios pedagógicos, da dimensão curricular e das práticas educativas trilhadas em nossa instituição, a partir das políticas institucionais, é chegada a hora de pensar os próximos passos do IFS, afinal, este é o principal objetivo de um Projeto Político Pedagógico.

Gadotti (2000) adverte que o projeto político pedagógico faz parte do planejamento da escola e que este deve ser um processo de formação social, política e pedagógica. É um projeto que implica na definição de estratégias e tomadas de decisões baseadas nas aspirações e nos anseios da comunidade escolar. Neste sentido, são esboçadas, agora, as metas ambicionadas pelo IFS para os próximos cinco anos. Estas intenções evocam o princípio democrático que guiou a construção deste PPPI, visto que representam o desejo da comunidade acadêmica pela constante melhoria da qualidade educacional de nossa instituição.

As metas estão organizadas em cinco categorias, intituladas dimensões, que representam os principais eixos desafiadores a serem enfrentados pela instituição nos próximos cinco anos: **a) Currículo Integrado; b) Permanência e Êxito; c) Formação Continuada; d) Gestão Democrática; e) Pesquisa, Extensão e Inovação.**

As metas que compõem à dimensão **Currículo Integrado** estão relacionadas ao fazer pedagógico e a promoção de um modelo de educação voltado para a formação completa do cidadão. São metas que evocam o trabalho como um princípio educativo, na busca da superação de uma escola dualista, onde a pesquisa e a técnica sejam indissociáveis, e que permita ao educando o acesso a um conjunto de saberes históricos, culturais, científicos e técnicos, visando a sua formação integral.

A dimensão **Permanência e Êxito** refere-se à coleção de metas que dialogam com os seguintes documentos: Termo de Acordo de Metas e Compromissos estabelecido entre o Ministério da Educação e os Institutos Federais, o Documento Orientador para a Superação da Evasão e da Retenção na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e o Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFS. Estes instrumentos contribuem para o combate à evasão, ao mesmo tempo em que propõem políticas e ações visando à permanência dos alunos, bem como a conclusão de seus estudos.

A dimensão **Formação Continuada** corresponde às metas e estratégias voltadas para o constante aperfeiçoamento das equipes técnica e docente pertencentes ao IFS. Compreende-se, para tanto, o trabalho educativo enquanto *práxis*, no sentido de que docentes, equipe pedagógica e demais servidores administrativos ao desenvolverem suas atividades, quais sejam, contribuir para a transformação do IFS em uma instituição de excelência educacional, também se transformam.

Compõem a dimensão **Gestão Democrática**, as metas e estratégias que estimulam a participação de toda a comunidade acadêmica nas tomadas de decisões que resultem em melhoria da qualidade escolar. Estas metas e estratégias visam a criação ou o fortalecimento dos espaços e das instâncias de diálogo. Isso significa oportunizar a todos as experiências de construção coletiva de projetos, currículos, mas também, da escolha de materiais, meios e instrumentos de aprendizagem.

A última dimensão elencada corresponde a **Pesquisa, Extensão e Inovação**. Esta dimensão relaciona-se às premissas de um modelo educativo que promove a articulação entre ciência, tecnologia e cultura. Compreende, ainda, as ações e atitudes que promovam o progresso da região em que o IFS está inserido.

Quadro 6 - Dimensões e meta PPPI

Dimensão	Metas
1. Currículo Integrado	1.1. Implantar, até dezembro de 2021, as Diretrizes Institucionais Indutoras que orientará a estrutura e o funcionamento dos cursos técnicos de nível médio na forma integrada, inclusive na modalidade PROEJA.
	1.2. Revisar, até dezembro de 2021, 100% dos projetos pedagógicos dos cursos técnicos de nível médio, inclusive da modalidade PROEJA, de acordo com as ações e estratégias estabelecidas nas Diretrizes Indutoras Institucionais.
	1.3. Garantir que, até 2024, das vagas ofertadas para os cursos técnicos, 55% seja para cursos na forma integrada, inclusive na modalidade PROEJA.
	1.4. Estabelecer, em 100% dos projetos pedagógicos dos cursos, a inclusão de estratégias metodológicas e avaliativas que possibilitam a participação discente no processo de aprendizagem de forma ativa, relacionando a teoria e a prática, a fim de atingir o perfil profissional de egresso desejado.
	1.5. Garantir que, até 2024, 50% dos docentes e técnicos administrativos que atuam na ensino médio integrado participem de cursos e demais atividades de capacitação e formação continuada acerca das características e finalidades do currículo integrado.
2. Permanência e êxito	2.1. Reformular, até dezembro de 2021, o Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes, garantindo a participação de representantes docentes, discentes e técnico-administrativos de 100% dos campi no processo.
	2.2. Reduzir, até 2024, a taxa de evasão por ciclo para até 8% e a taxa de retenção por ciclo para até 2%, visando atingir o índice de eficiência acadêmica de 90%, como estabelecido no Termo de Acordo de Metas e Compromissos.
	2.3. Garantir a realização de ações de recepção, acolhimento, integração e adaptação dos estudantes em 100% dos campi.

	<p>2.4. Fortalecer o PRAAE em todos os seus projetos e linhas de ações, buscando garantir o atendimento a, no mínimo, 50% dos nossos estudantes em situação de vulnerabilidade econômica.</p>
	<p>2.5. Assegurar a efetiva atuação da equipe multidisciplinar nos campi, com a realização de acompanhamento pedagógico e psicossocial para 100%, visando identificar e combater, na medida do possível, as dificuldades pedagógicas e socioeconômicas apresentadas por nosso corpo discente.</p>
3. Formação continuada	<p>3.1. Garantir a realização do Encontro Pedagógico Multicampi e das jornadas pedagógicas por campi a cada semestre letivo.</p>
	<p>3.2. Implantar, até dezembro de 2021, em parceria com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) e com a Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação (PROPEX), a Política de Formação Continuada para servidores docentes e servidores técnico-administrativos.</p>
	<p>3.3. Estabelecer, inclusive em calendário acadêmico, <i>encontros semanais</i> entre gestores, docentes e equipe multidisciplinar, visando o planejamento, a reflexão e a avaliação do fazer docente e pedagógico.</p>
	<p>3.4. Implantar, até dezembro de 2021 em parceria com a Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação (PROPEX), o curso <i>latu senso</i> de formação continuada em Educação Profissional, prioritariamente, para docentes não licenciados.</p>
	<p>3.5. Garantir, em parceria com a Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação (PROPEX), a continuidade da oferta de, pelo menos, 01 turma anual do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ampliando, a cada ciclo o quantitativo de 12 servidores com titulação de mestre.</p>
4. Gestão Democrática	<p>4.1. Estimular a participação da 100% da comunidade acadêmica nos órgãos colegiados e demais instâncias de tomadas de decisões.</p>
	<p>4.2. Fortalecer os instrumentos de comunicação e participação social da instituição, possibilitando o acesso de 100% da comunidade acadêmica a esses instrumentos.</p>
	<p>4.3. Consolidar os órgãos colegiados de representação estudantil em 100% dos <i>campi</i>.</p>
	<p>4.4 Assegurar a construção coletiva de 100% dos documentos institucionais por meio da representação de todos os integrantes</p>

	da comunidade acadêmica (gestão, docentes, técnicos-administrativos e discentes) além de posterior consulta à comunidade.
	4.5 Implantar, em 100% dos campi, um sistema de avaliação institucional contínua, por meio da aplicação de questionários e outros instrumentos que possibilitem a gestão de ensino identificar as necessidades, dificuldades e anseios da comunidade acadêmica.
5. Pesquisa, Extensão e Inovação	5.1. Garantir que, até dezembro de 2021, em 100% dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, a pesquisa seja vista como um princípio educativo, inclusive com a identificação de propostas e atividades integradoras entre ensino e pesquisa.

Fonte: Proen (2019)

2.9 Avaliação deste Projeto Político Pedagógico

A avaliação é uma etapa essencial para o aperfeiçoamento de toda política pública. Na educação, o processo avaliativo tornou-se algo tão habitual quanto os atos de ensinar e aprender. Esse fenômeno tem sido alvo de muitas críticas, visto que o papel desempenhado em sala de aula, por professores e alunos, tem se concentrado em uma preparação para as práticas avaliativas.

Críticas à parte, é inegável a contribuição da avaliação enquanto instrumento de captação de informações acerca da qualidade e do progresso, seja da aprendizagem do aluno ou da execução de uma política. Neste sentido, este Projeto Político Pedagógico é suscetível à avaliação. A concepção de avaliação proposta aqui é a da avaliação institucional, pois, a avaliação da aprendizagem foi abordada anteriormente. Este tipo de avaliação busca contemplar a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidade social da instituição (BRASIL, 2004).

Nesta perspectiva, é necessário estabelecer estratégias de acompanhamento das ações e metas propostas no PPPI. Uma importante estratégia utilizada para acompanhamento deste PPPI é o relatório de gestão institucional realizado anualmente. As pesquisas e relatórios pedagógicos desenvolvidos pelas equipes nos campi também contribuem como forma de monitoramento das ações e metas estabelecidos.

Outro aspecto importante para a avaliação institucional é o fortalecimento da Comissão Própria de Avaliação (CPA). Esta comissão, prevista pela Lei n.

10.861/2004 e instituída pela Portaria MEC n. 2.051/2004, tem como finalidade coordenar os processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP. A CPA tem como foco de trabalho a avaliação dos cursos superiores. Entretanto, suas contribuições refletem no fortalecimento de toda a instituição, possibilitando a melhoria dos cursos nos diversos níveis ofertados.

Finalmente, registra-se a importância da supervisão do processo a partir do estabelecimento claro de tarefas e responsabilidades. Assim, cabe à Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) enquanto órgão executivo responsável pelo planejamento, coordenação, fomentação, acompanhamento e avaliação das atividades e políticas de ensino, a função de supervisionar a execução deste PPPI, acompanhando as práticas desenvolvidas nos campi e nas diretorias e departamentos responsáveis pelo cumprimento das metas estabelecidas.

3. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DA OFERTA DE CURSOS E VAGAS

O cronograma de implantação de cursos e vagas foi planejado para o período de vigência do PDI. Porém para a implantação de cursos e vagas a unidade deverão observar os normativos interno e externos para que atendam ao critérios e parâmetros estabelecidos. Desse modo a oferta de cursos e vagas levará em consideração as especificidades de cada *campus* e os normativos quando da proposta de abertura de novos cursos e vagas observando a Instrução Normativa PROEN nº 001/2018, que dispõe sobre as normas para a elaboração e a reformulação de Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs), a abertura, a suspensão ou a extinção de curso no âmbito do IFS. Para maiores informações sobre a oferta de cursos e vagas podem ser acessadas pelo endereço eletrônico: <http://www.ifs.edu.br/seletivo>.

3.1 Campus Aracaju

Quadro 7 - Oferta de cursos e vagas: Campus Aracaju

Nome do Curso	Área/Eixos Tecnológicos	Habilitação	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº Turma/Ano	Turno(s) de Funcionamento	Ano previsto para implantação	Situação
Técnico em Eventos	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Integrado	Presencial	40	1	Noturno	2020-2024	Planejado

3.2 Campus São Cristóvão

Quadro 8 - Oferta de cursos e vagas: Campus São Cristóvão

Nome do Curso	Área/Eixos Tecnológicos	Habilitação	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº Turma/Ano	Turno(s) de Funcionamento	Ano previsto para implantação	Situação
---------------	-------------------------	-------------	------------	--------------------	--------------	---------------------------	-------------------------------	----------

Licenciatura em Ciências Biológicas	Recursos Naturais	Graduação	Presencial	40	2	Manhã	2021	Implantado
Aquicultura	Ciências Agrárias	Técnico de nível Integrado	Presencial	30	1	Manhã e Tarde	2020	Implantado
Operador de Computador	Computação	Proeja - Formação Inicial e Continuada	Presencial	40	1	Tarde	2023	Planejado
Agrimensura	Infraestrutura	Técnico de nível Integrado	Presencial	35	1	Manhã e Tarde	2023	Planejado
Tecnologia em Sistemas Embarcados	Comunicação/Sistemas Embarcados	Tecnólogo	Presencial	40	1	Manhã	2023	Planejado

3.3 Campus Lagarto

Quadro 9 - Oferta de cursos e vagas: Campus Lagarto

Nome do Curso	Área/Eixos Tecnológicos	Habilitação	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº Turma/Ano	Turno(s) de Funcionamento	Ano previsto para implantação	Situação
Técnico Integrado em Automação Industrial	Controle e Processos Industriais	Integrado	Presencial	40	1	Diurno	2020.1	Implantado
Especialização em Ensino de Ciências	Desenvolvimento Educacional e Social	<i>Lato Sensu</i>	Semipresencial	30	1	Diurno	2022	Planejado
Especialização em Educação Integrada	Desenvolvimento Educacional e Social	<i>Lato Sensu</i>	Semipresencial	30	1	Diurno	2022	Planejado

Nome do Curso	Área/Eixos Tecnológicos	Habilitação	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº Turma/Ano	Turno(s) de Funcionamento	Ano previsto para implantação	Situação
FIC em Pintura	Produção Cultural e Design	Formação Inicial e Continuada	Presencial	40	2	Vespertino	2022	Planejado
FIC Espanhol Básico	Ambiente e Saúde	Formação Inicial e Continuada	Ensino à Distância	40	2	Noturno	2022	Planejado
FIC Desenho por Computador	Informação e Comunicação	Formação Inicial e Continuada	Presencial	40	2	Noturno	2023	Planejado
FIC Robótica	Controle e Processos Industriais	Formação Inicial e Continuada	Presencial	40	2	Noturno	2023	Planejado
FIC Internet das Coisas	Informação e Comunicação	Formação Inicial e Continuada	Presencial	40	2	Noturno	2023	Planejado
FIC Redes	Informação e Comunicação	Formação Inicial e Continuada	Presencial	40	2	Noturno	2023	Planejado
FIC Tecnologia Reversa	Controle e Processos Industriais	Formação Inicial e Continuada	Presencial	40	2	Noturno	2023	Planejado
Técnico em Radiologia	Ambiente e Saúde	Técnico Subsequente	Presencial	40	2	Matutino/Vespertino	2023	Planejado
Engenharia Mecânica	Controle e Processos Industriais	Graduação	Presencial	40	2	Vespertino/Noturno	2024	Planejado
FIC Design Imobiliário	Produção Cultural e Design	Formação Inicial e Continuada	Presencial	40	2	Noturno	2024	Planejado
FIC Mecânica de Auto	Controle e Processos Industriais	Formação Inicial e Continuada	Presencial	40	2	Noturno	2024	Planejado

Nome do Curso	Área/Eixos Tecnológicos	Habilitação	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº Turma/Ano	Turno(s) de Funcionamento	Ano previsto para implantação	Situação
Técnico Integrado em Mecânica	Controle e Processos Industriais	Integrado	Presencial	40	1	Diurno	2024	Planejado

3.4 Campus Estância

Quadro 10 - Oferta de cursos e vagas: Campus Estância

Nome do Curso	Área/Eixos Tecnológicos	Habilitação	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº Turma/Ano	Turno(s) de Funcionamento	Ano previsto para implantação	Situação
Sistemas de Energia Renovável	Controle e Processos Industriais	Técnico Integrado de Nível Médio	Presencial	45	1	Diurno	2020.1	Implantado
Administração	Gestão e Negócios	Técnico Subsequente em Administração	EAD Semipresencial	45	1	Noturno	2022.2	Planejado
Construção Civil	Infraestrutura	Pós-Graduação	Presencial	45	1	Diurno	2022.2	Planejado
Eletroeletrônica	Controle e Processos Industriais	Técnico Integrado de Nível Médio	Presencial	45	1	Diurno	2023.1	Planejado
Engenharia Elétrica	Controle e Processos Industriais	Bacharelado em Engenharia Elétrica	Presencial	45	1	Matutino	2022.2	Planejado
Formação Pedagógica	Ensino	FIC	EAD	45	1	Noturno	2023.1	Planejado
Jogos Digitais	Informação e Comunicação	FIC	EAD	45	1	Diurno	2023.1	Planejado
Jogos Digitais	Informação e Comunicação	FIC	Presencial	45	1	Diurno	2022.2	Planejado

Letras	Ensino	Licenciatura	Presencial/EAD	45	1	Noturno	2022.2	Planejado
Matemática	Ensino	Licenciatura	EAD	45	1	Noturno	2022.2	Planejado
Métodos e Técnicas de Ensino	Ensino	Pós-Graduação	Presencial	45	1	Diurno	2023.1	Planejado
Programação de Jogos Digitais	Informação e Comunicação	Técnico Integrado de Nível Médio	Presencial	45	1	Diurno	2022.1	Planejado

3.5 Campus Itabaiana

Quadro 11 - Oferta de cursos e vagas: Campus Itabaiana

Nome do Curso	Área/Eixos Tecnológicos	Habilitação	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº Turma/Ano	Turno(s) de Funcionamento	Ano previsto para implantação	Situação
Operador de Computador	Informação e Comunicação	FIC	Presencial	40	02	Diurno	2022	Planejado
Técnico em Comércio	Gestão e Negócios	Proeja	Presencial	40	01	Noturno	2022	Planejado
Técnico em Administração	Gestão e Negócios	Integrado	Presencial	40	01	Diurno	2023	Planejado
Gestão da Tecnologia da Informação	Informação e Comunicação	Tecnólogo/Superior	Presencial	40	01	Vespertino ou Noturno	2023	Planejado
Licenciatura em Computação	Informação e Comunicação	Superior	EaD	40	01	Diurno	2024	Planejado
Tecnologia em Gestão de Cooperativas	Gestão e Negócios	Tecnólogo/Superior	Presencial	40	02	Noturno	2024	Planejado

3.6 Campus Glória

Quadro 12 - Oferta de cursos e vagas: Campus Glória

Nome do Curso	Área/Eixos Tecnológicos	Habilitação	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº Turma/Ano	Turno(s) de Funcionamento	Ano previsto para implantação	Situação
Técnico em Pós-colheita	Recursos Naturais	PROEJA	Presencial	30	1	Vespertino/Noturno	2022	Planejado
Superior em Tecnologia de Alimentos	Produção Alimentícia	Superior	Presencial	40	1	Vespertino/Noturno	2024	Planejado
Técnico Integrado em Alimentos	Produção Alimentícia	Técnico	Presencial	40	1	Diurno	2023	Planejado
Boas Práticas de Fabricação	Produção Alimentícia	FIC	Presencial	20	1	Vespertino/Noturno	2022	Planejado
Informática	Informação/Comunicação	FIC	Presencial	20	1	Vespertino/Noturno	2023	Planejado
Biologia	Ensino/CCNAT	Licenciatura	Presencial	40	1	Noturno	2024	Planejado

3.7 Campus Tobias Barreto

Quadro 13 - Oferta de cursos e vagas: Campus Tobias Barreto

Nome do Curso	Área/Eixos Tecnológicos	Habilitação	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº Turma/Ano	Turno(s) de Funcionamento	Ano previsto para implantação	Situação
Assistente Administrativo	Gestão e Negócios	FIC	Presencial	40	01	Noturno	2022	Planejado
Assistente de Recursos humanos	Gestão e Negócios	FIC	Presencial	40	01	Noturno	2021	Implantado
Programador de Dispositivos Móveis	Informática/Informática e Comunicação	FIC	Presencial	40	01	Diurno	2021	Implantado

Nome do Curso	Área/Eixos Tecnológicos	Habilitação	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº Turma/Ano	Turno(s) de Funcionamento	Ano previsto para implantação	Situação
Espanhol Básico	Desenvolvimento Educacional e Social	FIC	EAD	40	01	Noturno	2022	Planejado
Técnico em administração	Gestão e Negócios	Técnico integrado de Nível Médio	Presencial	40	01	Noturno	2022	Planejado
Técnico em Administração	Gestão e Negócios	Técnico integrado PROEJA de Nível Médio	Presencial	40	01	Noturno	2022	Planejado
Técnico em Desenvolvimento de Sistemas	Informática/Informática e Comunicação	Técnico Integrado de Nível Médio	Presencial	40	01	Diurno	2022	Planejado
Técnico em Administração	Gestão e Negócios	Técnico Subsequente de Nível Médio	Presencial	40	02	Noturno	2022	Planejado
Licenciatura em Matemática	Matemática	Licenciatura em Matemática	Presencial	40	02	Noturno	2022	Planejado
Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Informática/Informática e Comunicação	Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Presencial	40	01	Noturno	2023	Planejado
Bacharelado em Administração	Gestão e Negócios	Bacharel em Administração	Presencial	40	01	Noturno	2023	Planejado
Instalador e Reparador de Redes de Computadores	Informática/Informática e Comunicação	FIC	Presencial	40	01	Diurno/Noturno	2023	Planejado
Programador Web	Informática/Informática e Comunicação	FIC	Presencial	40	02	Diurno	2023	Planejado
Desenvolvedor de jogos eletrônicos	Informática/Informática e Comunicação	FIC	Presencial	40	01	Diurno	2024	Planejado
Licenciatura em Informática	Informática/Informática e Comunicação	Licenciatura em Informática	EAD	40	01	Noturno	2024	Planejado

3.8 Campus Propriá

Quadro 14 - Oferta de cursos e vagas: Campus Propriá

Nome do Curso	Área/Eixos Tecnológicos	Habilitação	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº Turma/Ano	Turno(s) de Funcionamento	Ano previsto para implantação	Situação
Informática	Informação e Comunicação	Técnico na forma Concomitante	Presencial	30	1	Matutino/Vespertino	2022	Planejado
Agropecuária	Recursos Naturais	Técnico na forma Integrada	Presencial	30	1	Matutino/Vespertino	2024	Planejado
Agrocomputação	Informação e Comunicação	Graduação	Presencial	30	1	Noturno	2023	Planejado
Ciências Biológicas	Recursos Naturais	Licenciatura	Presencial	30	1	Vespertino/Noturno	2024	Planejado
Instalador e reparador de redes, cabos e equipamentos telefônicos	Informação e Comunicação	FIC	Presencial	20	1	Vespertino/Noturno	2023	Planejado
Redes de Computadores	Informação e Comunicação	FIC	Presencial	20	1	Vespertino/Noturno	2024	Planejado

3.9 Campus Socorro

Quadro 15 - Oferta de cursos e vagas: Campus Socorro

Nome do Curso	Área/Eixos Tecnológicos	Habilitação	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº Turma/Ano	Turno(s) de Funcionamento	Ano previsto para implantação	Situação
Técnico de Nível Médio em Manutenção e	Informação e Comunicação	Técnico, na forma concomitante	Presencial	40	1	Diurno	2020	Implantado

Suporte em Informática								
Instalador de Sistemas Fotovoltaicos	Infraestrutura	FIC	Presencial	40	2	Diurno	2022	Planejado
Superior de Tecnologia em Sistemas Embarcados	Informação e Comunicação	Tecnólogo em Sistemas Embarcados	Presencial	40	1	Diurno/Noturno	2024	Planejado
Programador WEB	Informação e Comunicação	FIC	Presencial	40	1	Diurno/Noturno	2023	Planejado
Eletricista de Sistemas de Energias Renováveis	Infraestrutura	FIC	Presencial	40	1	Diurno	2022	Planejado
Eletricista instalador predial de Baixa tensão	Infraestrutura	FIC	Presencial	40	1	Diurno/Noturno	2023	Planejado
Eletricista Industrial	Infraestrutura	FIC	Presencial	40	1	Diurno/Noturno	2023	Planejado
Condutor de Turismo em Unidade de Conservação Ambiental Local	Turismo, Hospitalidade e lazer	FIC	Presencial	40	1	Noturno	2022	Planejado
Técnico de Nível Médio em Segurança do Trabalho	Segurança	Técnico, na forma subsequente	Presencial	40	1	Diurno/Noturno	2022	Planejado
Técnico de Nível Médio em Manutenção e Suporte em Informática	Informação e Comunicação	Técnico, na forma integrada	Presencial	40	1	Diurno/Noturno	2023	Planejado

Curso técnico de nível médio em Sistemas de Energia Renovável	Controle e Processos Industriais	Técnico, na forma integrada	Presencial	40	1	Diurno/Noturno	2022	Planejado
Licenciatura em Matemática	Exatas	Licenciatura	Presencial	40	1	Diurno/Noturno	2024	Planejado
Inclusão digital	Informação e Comunicação	FIC	Presencial	40	1	Diurno/Noturno	2023	Planejado
Técnico em Eletrotécnica	Informação e Comunicação	Técnico, na forma integrada	Presencial	40	1	Diurno/Noturno	2024	Planejado

3.10 Campus Poço Redondo

Quadro 16 - Oferta de cursos e vagas: Campus Poço Redondo

Nome do Curso	Área/Eixos Tecnológicos	Habilitação	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº Turma/Ano	Turno(s) de Funcionamento	Ano previsto para implantação	Situação
Espanhol Básico	Desenvolvimento Educacional e Social	FIC	EAD	40	1	Diurno	2022	Planejado
Agricultor Familiar	Recursos Naturais	FIC	EAD Semipresencial	55	1	Vespertino/Noturno	2022	Planejado
Curso técnico de nível médio em Sistemas de Energia Renovável	Controle e Processos Industriais	Técnico, na forma integrada	Presencial	45	2	Diurno	2022	Planejado

Nota: os cursos previstos para implantação em 2020 e 2021 foram replanejados em virtude da Pandemia da COVID-19. Desse modo, houve um ajuste na oferta de cursos previstos para os anos seguintes.

4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

4.1 A pluricurriculidade no IFS

Ao ser criado, através da Lei n. 11.892/2008, o IFS adquire, a capacidade de ofertar e ampliar educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades da Educação Básica e Superior. Isso significa que a instituição pode oferecer cursos de Formação Inicial ou Continuada para alunos que estão concluindo ou já concluíram o ensino fundamental, cursos técnicos articulados e subsequentes ao ensino médio, além de cursos de graduação e pós-graduação.

A diversidade de ofertas pressupõe que a mesma instituição esteja dotada de uma pluralidade de currículos. No IFS, a pluricurriculidade está pautada nos princípios da verticalização e da integração dos diferentes cursos. A verticalização possibilita que nossos alunos possam cumprir todas as etapas da aprendizagem em nossa instituição. Assim, um jovem que se matricula no IFS para estudar no Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Hospedagem no PROEJA, ao concluir, pode continuar os estudos, através da submissão ao processo seletivo do Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo e, mais adiante, ser aluno do Mestrado Profissional em Turismo.

Para o aluno, além de cumprir as diversas etapas da aprendizagem na mesma instituição, a verticalização e a integração dos cursos permitirão que ele desenvolva atividades de pesquisa ainda na Educação Básica. O aluno pode ingressar na iniciação científica, aprofundar sua pesquisa na graduação e na pós-graduação.

Ao mesmo tempo em que integra, a verticalização proporcionada pela pluricurriculidade também lança desafios. Quando um mesmo espaço educativo inova ao ofertar as diversas etapas de aprendizagem, é preciso assegurar que se construam itinerários formativos flexíveis e que permitam o diálogo e a integração entre a Educação Básica e Superior, afinal, este é o objetivo maior dos Institutos Federais. Para tanto, este PPPI, bem como os PPC, é elaborado com ênfase na formação integral dos sujeitos e na aplicação de metodologias voltadas para indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Ademais, os currículos propostos nos cursos oferecidos pelo IFS são desenvolvidos em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e dos cursos de graduação.

A seguir, estão delineadas as finalidades e características dos currículos nos diversos níveis de oferta: Cursos de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional, Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, Cursos Técnicos Concomitantes ao Ensino Médio, Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio, Cursos Superiores de Tecnologia, Cursos de Graduação em Licenciatura, Cursos de Graduação em Bacharelado e Cursos de Pós-Graduação.

Além dos níveis de oferta, estão descritas as finalidades e as características das seguintes modalidades: Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Especial e Educação a Distância.

4.1.1 Cursos de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional

A finalidade principal dos cursos de Formação Inicial e Continuada ou de qualificação profissional é desenvolver habilidades profissionais para o ingresso/reingresso, qualificação do cidadão no mundo do trabalho e elevação do nível de escolaridade. A oferta de cursos FIC é efetivada por meio de cursos e programas que visam a qualificação, o aperfeiçoamento, a atualização de conhecimento e o desenvolvimento profissional de trabalhadores de eixos diversos, abertos à comunidade interna e externa, buscando atender às necessidades do público em questão.

A organização curricular é baseada nos eixos tecnológicos apresentados no Guia Pronatec de cursos FIC. Apresentam matriz curricular, carga horária e duração variadas e são efetivados mediante convênios, projetos de extensão ou cursos, podendo ser ofertadas com carga horária presencial e a distância.

Em 2020 foram ofertados quatro cursos FIC, em dois campi, conforme quadro abaixo: O *Campus* Tobias Barreto oferta o Curso FIC de Vendedor e o Curso FIC de Operador de Computador. No *Campus* Propriá, são ofertados o Curso FIC de Agente de Inclusão Digital e o Curso FIC de Programador Web.

Quadro 16 - cursos FIC ofertados

Campus	Curso
Tobias Barreto	FIC Vendedor
	FIC Operador de Computador
Propriá	FIC de Agente de Inclusão Digital
	FIC de Programador Web

4.1.2 Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio

Os currículos dos Cursos Técnicos integrados ao Ensino Médio têm como pressuposto a formação integral do profissional, superando a segmentação e a desarticulação entre formação geral e formação profissional. Partem da compreensão de que a educação é o exercício de prática social transformadora e de que a função deste Instituto é promover uma educação que integre os saberes científicos, tecnológicos e humanistas, visando à formação de um cidadão crítico, reflexivo, competente tecnicamente e comprometido com as transformações sociais, políticas e culturais e em condições de se inserir de forma satisfatória no mundo do trabalho.

São cursos de matrícula única, ofertados somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental. Estes cursos que conduzem os alunos à formação profissional técnica de nível médio em articulação à última etapa da Educação Básica. Os cursos são organizados por eixos tecnológicos, conforme o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. O catálogo também orienta a carga horária destes cursos, visto que o mínimo a ser cumprido é de 3.000, 3.100 ou 3.200 horas, que corresponde à carga horária relativa à formação geral de 2.400 horas, acrescida à carga horária da formação técnica estabelecida pelo catálogo.

Desta forma, é importante avaliar as possibilidades e/ou limitações das matrizes curriculares, adequando as mesmas de tal forma que possibilite o diálogo efetivo, obedecendo os diferentes níveis de interdisciplinaridade, entre as disciplinas de formação geral e de técnica. Logo, harmonizar a matriz curricular do curso construindo uma carga horária semanal que não ultrapasse a capacidade de absorção dos estudantes, resultando na formação integral de qualidade.

No IFS, os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio são ofertados em seis campi, conforme a quadro abaixo:

Quadro 17 - Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio ofertados

Campus	Curso
Aracaju	Edificações
	Eletrônica
	Eletrotécnica
	Informática
	Química
	Alimentos

Estância	Edificações
	Eletrotécnica
Glória	Agropecuária
Itabaiana	Agronegócio
	Manutenção e Suporte em informática
Lagarto	Edificações
	Eletromecânica
	Rede de Computadores
São Cristóvão	Agroindústria
	Agropecuária
	Aquicultura
	Manutenção e Suporte em Informática

4.1.3 Cursos Técnicos Concomitantes ao Ensino Médio

O propósito dos Cursos Técnicos Concomitantes ao Ensino Médio é o de complementar a formação técnica aos estudantes que estejam cursando o Ensino Médio. Neste caso, a oferta implica em matrículas distintas entre o curso técnico e o Ensino Médio. A concomitância pode ocorrer numa mesma instituição, onde o aluno frequenta, em um turno, o Ensino Médio e no outro o curso técnico. Também pode ocorrer, em instituições diferentes, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis. Há ainda a possibilidade de oferta em instituições distintas, mediante convênio ou acordo de intercomplementaridade.

O IFS adota a terceira possibilidade como forma de oferta, através de Acordos de Cooperação Técnica junto à Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura. Por meio do acordo, os alunos frequentam o Ensino Médio em escolas da Rede Estadual de Ensino e a formação técnica em nossa instituição. O projeto pedagógico destes cursos é elaborado de forma partícipe entre as duas instituições, buscando a integração dos conteúdos. Além disso, os cursos são estruturados respeitando os eixos tecnológicos, a carga horária e o perfil profissional do egresso, de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. No IFS, os Cursos Técnicos Concomitantes ao Ensino Médio são ofertados em dois campi, conforme o quadro abaixo:

Quadro 18 - Cursos Técnicos Concomitantes ao Ensino Médio ofertados

Campus	Curso
Tobias Barreto	Comércio
	Desenvolvimento de Sistemas
São Cristóvão	Agroindústria
	Manutenção e Suporte em Informática

4.1.4 Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio

A oferta destes cursos destina-se a quem concluiu o Ensino Médio, ou equivalente. Ensino Médio. A organização curricular dos Cursos Técnicos de Nível Médio, na forma subsequente, possibilita a construção de conhecimentos técnico-científicos e socioeconômicos necessários ao desempenho da atividade laboral definida pela habilitação profissional. Esses currículos proporcionam condições para o desenvolvimento do espírito investigativo e crítico em relação aos processos produtivos e à organização do trabalho, através de saberes contemplados em seus componentes curriculares.

Os cursos são estruturados conforme o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos no que concerne aos eixos tecnológicos, ao perfil profissional do egresso e a carga horária mínima que deve ser de 800, 1.000 ou 1.200 horas. No IFS, os Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio são ofertados em nove campi, conforme a quadro abaixo:

Quadro 19 - Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio ofertados

Campus	Curso
Aracaju	Rede de Computadores
	Eletrônica
	Eletrotécnica
	Hospedagem
	Segurança no Trabalho
	Guia de Turismo
	Edificações
	Química
	Informática
	Alimentos
Estância	Petróleo e Gás
	Eletrotécnica
	Edificações
Glória	Recursos Pesqueiros
	Agroecologia
Itabaiana	Alimentos
	Agronegócio
Lagarto	Manutenção e Suporte em Informática
	Edificações
Propriá	Eletromecânica
	Rede de Computadores
São Cristóvão	Manutenção e Suporte em Informática
	Agroindústria
	Agrimensura
	Agropecuária
	Manutenção e Suporte em Informática
	Aquicultura (Em vias de implantação)

Socorro	Manutenção e Suporte em Informática
Tobias Barreto	Comércio
	Informática

4.1.5 Cursos Superiores de Tecnologia

De acordo com a Resolução CNE/CP nº 03/2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia, a educação profissional de nível tecnológico, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, objetiva garantir aos cidadãos o direito à aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias.

Nesse contexto, os cursos superiores de tecnologia têm como objetivo atender as demandas dos cidadãos, do mundo do trabalho e da sociedade, sob uma angulação crítica das relações com o processo produtivo, alinhando-se às políticas de promoção do desenvolvimento sustentável do país. Esses cursos são de curta duração, de no mínimo dois anos, destinados aos estudantes que tenham concluído o ensino médio ou equivalente, são cursos de graduação. Estes profissionais podem ingressar em cursos de pós-graduação, para obtenção do título de especialização (*lato sensu*) ou de mestrado e de doutorado (*stricto sensu*).

A oferta de cursos superiores de tecnologia no Instituto Federal de Sergipe é um marco para a Educação Profissional e Tecnológica, pois, possibilita a capacitação de profissionais de excelente qualidade para atender às necessidades regionais nos diversos setores produtivos que abrangem o Estado de Sergipe. Contando atualmente com cursos dessa modalidade sendo ofertados em seis campi do IFS, de acordo com o quadro abaixo:

Quadro 20 - Cursos Superiores de Tecnologia ofertados

Campus	Curso
Aracaju	Tecnologia em Gestão de Turismo
	Tecnologia em Saneamento Ambiental
	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Glória	Tecnologia em Laticínios
Itabaiana	Tecnologia em Logística
Lagarto	Tecnologia em Automação Industrial
São Cristóvão	Tecnologia em Alimentos
	Tecnologia em Agroecologia
Propriá	Tecnologia em Gestão de Tecnologia da Informação

4.1.6 Cursos de Licenciatura

De acordo com a Resolução CNE/CP 02/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada, a formação de profissionais do magistério deve assegurar a base comum nacional, pautada pela concepção de educação como processo emancipatório e permanente, bem como pelo reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz à práxis como expressão da articulação entre teoria e prática e à exigência de que se leve em conta a realidade dos ambientes das instituições educativas da educação básica e da profissão.

Os currículos dos cursos de licenciatura devem garantir, entre outros, conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, tais conteúdos devem ser trabalhados de maneira a garantir a concomitância entre teoria e prática.

Atendendo ao disposto acima, os projetos pedagógicos das Licenciaturas do IFS visam à formação docente para atuar na Educação Básica e Profissional, com os currículos estruturados de maneira a formar o docente com saberes e conhecimentos pedagógicos e científicos, que viabilizem uma prática compatível com as demandas educativas de promoção e desenvolvimento dos alunos. Esse currículo prioriza estratégias que desenvolvam no licenciando atitudes éticas, críticas, reflexivas e investigativas frente ao processo de ensino e de aprendizagem, contemplando em seus componentes curriculares a pesquisa como uma prática inerente ao fazer pedagógico e possibilitando ao licenciando a compreensão do papel sociopolítico da educação. Atualmente, o IFS oferece três cursos de Licenciatura em dois campi, conforme quadro abaixo:

Quadro 21 - Cursos de Licenciatura ofertados

Campus	Curso
Aracaju	Licenciatura em Matemática
	Licenciatura em Química
Lagarto	Licenciatura em Física

4.1.7 Cursos de Bacharelado

Os cursos de bacharelado seguem diretrizes curriculares próprias, instituídas através de Resoluções aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação/Câmara de

Educação Superior. Nelas são delineados os componentes curriculares, a organização do curso, o projeto pedagógico, o perfil desejado do formando, os conteúdos e atividades curriculares presentes no processo formativo dos educandos, e outros.

Nos Cursos de Bacharelado ofertados pelo IFS, as propostas curriculares apresentam itinerários formativos que propiciam formação profissional aos estudantes, capacitando-os a desenvolver novas tecnologias. Estimulam-se os bacharéis a atuarem de maneira eficiente na identificação e resolução de problemas, considerando aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade. As propostas curriculares estão ancoradas em dois princípios: o primeiro pressupõe a necessidade de serem criados cursos flexíveis, permanentemente atualizados e contemporâneos da tecnologia; o segundo implica a oferta de cursos que tenham nichos de mercado claramente definidos. Atualmente o IFS oferece seis cursos de Bacharelado em quatro campi conforme quadro abaixo:

Quadro 22 - Cursos de Bacharelado ofertados

Campus	Curso
Aracaju	Engenharia Civil
Lagarto	Sistemas de Informação
	Engenharia Elétrica
	Arquitetura e Urbanismo
Estância	Engenharia Civil
Itabaiana	Ciência da Computação

4.1.8 Cursos de Pós-graduação

A oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica fortalece a verticalização do ensino em todos os níveis da educação. Ademais, corrobora para a superação da concepção de uma educação profissional dualista, que separa a teoria e a prática, a ciência e a técnica. Estes cursos são voltados para o desenvolvimento da produção intelectual comprometida com o avanço do conhecimento e de suas interfaces com o bem econômico, a cultura, a inclusão social e o bem-estar da sociedade.

No Brasil, os cursos da pós-graduação *stricto sensu* são estruturados por área: a acadêmica, que visa a produção científica em uma determinada área, sem a preocupação com a aplicação dos resultados; e a profissional que busca tanto a

produção de conhecimentos, quanto ao desenvolvimento dos produtos resultantes da produção científica. Todos eles são normatizados pela Resolução CNE/CP 07/2017, que define, dentre outros, o processo autorizativo, a avaliação e a configuração dos cursos.

O IFS ofertou pós-graduação lato sensu em Educação de Jovens e Adultos entre 2008 e 2015 e se prepara para voltar a oferecer especializações tanto presenciais como por meio da EAD. Atualmente, oferta dois cursos de pós-graduação em nível de mestrado, conforme o quadro abaixo:

Quadro 23 - Cursos de Pós-graduação ofertados

Campus	Curso
Aracaju	Mestrado Profissional em Turismo
	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

4.1.9 Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino da Educação Básica destinada a atender àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de seus estudos na idade própria. Constitui-se enquanto instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.

Considerando-se o público atendido, a EJA pauta-se pela flexibilidade curricular, pela atenção às diferentes necessidades de cada educando e pelo desenvolvimento de competências para o trabalho. Neste aspecto, o Estado Brasileiro determina que a EJA deve estar articulada, preferencialmente, com a Educação Profissional e Tecnológica (§ 3º do artigo 37 da LDB, incluído pela Lei nº 11.741/2008).

É exemplo desta articulação o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Este programa, instituído pelo Decreto n. 5.840/2006, se propõe a oferecer ao público da EJA o ensino médio integrado à educação profissional, com o mesmo padrão de qualidade e de forma pública, gratuita, igualitária e universal (MEC, 2007).

Conforme o Decreto n. 5.840/2006, o PROEJA abrange os seguintes cursos e programas de educação profissional:

I – Formação Inicial e Continuada, articulada ao ensino fundamental ou médio: deve contar com carga horária mínima de 1.400 horas, sendo, no mínimo, 1.200 horas destinadas à formação geral de acordo com a base nacional comum, e, no mínimo, 200 horas para a formação profissional.

II – Educação Profissional Técnica de Nível Médio, de forma integrada ou concomitante: deve contar com o mínimo de 2.400 horas, assegurando-se o mínimo de 1.200 horas destinadas à formação geral, além da carga horária mínima estabelecida pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

No IFS, os cursos do PROEJA são ofertados em dois campi conforme a quadro abaixo:

Quadro 24 - Cursos Proeja ofertados

Campus	Curso
Aracaju	Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Desenho de Construção Civil
	Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Hospedagem
São Cristóvão	Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Manutenção e Suporte de Informática

4.1.10 Educação do Campo

Esta modalidade de ensino tem como propósito a oferta de educação básica e superior às populações do campo. São consideradas populações do campo os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural.

A educação do campo tem como princípios, dentre outros, o respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia; como também, o estímulo ao desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho.

A articulação da Educação do Campo com a Educação Profissional e Tecnológica está prevista na Resolução CNE/CEB n. 01/2002, na Resolução CNE/CEB n. 06/2002 e no Decreto n. 7.352/2010. Conforme estes documentos, é garantido o acesso à Educação Profissional e Tecnológica, nas formas integrada, concomitante e subsequente às populações do campo. Para tanto, é preciso ter em mente que a formulação de propostas de EPT para essas populações implica, necessariamente, na análise de suas realidades e na construção de um projeto político pedagógico que considere as especificidades do campo, as lutas dos povos do campo e o seu direito à terra e ao território.

Em outras palavras, a oferta da EPT do campo implica formar educandos dispostos a refletir acerca da realidade em que vivem e das contradições reais envolvidas e no diálogo com os movimentos sociais do campo. Isto inclui a formação para diferentes profissões que são necessárias ao desenvolvimento do território cuja base de desenvolvimento está na agricultura: agroindústria, gestão, educação, saúde, comunicação, entre outras, mas sem desconsiderar que a produção agrícola é a base da reprodução da vida e por isso deve ter centralidade na formação para o trabalho do campo (Parecer CNE/CEB n. 11/2012).

Atualmente, o IFS oferta cursos na modalidade da Educação do campo articulada com a Educação Profissional e Tecnológica em três campi, conforme a quadro abaixo:

Quadro 25 - Cursos na modalidade da educação do campo ofertados

Campus	CURSO
Estância	Curso Técnico de Nível Médio na forma Integrada em Aquicultura
	Curso Técnico em Recursos Pesqueiros na forma Subsequente
Glória	Curso Técnico de Nível Médio na forma Integrada em Agropecuária
	Curso Técnico de Nível Médio na forma Subsequente em Agroecologia
	Curso Técnico de Nível Médio na forma Subsequente em Alimentos
	Curso Superior de Tecnologia em Laticínios
São Cristóvão	Curso Técnico de Nível Médio na forma Integrada em Agropecuária
	Curso Técnico de Nível Médio na forma Integrada em Agroindústria
	Curso Técnico de Nível Médio na forma Integrada em Manutenção e Suporte em informática

	Curso Técnico de Nível Médio na forma Concomitante em Agropecuária
	Curso Técnico de Nível Médio na forma Concomitante em Manutenção e Suporte em informática
	Curso Técnico de Nível Médio na forma Concomitante em Agroindústria
	Curso Técnico de Nível Médio na forma Subsequente em Agropecuária
	Curso Técnico de Nível Médio na forma Subsequente em Manutenção e Suporte em informática
	Curso Técnico de Nível Médio na forma Subsequente em Agroindústria
	Curso Superior de Tecnologia em Alimentos
	Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia

4.1.11 Educação Inclusiva na perspectiva das necessidades específicas

A concepção de inclusão perpassa por um entendimento amplo do conceito que vai além do ato de incluir pessoas com necessidades específicas, mas também, diversos grupos excluídos historicamente, como negros, índios ou quilombolas, mulheres, alunos de escola pública e pessoas com deficiência. Segundo Bezerra e Souza (2012, p. 30) a:

[...] educação inclusiva, a rigor, seria um processo dirigido à universalização da educação de boa qualidade para todos, em todos os níveis, com todos e por toda a vida. Não se pode reduzi-la a uma única etapa da Educação Básica nem à exclusiva preocupação com as pessoas em situação de deficiência ou com deficiências, que ocuparam sempre a centralidade da educação especial. Trata-se da questão da própria interação partes/todo”.

Dessa forma a Educação Inclusiva tem sido compreendida a partir da concepção que se constitui na escolarização de todas as pessoas, respeitando as diferenças e diversidades no processo de aprendizagem, e, que se propõe a re(formular) as práticas pedagógicas, resultando assim, numa ruptura de paradigmas e estereótipos instituídos nos sistemas escolares.

De acordo com o Art. 59 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (LDB nº 9.394/1996) os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

- I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II- terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas

deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III- professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV- educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V- acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva traz como objetivo “o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais” (BRASIL, 2010, p. 19).

O Decreto 7.611 de 2011 em seu Art. 5 traz como responsabilidade da União prestar apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, Municípios e Distrito Federal, e a instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. Tal apoio consiste em:

I - aprimoramento do atendimento educacional especializado já ofertado;

II - implantação de salas de recursos multifuncionais;

III - formação continuada de professores, inclusive para o desenvolvimento da educação bilíngue para estudantes surdos ou com deficiência auditiva e do ensino do Braille para estudantes cegos ou com baixa visão;

IV - formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação na perspectiva da educação inclusiva, particularmente na aprendizagem, na participação e na criação de vínculos interpessoais;

V - adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade;

VI - elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade; e

VII - estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior.

O Instituto Federal de Sergipe, foi criado no ano de 2008, de acordo com o Projeto de Lei 3775/2008, a partir da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe, com sede em Aracaju e da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, sediada no município São Cristóvão/SE. Registros do antigo Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe, indicam que em agosto de 2001, foi implantado o Núcleo de Apoio à Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais -

NAPNEE, visando assessorar, planejar e executar as políticas voltadas para pessoas com necessidades educacionais específicas. Essa iniciativa mostra a preocupação da instituição com a educação inclusiva no Estado, em cumprimento com o preconizado na LDB.

No ano de 2012, o Instituto Federal de Sergipe, altera a nomenclatura do NAPNEE para Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE. O NAPNE (via portarias institucionais) passa a ter representatividade no *campus* São Cristóvão, no *campus* Lagarto e nos demais *campi* implantados, através do processo de expansão do IFS: Itabaiana, Glória e Estância. Atualmente, nos 09 (nove) *campi* do Instituto Federal de Sergipe têm instituído o seu NAPNE, com representantes locais. Os NAPNEs do Instituto Federal de Sergipe se encontram vinculados à Pró-reitora de Ensino – PROEN, através da Diretoria de Assuntos Estudantis – DIAE, com ações planejadas pela Coordenação Geral de Suporte psicossocial e psicopedagógico da DIAE.

Os NAPNEs são compostos por profissionais de diferentes áreas de atuação, formando uma equipe multidisciplinar, e tem por missão promover a educação para a convivência, o respeito às diferenças e, principalmente, buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais na instituição e no espaço social mais amplo, de forma a efetivar os princípios da educação inclusiva. Ainda, contribuir no processo de implementação de políticas de acesso, permanência e aprendizagem de pessoas com necessidades específicas; estimular atitude de inclusão na comunidade interna e externa de modo que as pessoas, em seu percurso, adquiram conhecimentos profissionais e também uma formação humana pautada na ética, na solidariedade e no respeito às diferenças.

Visando maximizar as ações inclusivas em cada *campus* foi formado o Grupo de Trabalho do NAPNE, composto pelos representantes dos Núcleo de cada *campi*, com o objetivo de construir e fortalecer as ações de Educação Inclusiva no IFS, e dessa forma busca reduzir as barreiras educativas através de uma política inclusiva, criando possibilidades diferenciadas para ensinar, focando o olhar nas potencialidades e não somente nas dificuldades apresentadas pelo aluno, enxergando o aluno na sua totalidade e concretude, e a escola, como meio de desenvolvimento.

Outras iniciativas de inclusão dos estudantes do IFS estão sendo desenvolvidas, a exemplo das ações de empoderamento do gênero feminino e LGBT nas iniciativas da Diretoria de Assuntos Estudantis, instituída pela Portaria nº 748, de 12 de março de 2018, e alterada pela Portaria nº 1.441, de 17 de maio de 2018. No ano de 2019, a Reitoria do IFS, visando reforçar as ações de educação inclusiva e dinamizar as soluções para as demandas dos estudantes, designou através das Portarias N° 898 e 899 de 08/04/2019 representante do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas e do Núcleo de Acessibilidade e Educação Inclusiva, respectivamente.

Considerando o conceito amplo de Educação Inclusiva, a DIAE e suas coordenadorias, vem desenvolvendo ações e criando ferramentas de auxílio à inclusão, visando fortalecer o processo de permanência e êxito dos estudantes do IFS. Citam-se as parcerias com diferentes órgãos públicos e privados no desenvolvimento de ações voltadas aos alunos com necessidades específicas e oportunidades de estágios para estudantes de diferentes cursos, além de lançamentos de editais que contribuem para a inclusão das diferentes categorias de estudantes presentes nesta Instituição de Ensino.

4.1.12 Educação a Distância

Conforme o Decreto n. 9.057/2017, a Educação a Distância é a modalidade educativa, na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

A oferta da Educação a Distância possibilita o processo de democratização da EPT e a sua implementação deve observar requisitos de qualidade e de acessibilidade. A consecução dessa propositura impõe desafios pedagógicos que definem a necessidade de adoção de novos procedimentos de ensino, dentre os quais a mediação didático-pedagógica dos processos de ensino e aprendizagem, através da utilização de meios tecnológicos de informação e comunicação, pois a Educação a

Distância exige envolvimento de estudantes e professores no processo educativo, que ocorre em lugares ou tempos diversos, através de construção de novas redes de aprendizagens.

Através da parceria com a Rede e-Tec, o IFS já ofertou cursos técnicos a distância nas formas subsequente e concomitante, e adquiriu dessa forma expertise para ofertar cursos institucionais, ou seja, com pessoal e recursos próprios.

Em 2014 e 2015, foram ofertados cursos técnicos subsequentes pela rede e-Tec. Em 2017, houve outra oferta de cursos do Programa MedioTec EaD, através de verba oriunda de pactuação com o FNDE/MEC e em convênio com a Secretaria de Estado da Educação. O MedioTec EaD foi destinado a alunos regularmente matriculados na rede pública estadual de educação. Essa foi a primeira experiência em EaD com estudantes do Ensino Médio, ofertada na forma concomitante, na qual os encontros presenciais ocorriam no contraturno em que o aluno cursava o ensino médio regular.

Através desses Programas, com os cursos a distância, o IFS expandiu suas ações no Estado de Sergipe, ofertando turmas em municípios onde não havia *campus*, como: Capela, Amparo de São Francisco, Itabaianinha e Canindé de São Francisco. Além disso, ofertou também cursos técnicos que não fazem parte da oferta regular, como Administração, Informática para Internet, Transações Imobiliárias e Reabilitação de Dependentes Químicos.

Em 2016, foi iniciada a primeira ação de educação a distância no IFS com o intuito de institucionalizar essa modalidade de ensino. Decorrente da ausência de docente de Língua Inglesa nos campi Tobias Barreto e Propriá, o material de estudo da disciplina Inglês Instrumental começou a ser produzido por uma docente do *campus* Aracaju, a qual produziu os recursos audiovisuais no estúdio da EaD e utilizou o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) para ministrar a disciplina. Outra oferta que não foi fruto de pactuação de programas governamentais foram as disciplinas optativas do Mestrado Profissional em Educação profissional e Tecnológica.

Em 2018 e 2019, foram ofertadas a distância as disciplinas Tópicos Especiais e Políticas Públicas, Diversidade e Inclusão, com matrícula permitida para qualquer estudante de todo o país que estivesse regularmente matriculado no referido programa de Mestrado. A partir do primeiro semestre letivo de 2019, ocorreu a primeira oferta de disciplinas semipresenciais em um curso superior do IFS. No Tecnólogo em

Análise e Desenvolvimento de Sistema, a cada semestre letivo, os estudantes cursarão uma disciplina semipresencial.

5. OFERTA DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO E STRICTO SENSU

Com a criação da lei nº 11.892/08, o Governo Brasileiro instituiu os Institutos Federais de Educação e Tecnologia (IFETs), que estabelece a Educação Profissional e Tecnológica, com o objetivo de atender todos os níveis e modalidades de ensino e que estes possam promover a integração e a verticalização da educação profissional, desde a educação básica até a educação superior, incluindo programas de especialização, mestrados e doutorados otimizando, desta forma a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão.

Esse sistema assegura possibilidades diversas de escolarização e abre caminho para a criação de itinerários de formação, a possibilidade de o aluno ingressar no ensino médio e avançar até o mestrado ou doutorado. Essa arquitetura curricular tornar-se-á possível dado o fato de os profissionais dessas novas instituições poderem dialogar, simultaneamente e de modo articulado da educação básica à pós-graduação.

Um dos objetivos gerais para a abertura de cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado é que contribuam com a promoção do estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica. A oferta de cursos de pós-graduação do IFS pode ser vista conforme quadro 26

Quadro 26 - Oferta de cursos de pós-graduação do IFS

Programa	Curso	Período	Campus
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Turismo	Mestrado Profissional em Turismo	2020 a 2024	Aracaju
Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (PROFEPT – Polo IFS)	2020 a 2024	Aracaju
-	Especialização em Métodos e Técnicas de Ensino	2020 a 2024	Estância

-	Especialização em Construção Civil	2020 a 2024	Estância
-	Especialização em Educação Integrada	2020 a 2024	Lagarto
	Especialização em Ensino de Ciências	2020 a 2024	Lagarto

O Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Turismo tem como escopo a formação e qualificação interdisciplinar de profissionais do setor público e/ou privado na área de turismo e afins com seguintes objetivos:

- a) Capacitar e formar profissionais Mestres, mediante o estudo de técnicas, processos e temáticas que atendam à gestão do turismo, capazes de promover o desenvolvimento de arranjos produtivos locais e regionais em bases sustentáveis e competitivas;
- b) Contribuir com o setor produtivo do turismo, agregando valor, competitividade e produtividade a destinos, empresas e organizações;
- c) Aprofundar a formação teórico-prática de gestores, técnicos, professores, pesquisadores e estudantes;
- d) Habilitar o aluno para a gestão de projetos e de instituições;
- e) Capacitar o aluno para elaborar, implementar e avaliar programas e projetos em turismo e para a identificação, desenvolvimento e sustentabilidade de destinos turísticos.

O IFS é uma das Instituições Associadas (IAs) ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), que oferta o curso mestrado profissional em Rede Nacional. Cada instituição constitui uma parcela da totalidade concebida com uma identidade comum, com vistas ao desenvolvimento de competências no Ensino da Educação Profissional e Tecnológica. O Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) é a IA que coordena o ProfEPT.

As informações sobre a pós-graduação do IFS podem ser acessadas pelo link: <http://www.ifs.edu.br/propex/>.

6. GESTÃO DE PESSOAS: PERFIL DO CORPO DOCENTE E DOS TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS

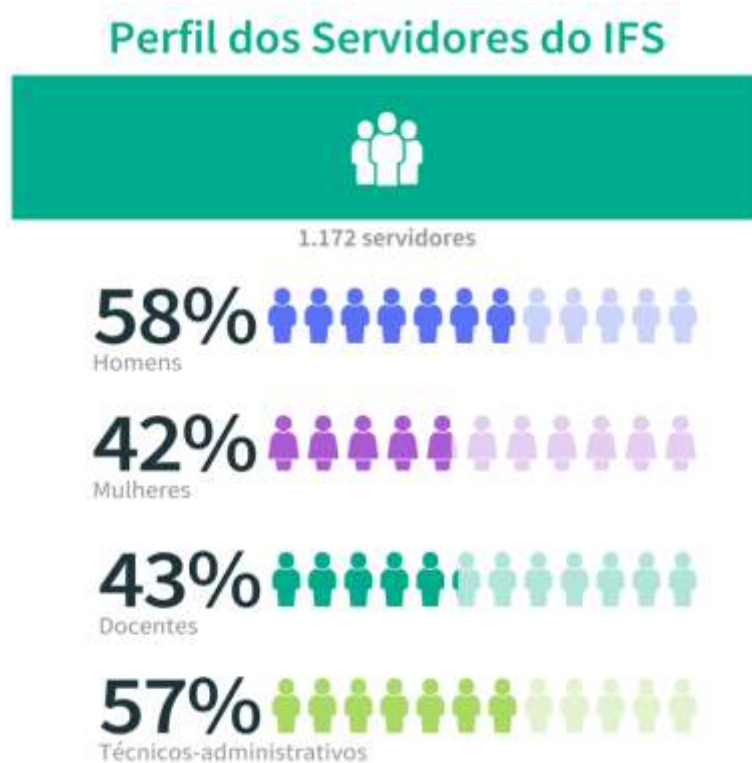
A Gestão de Pessoas do IFS desenvolver-se por meio da atuação da Pró-Reitoria

de Gestão de Pessoas (PROGEP), ligada diretamente à Reitoria, que é o setor que coordena as políticas e os programas de ingresso, capacitação e desenvolvimento profissional dos servidores do Instituto Federal de Sergipe e agora disponibiliza por meio deste meio desta plataforma digital as informações necessárias à formulação de pedidos relacionados à comunidade funcional do IFS. Para maiores informações sobre a Gestão de Pessoas pode ser acessado pelo endereço no site do IFS <http://www.ifs.edu.br/reitoria/pro-reitorias/progep>.

O corpo técnico da instituição é composto de 1.172, dados de 2021, servidores efetivos das carreiras de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e de Técnico-Administrativo em Educação (TAE), distribuídos nos dez campi e reitoria, conforme apresentado na Tabela 1.

O quadro de pessoal do Instituto Federal de Sergipe se resume em duas áreas: área meio e área fim. A área meio engloba diversos cargos da carreira de Técnicos Administrativos em Educação conforme disposto na [Lei nº 11.091 de 12 de janeiro de 2005](#) e a área fim, especificamente, com o cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico respaldado pela [lei nº 12.772 de 28 de dezembro de 2012](#).

Figura 9 - Perfil dos servidores do IFS



Fonte: Progep (2021)

Há uma redução do número de servidores do exercício 2020 para 2021, em decorrência de concessões de aposentadorias e pedidos de vacância.

Figura 10 - Evolução do quadro de servidores



Fonte: Progep (2021)

A distribuição da força de trabalho do Instituto nas unidades pode ser vista na

Tabela 1 - Força de trabalho

Unidade	TAE	Docente	Total
Reitoria	179	0	179
Campus Aracaju	139	203	342
Campus São Cristóvão	112	72	184
Campus Lagarto	62	89	151
Campus Estância	40	49	89
Campus Itabaiana	36	41	77
Campus Glória	28	20	48
Campus Tobias Barreto	21	12	33
Campus Propriá	27	9	36
Campus Socorro	25	8	33
Total de servidores	669	503	1.172

Fonte: Progep (2021)

6.1 Perfil do Corpo Docente e dos Técnicos-administrativos

6.1.1 Requisitos da titulação do corpo docente

O corpo docente do IFS é composto por aproximadamente 90% de mestres e doutores conforme figura 11:

Figura 11 - Percentual de Mestres e Doutores



Fonte: Progep (2021)

O corpo docente do IFS possui um quadro de pessoal qualificado conforme observado na tabela 2 – Titulação do corpo docente.

Tabela 2 - Titulação do corpo docente

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS						
Campus Aracaju						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	0	0	23	108	72	203
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	0	0	69	432	360	861
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 861 / 203 = 4,24						
Campus Estância						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	0	0	2	29	18	49
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	0	0	6	116	90	212
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 212/49 = 4,33						
Campus Glória						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	0	0	0	8	12	20
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	0	0	0	32	60	92
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 92/20 = 4,60						
Campus Itabaiana						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	0	0	3	24	14	41
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	0	0	9	96	70	175
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 175/41 = 4,27						
Campus Lagarto						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	0	0	12	50	27	89
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	0	0	36	200	135	371
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 371/89 = 4,17						
Campus Propriá						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	0	0	2	6	1	9
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	0	0	6	24	5	35
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 35/9 = 3,89						
Campus São Cristóvão						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	2	0	4	32	34	72
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	2	0	12	128	170	312
Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 312 / 72 = 4,33						
Campus Tobias Barreto						

Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	0	0	1	10	1	12
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	0	0	3	40	5	48

Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 48 / 12 = 4,00

Campus Nossa Senhora do Socorro						
Item	Graduado	Aperfeiçoado	Especializado	Mestre	Doutor	Total
Quantidade	0	0	1	3	4	8
Peso	1	2	3	4	5	-
Quantidade x Peso	0	0	3	12	20	35

Índice de Titulação do Corpo Docente /Campus = 35/8 = 4,37

Índice de Titulação do Corpo Docente/IFS = 2141 / 503 = 4,26

Fonte: PROGEP/IFS (2021)

O índice obtido aponta, por meio do peso multiplicado, que a média de titulação do corpo docente desta Instituição é de 4,26. Visando incrementar a titulação e a qualificação do corpo docente para, dessa forma, elevar o padrão de qualidade dos cursos ofertados e implantar grupos de pesquisa tecnológica, o Instituto tem buscando valorizar, nos concursos públicos para provimento de cargos docentes, os títulos de mestre e doutor, ao mesmo tempo em que implementou política de estímulo à participação dos docentes em programas de mestrado e doutorado.

Além disso, para que a totalidade dos docentes eleve a titulação num curto espaço de tempo, o Instituto vem estabelecendo tratativas com instituições para implementação de grupos de Mestrado e Doutorado Interinstitucional.

Resultados positivos já estão sendo colhidos, comparando o exercício de 2017 ao de 2021 o índice de titulação do corpo docente aumentou no Instituto de 3,97 para 4,26.

6.1.2 Da existência do plano de carreira dos docentes e técnicos-administrativos

O plano de carreira dos docentes do IFS está sob a égide da [Lei n.º 12.772/2012](#) onde dispõe sobre:

✓ do plano de carreiras e cargos de magistério federal
✓ do ingresso nas carreiras e cargos isolados do plano de carreiras e cargos de magistério federal
✓ do desenvolvimento nas carreiras do plano de carreiras e cargos de magistério federal
✓ da remuneração do plano de carreiras e cargos de magistério federal
✓ do regime de trabalho do plano de carreiras e cargos de magistério federal
✓ do estágio probatório dos servidores do plano de carreiras e cargos de magistério federal

✓ da comissão permanente de pessoal docente
✓ do corpo docente
✓ dos afastamentos
✓ do enquadramento dos servidores da carreira de magistério do ensino básico federal
✓ da estrutura remuneratória do plano de carreiras de magistério do ensino básico federal

O plano de carreira dos técnicos-administrativos do IFS está sob a égide da [Lei nº 11.091 de 12 de janeiro de 2005](#) onde dispõe sobre:

✓ da organização do quadro de pessoal
✓ da estrutura do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação
✓ do ingresso no cargo e das formas de desenvolvimento
✓ da remuneração
✓ do enquadramento

6.1.3. Do regime de trabalho do corpo docente

Os docentes do IFS estão sob a égide da Lei n.º 12.772/2012, estando o plano de carreira especificado na referida legislação, que define como regimes:

Art. 20. O Professor das IFE, ocupante de cargo efetivo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, será submetido a um dos seguintes regimes de trabalho: I - 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional; ou II - tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho. § 1º Excepcionalmente, a IFE poderá, mediante aprovação de órgão colegiado superior competente, admitir a adoção do regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, observando 2 (dois) turnos diários completos, sem dedicação exclusiva, para áreas com características específicas.

Desta forma, todos os concursos a partir de então deverão observar a legislação vigente, exigindo-se o regime de 40h com DE ou o regime de 20h e, excepcionalmente, para áreas específicas, o regime de 40h. A maioria dos docentes são Dedicação Exclusiva conforme visto no quadro 8.

Quadro 27 - Regime de trabalho do corpo docente

Campi	Início de Funcionamento	Número de Docentes Efetivos			
		20h	40h	DE	Total
Campus Aracaju	01/10/1909	7	11	185	203
Campus São Cristóvão	01/05/1934	1	3	68	72
Campus Lagarto	01/05/1994	1	1	87	89
Campus Estância	01/01/2011	0	0	49	49
Campus Itabaiana	01/01/2011	4	2	35	41
Campus Glória	01/01/2011	0	0	20	20

<i>Campus Propriá</i>	01/07/2014	0	0	9	9
<i>Campus Tobias Barreto</i>	01/04/2014	0	0	12	12
<i>Campus Socorro</i>	29/06/2017	0	1	7	8
<i>Campus Poço Redondo</i>	2022 (previsão)	0	0	0	0
Total		13	18	472	503

Fonte: Progep (2021)

6.2. Procedimentos para substituição dos docentes

A substituição de professores do quadro é efetuada a partir do momento da vacância do cargo, nas situações previstas no art. 33 da Lei n.º 8.112/90, sendo os principais a exoneração, a aposentadoria e a posse em cargo inacumulável, e ocorrendo tais eventos, automaticamente o código da vaga pode ser utilizado para a realização de concurso público ou para ser utilizado como contrapartida em processo de redistribuição.

Contamos ainda com a concessão de afastamentos dos docentes, com objetivo de possibilitar a participação em programas de pós-graduação *stricto sensu*, tendo como garantia a contratação de professores substitutos, na forma prevista em lei e nos limites impostos pelo Banco de Professor Equivalente.

6.3 Requisitos da titulação dos técnicos-administrativos

O corpo técnico-administrativo em educação (TAE) do IFS é composto por aproximadamente de 62,5% de especialistas, mestres e doutores.

Quadro 28 - Total de servidores técnico-administrativo por requisitos da titulação e por regime de trabalho e titulação

Campus	Ensino Fundamental			Ensino Médio			Graduação				Especialização				Mestrado				Doutorado			
	20	30	40	20	30	40	20	25	30	40	20	25	30	40	20	25	30	40	20	25	30	40
Aracaju						10			1	43	3	1	6	51			1	19			1	3
Lagarto						3				22				24				12				1
S. Cristóvão						15	1		1	35	1		2	28			3	21			1	4
Estância						3				15				18	0	0	1	5				
Itabaiana										17	1			10				8				
Glória					1					17				9				2				2
Propriá						4				11				9				2				1
T. Barreto						2				7				10				3				
Socorro						3				6				6			1	4				2
Reitoria					1	3		1		29		2	4	91	1	1	5	38				
TOTAL	0	0	0	0	2	43	1	1	2	202	5	3	12	256	1	1	11	114	0	0	2	13

Fonte: Progep (2021)

Observando-se o quadro 28, há um número significativo de servidores TAEs com especialização, desta forma, faz-se necessário desenvolver política de incentivo a qualificação voltada para a formação em nível de mestrado e doutorado utilizando-se da própria formação oferecida pelo IFS, observando-se as necessidades formativas de cada ambiente organizacional no qual o servidor está inserido.

6.4. Dos critérios de seleção e contratação dos Técnicos-Administrativos

Os critérios de seleção e contratação dos Técnicos-Administrativos em Educação são selecionados por concurso público através de editais para provimento dos cargos efetivos.

A admissão dos novos servidores ocorre por meio de nomeação publicada no Diário Oficial da União (DOU) conforme a disponibilidade de vagas, por ordem de classificação do respectivo concurso público.

6.5. Capacitação: estratégia

O Instituto Federal de Sergipe – IFS, em conjunto com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e as demais Unidades (Diretorias Sistêmicas, Direções dos Campi, Pró-Reitorias, Reitoria), tem como objetivo promover ações de aperfeiçoamento por meio de cursos presenciais, voltados para a qualificação dos seus servidores e melhorias dos serviços prestados a sociedade.

Além disso, outra estratégia de aperfeiçoamento utilizada para capacitação é a parceria do IFS com a Escola de Governo ENAP, através do Programa ENAP em Rede, e com outras instituições em que são disponibilizados cursos de desenvolvimento técnico e gerencial para servidores públicos do Executivo Federal.

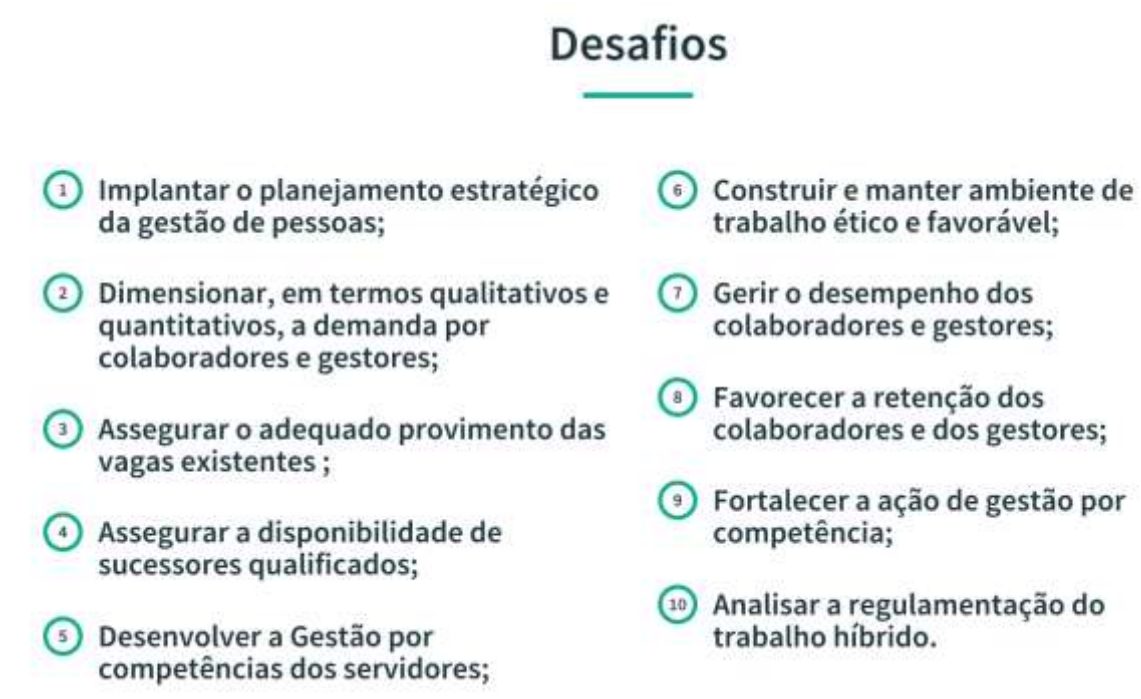
No âmbito da educação formal, o IFS também qualifica seus servidores em busca de uma gestão mais eficiente e do desenvolvimento do capital humano, através dos Programas de Mestrado Profissional em Gestão Pública em parceria com a UFRN e do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional – ProfEPT.

Para maiores informações sobre capacitação acesso o endereço eletrônico: <http://www.ifs.edu.br/capacitacao-servidor>.

6.6. Principais desafios e ações futuras

De acordo com os levantamentos de Governança Institucional temos como desafios:

Figura 12 - Desafios e ações futuras da gestão de pessoas



Fonte: Progep (2021)

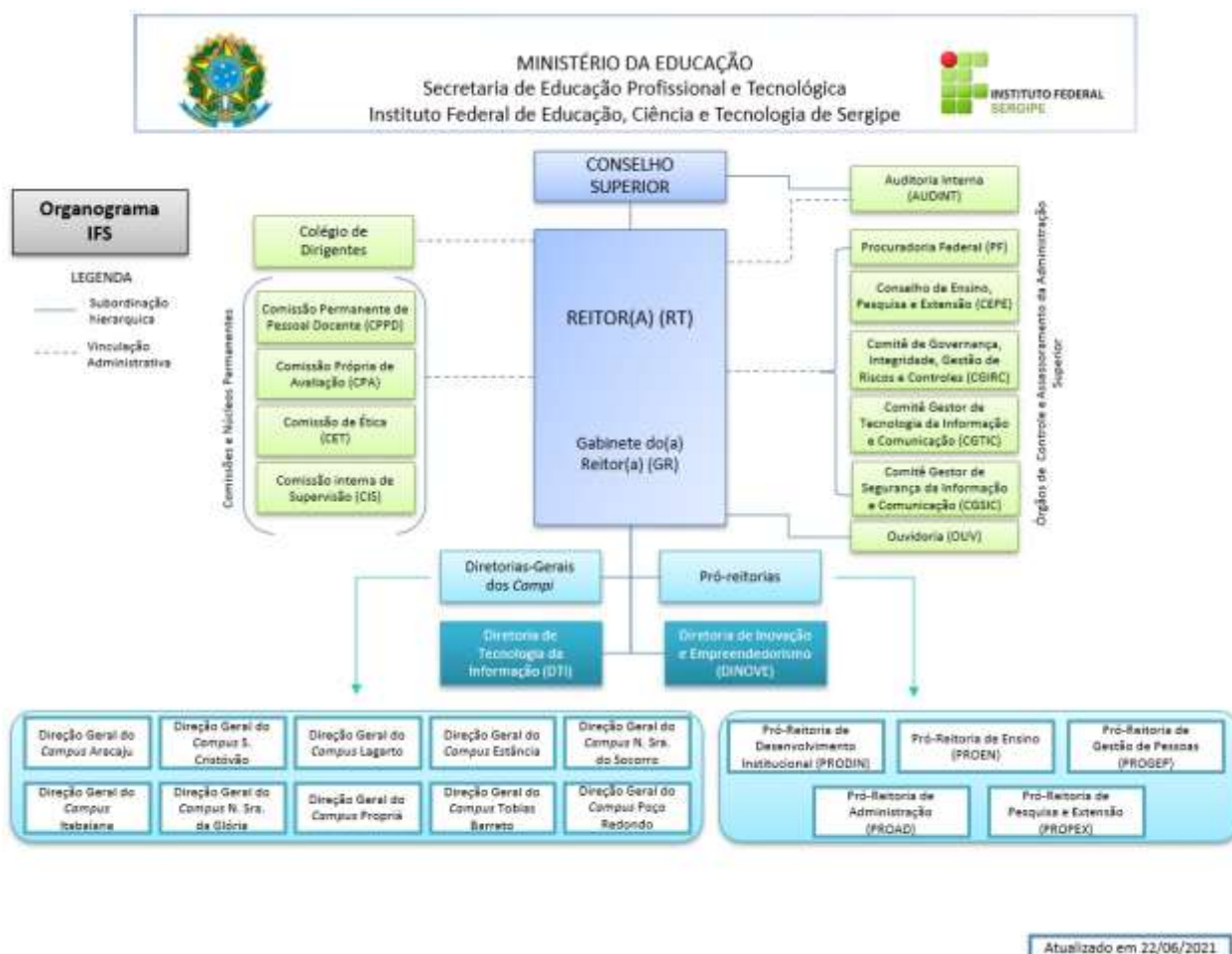
7. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICAS DE GESTÃO

7.1 Estrutura organizacional e acadêmica com as instâncias de decisão

A estrutura organizacional com as instâncias de decisão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe buscou adequar-se aos dispositivos regulamentados pelo Ministério da Educação. Desta forma, está em conformidade com Estatuto aprovado pelo MEC, regulamentando competências e atribuições no Regimento Geral do IFS e no Regimento Interno de seus *Campi* disponíveis no link: http://www.ifs.edu.br/images/1Documentos/2021/12-Dezembro/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CS-IFS_113.pdf

A estrutura macro do Instituto Federal de Sergipe com suas instâncias de decisão pode ser visualizada na figura abaixo:

Figura 13 - Organograma do IFS



Fonte: site do IFS

7.2 Órgãos Colegiados: Atribuições, Competências e Composição (conforme Estatuto e Regimento Geral)

O Estatuto do Instituto Federal de Sergipe, aprovado pelo Ministério da Educação, prevê que os órgãos colegiados são dois: Conselho Superior e o Colégio de Dirigentes. Acesse o link para informações sobre os órgãos colegiados: <http://www.ifs.edu.br/orgaos-colegiados>.

7.2.1 Conselho Superior

O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do Instituto Federal, tendo a seguinte composição:

Figura 14 - Composição do Conselho Superior

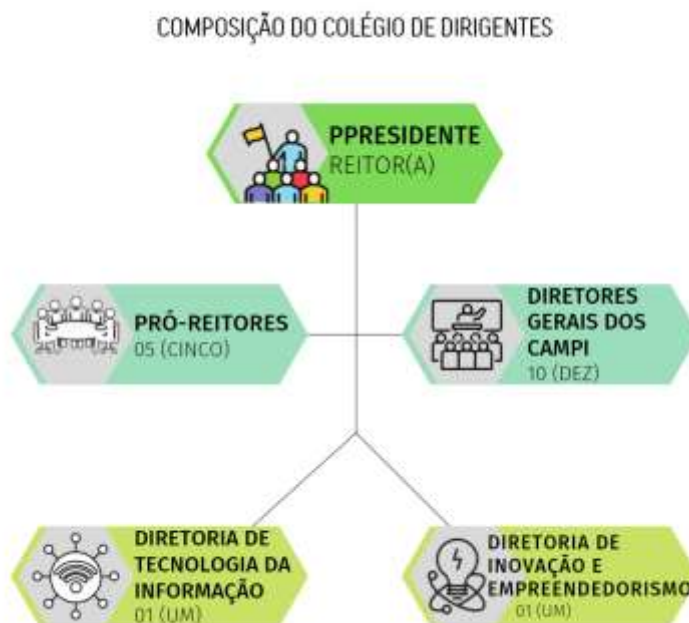


As competências e atribuições do Conselho Superior podem ser visualizadas nos documentos internos (Regimento Geral do IFS, Estatuto do IFS e Regimento Interno do Conselho Superior podendo ser acessados na internet através do endereço <http://www.ifs.edu.br/orgaos-colegiados/conselho-superior>.

7.2.2 Colégio de Dirigentes

Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, possuindo a seguinte composição:

Figura 15 - Composição do Colégio de Dirigentes



As competências e atribuições do Colégio de Dirigentes podem ser visualizadas no Estatuto do IFS podendo ser acessado na internet através do endereço: <http://www.ifs.edu.br/orgaos-colegiados>

7.2.3 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

O CEPE, órgão normativo e consultivo, de assessoramento da Reitoria no que tange as políticas de ensino, pesquisa e extensão, é composto pelo plenário geral e três câmaras técnicas (ensino, pesquisa e extensão), com estrutura e composição definidas em Regimento aprovado pela Resolução nº 86/2014/CS/IFS podendo ser acessado através: https://sig.ifs.edu.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf

A composição do CEPE pode ser visualizada abaixo:

Figura 16 - Composição do CEPE



7.2.3 Autonomia do IFS em Relação à Mantenedora

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS - instituição criada nos termos da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe - CEFET-SE com a Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão - EAFSC-SE, vinculado ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, pessoa jurídica de direito público, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. O IFS é organizado em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada *campus* e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

7.3 Das ações de transparência e divulgação de informações da Instituição

O IFS promove o acesso à informação pública, através de diversos canais de comunicação a sociedade. De acordo com o inciso I do art. 6 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 conhecida como Lei de Acesso à Informação – LAI:







“Art. 6º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a: I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação”.








Diante do exposto o IFS dispõe de diferentes meios e canais de comunicação diversificados e virtuais para dar transparência e divulgação das informações conforme observado no quadro 12.

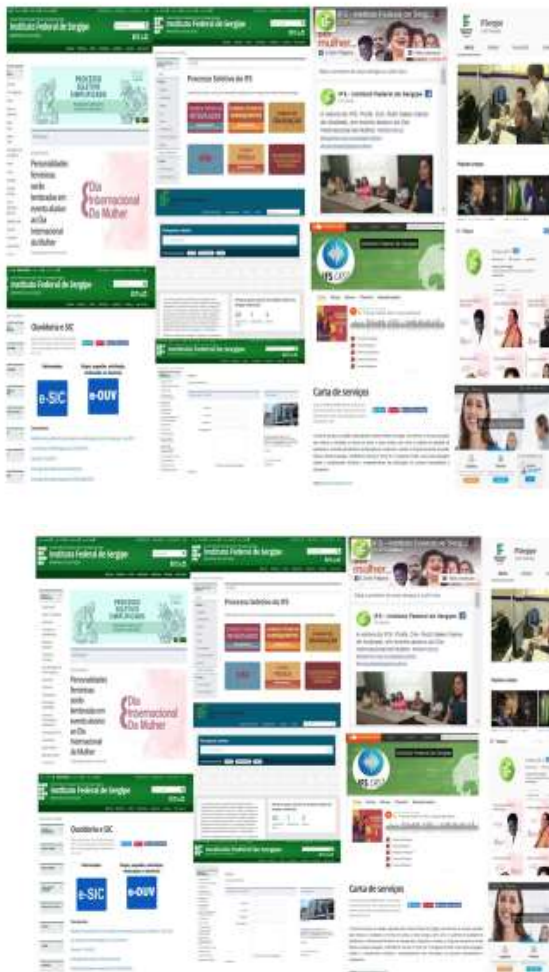
Figura 17 - Canais e ferramentas de comunicação do IFS

Nossos Canais e Ferramentas de Comunicação

End: Avenida Jorge Amado, 1551 - Loteamento Garcia Bairro Jardins CNPJ: 10.728.444/0001-00|Aracaju -SE|CEP: 49025-330-Brasil

-  reitoria@ifs.edu.br
-  55 (79) 3711-1400
-  <http://www.ifs.edu.br/>
-  <https://br.pinterest.com/ifsimagem/>
-  <https://www.facebook.com/institutofederaldesergipe/>
-  https://www.instagram.com/ifsorgipe_oficial/
-  Ouvidoria: <http://www.ifs.edu.br/ouvidoria>

-  Portal de Dados Abertos: <http://dados.ifs.edu.br/>
-  IFS PLAY: <http://www.ifs.edu.br/multimedia>
-  Documentos institucionais relevantes: <http://www.ifs.edu.br/documentos>
-  Portal de Egressos: <http://www.ifs.edu.br/egressos/>
-  Audios no IFS CAST: <http://www.ifs.edu.br/2013-10-27-13-26-35>
-  Portal do Ingresso (Processo Seletivo): <http://www.ifs.edu.br/seletivo>
-  IFS Digital : <https://ifsdigital.ifs.edu.br/>
-  Youtube: IFSergipe



Fonte: site do IFS

Acesse todos os canais e ferramentas de comunicação através do endereço eletrônico: <http://www.ifs.edu.br/>.

8. PROJETO DO ACERVO ACADÊMICO EM MEIO DIGITAL

O projeto foi desenvolvido pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos no período de agosto de 2018 a fevereiro de 2019. Este projeto visa o cumprimento do disposto no Art. 45 da Portaria MEC 315/2018 que estabelece a conversão para o meio digital de documentos e informações que compõem o acervo acadêmico tanto dos alunos matriculados quanto dos alunos egressos até 04 de abril de 2020. A conversão deverá ser realizada por métodos de digitalização que garantam a confiabilidade, a autenticidade, a integridade e a durabilidade de todas as informações dos documentos originais.

Dentro do universo do Código de Classificação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior e na Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior, aprovados pela Portaria AN/MJ nº 92, de 23 de setembro de 2011, e suas eventuais alterações, foi estabelecido como seu universo os documentos referentes à Assistência Estudantil, Educação Básica e Profissional, Extensão, Pesquisa e Ensino Superior. Já para sua amostragem foram definidos os documentos referentes aos assentamentos individuais dos alunos (dossiês dos alunos) tanto da Educação Profissional quanto do Ensino Superior.

O projeto é constituído em duas etapas:

1. digitalização dos documentos dos alunos que mantenham o vínculo com a instituição de ensino e continuidade em inserir os novos documentos no dossiê/pasta, pois a cada dia novos documentos são incorporados à vida acadêmica do aluno;
2. digitalização dos dossiês/pastas dos alunos egressos.

Na digitalização, o objetivo é a conversão fiel da imagem de um documento para código digital, gerando um representante digital daquele documento físico. Assim, os procedimentos para a formação do dossiê/pasta digitalizada do aluno são:

1. **Preparação** - consiste em organizar a documentação de cada pasta do aluno, remover agentes nocivos à preservação documental e a higienização dos documentos;
2. **Captura de Imagem** - é o processo de conversão de documentos físicos em uma imagem em formato digital por meio de equipamento apropriado;
3. **Conferência** - nesta etapa, as imagens são revisadas com o intuito de garantir a qualidade do arquivo capturado;

4. **Registro de Metadados** - consiste no registro de informações que descrevem e permitem localizar, gerenciar, compreender e/ou preservar documentos arquivísticos ao longo do tempo;

5. **Assinatura Digital** - a certificação digital ICP-Brasil é exigência da portaria MEC 315/2018 em seu artigo 46, inciso IV “utilização de certificação digital padrão ICP-Brasil, conforme disciplinada em lei, pelos responsáveis pela mantenedora e sua mantida, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica do acervo”;

6. **Finalização** - a atividade de digitalização é encerrada com a inserção de termo de encerramento como último documento da digitalização e a inclusão do dossiê digitalizado no sistema, preferencialmente, assinado com o certificado digital;

7. **Registro de novos documentos** (alunos ativos) - após a finalização da digitalização, os novos documentos a serem inseridos no dossiê digitalizado do aluno ativo deverão ser cadastrados no sistema com determinados elementos de descrição.

Atendendo à Portaria MEC nº 315/2018, os recursos mínimos para o projeto são: Scanner de Produção e Alimentação Automática, Scanner de mesa (*flat bed*), Sistema Especializado de Gerenciamento de Documentos Eletrônicos, Software para tratamento do representante digital, Certificação Digital Padrão ICP Brasil e Repositório Arquivístico Digital. Outros recursos poderão ser necessários à medida que o projeto se desenvolva ou crie mais graus de complexidade para atender às recomendações do instrumento normativo que estabelece a digitalização do acervo acadêmico.

O orçamento para este projeto deverá ser verificado junto aos setores responsáveis pelas aquisições, contratações e desenvolvimento tecnológico da instituição com base nas informações apresentadas no projeto e em outras que porventura venham a ser necessárias.

Espera-se, com o projeto, cumprir todas as recomendações da Portaria MEC 315/2018 bem como todas as recomendações arquivísticas vigentes para que o IFS possa instituir o seu Acervo Acadêmico Digital. Expecta-se, também, padronizar a documentação do dossiê do aluno do IFS, bem como reduzir o tempo para recuperação de suas informações.

9. INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

9.1 Rede de Bibliotecas do IFS

A Diretoria Geral de Bibliotecas (DGB), setor subordinado à Reitoria do Instituto Federal de Sergipe (IFS), caracteriza-se por sua visão e missão pautadas na promoção do acesso e disseminação, uso e intercâmbio da informação, através das atividades pertinentes ao ensino, pesquisa, extensão e inovação, funcionando de forma descentralizada, porém com serviços integrados e padronizados. Para maiores informações sobre as bibliotecas acesse o endereço eletrônico: <http://www.ifs.edu.br/reitoria/diretorias/dgb>.

Fazem parte de sua estrutura interna os seguintes setores:

Figura 18 - Organograma da Diretoria Geral de Bibliotecas (DGB)



Fonte: DGB (2020)

As Coordenadorias supracitadas são responsáveis por elaborarem políticas de disseminação, tratamento e recuperação da informação, aquisição e desenvolvimento de coleções, capacitação de usuários, entre outras atividades de atendimento e suporte a todas as demais Bibliotecas do Instituto. A DGB mantém vinculação hierárquica com as demais Bibliotecas dos campi, que são constituídas conforme a seguir:

Figura 19 - Bibliotecas vinculadas à DGB

Bibliotecas vinculadas a DGB



Fonte: DGB (2021)

Por conseguinte, a rede de Bibliotecas do IFS se propõe a atender à comunidade acadêmica e ao público em geral, prestando serviços informacionais que contribuem para o desenvolvimento dos programas de ensino, pesquisa, extensão e inovação do IFS, com políticas de disseminação, processamento técnico, recuperação da informação e desenvolvimento de coleções.

Complementarmente, a DGB também atua em outras frentes junto ao IFS: é membro da Comissão Própria de Avaliação - CPA, instituída pelo SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e responsável pela implantação e pelo desenvolvimento de processos internos visando à avaliação institucional pelo MEC; atua como membro do Conselho Editorial da Editora do IFS – EDIFS, realizando a atividade de solicitar o ISBN junto à Câmara Brasileira de Livros – CBL e o ISSN junto ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, além de gerenciar a impressão de todas as publicações institucionais feitas através da Editora. Participa, também, de diversas Comissões de implantação ou reformulação de

documentos, tais como: Documento Referência de Coordenação de Curso, Documento Referência para Elaboração e Reformulação de PPC, Suspensão ou Extinção de Cursos, Normativa Interna para Trabalho de Conclusão de Curso do IFS, Regulamento dos Colegiados dos Cursos Superiores, Regulamento do Núcleo Docente Estruturante.

9.1.1 Acervo das Bibliotecas

O Acervo das Bibliotecas do IFS, que busca atender à comunidade acadêmica, está distribuído entre as Bibliotecas dos campi, denominadas: Biblioteca *Campus* Aracaju, Biblioteca *Campus* Itabaiana, Biblioteca *Campus* Glória, Biblioteca *Campus* São Cristóvão, Biblioteca *Campus* Estância, Biblioteca *Campus* Lagarto, Biblioteca *Campus* Propriá, Biblioteca *Campus* Tobias Barreto, Biblioteca *Campus* Socorro, Biblioteca de Pós-Graduação.

Essas unidades colocam à disposição dos usuários um acervo com mais de 100 mil itens, compreendendo livros, periódicos, monografias, mapas, filmes, documentários e outros materiais.

Em todo o Sistema de Bibliotecas a consulta ao acervo é permitida ao público em geral – comunidades interna e externa – e os empréstimos são permitidos aos docentes, discentes e técnico-administrativos, no qual a quantidade de materiais a ser emprestado por usuário é: Discentes e Técnico- Administrativos: 3 livros, por 7 dias; Docentes: 5 livros, por 14 dias. As Obras de Referência, Periódicos, Coleção Especial e todo primeiro exemplar de cada título destina-se, exclusivamente, à consulta local.

9.1.1.1 Acervo Digital

Disponibilizar o acervo digital para toda comunidade acadêmica da Instituição com o objetivo de incentivar a pesquisa dentro e fora da Instituição.

Para isso, através do site: <http://www.ifs.edu.br/reitoria/diretorias/dgb>, o usuário poderá acessar os serviços on-line de consulta, renovação e reserva das Bibliotecas, gerenciados pelo *Pergamum*.

Quadro 29 - Acervo Digital

ACERVO DIGITAL	2020	2021	2022	2023	2024
Normas ABNT e Mercosul – Target Ged-Web	1	1	Prevê novas assinaturas, realizadas de acordo com as necessidades apresentadas e com a disponibilidade orçamentária.		
Biblioteca Virtual	1	1			
Minha Biblioteca	1	1			
Portal de Periódicos da Capes	1	1			
Repositório Institucional do IFS	1	1			
Portal Eletrônico de Revistas do IFS	1	1			
Base de Dados Livres	35	35			

Fonte: DGB (2021)

9.1.1.2 Periódicos de acesso livre e assinaturas



O Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) reúne e disponibiliza, a

instituições de ensino e pesquisa no Brasil, o melhor da produção científica internacional. Seu acervo é de mais de 45 mil publicações periódicas, internacionais e nacionais, e há diversas bases de dados que reúnem desde referências e resumos de trabalhos acadêmicos e científicos até normas técnicas, patentes, teses, dissertações, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual, cobrindo todas as áreas do conhecimento. Pode ser acessado pela página da DGB ou pelo link direto:

www.ifs.edu.br/biblioteca/index.php/base-de-dados/periodicos-eletronicos.

Disponibilizamos também as seguintes bases de dados de periódicos:

- Biblioteca Virtual em Medicina Veterinária e Zootecnia
- Scielo – Scientific Electronic Library Online
- Veduca
- Enciclopédia Britânica
- Arquivo Público do Estado de São Paulo
- CPRM – Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais
- Investigações em Ensino de Ciências

- Khan Academy
- Physicae
- Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos

9.1.1.3 Acervo Digital de Livros



A Minha Biblioteca, formada pelas principais editoras do país, tem uma das melhores soluções digitais de e-books com amplo acervo multidisciplinar. A Minha Biblioteca é um consórcio formado pelas principais editoras de livros técnicos e científicos: Grupo A, Grupo Gen-Atlas, Manole e Saraiva.

O acervo, em português, atende à bibliografia de mais de 250 cursos de graduação. Tudo isso em uma plataforma prática e inovadora que pode ser usada em computadores, tablets e smartphones. Possui milhares de títulos: técnicos, acadêmicos e científicos de diversas áreas do conhecimento. Plataforma intuitiva e fácil de usar: com ferramentas exclusivas que facilitam a leitura. Totalmente online: acesse os livros de qualquer dispositivo com acesso à internet. Acervo multidisciplinar: catálogo completo para todas as áreas. Está em constante atualização: últimas edições de livros dos principais autores. Maior credibilidade: atende aos critérios exigidos pelo MEC.



A **Biblioteca Virtual** é uma iniciativa pioneira para a oferta de livros eletrônicos universitários em língua portuguesa. Desde 2005, a BV disponibiliza um acervo completo de e-books de livros-texto, com acesso ilimitado e multiusuário, é oferecido a toda a comunidade acadêmica, docentes, alunos de pós-graduação, alunos de graduação e servidores técnicos-administrativos do IFS. Pode-se acessar através da página da DGB ou do link direto: <https://plataforma.bvirtual.com.br/>.

A Biblioteca Virtual disponibiliza as seguintes bases de dados:

- Base de Dados da pesquisa Agropecuária da Embrapa
- Coleção Digital Machado de Assis

- Biblioteca do Congresso
- Biblioteca do Senado
- EbooksBrasil
- Editora FGV
- Projeto Gutenberg
- Google books
- SOLARIS
- Wikibooks
- Biblioteca Digital Mundial
- Biblioteca Digital Paulo Freire
- Biblioteca do Livro Didático (BLD) e Coleções Especiais
- Portal Domínio Público
- Coleção Aplauso
- Brasileira USP
- Acervos Digitais de Cordeis da Biblioteca de Obras Raras de Átila de Almeida – UFPB

9.1.1.4 Acervo Digital Multidisciplinar



O **Repositório Institucional** do Instituto Federal de Sergipe (**RIFS**) tem como

objetivo armazenar, preservar, divulgar e dar acesso a produção científica e acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe. Todos os seus conteúdos possuem acesso livre, buscando contribuir com a democratização do conhecimento e aumentar tanto a visibilidade como o impacto da produção científica institucional. Segue o link para acesso direto: <https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/>.



O acesso às **Normas da Coleção ABNT**, através da base de dados Target GedWeb, é oferecido a toda a comunidade acadêmica, docentes, alunos de pós-graduação, alunos de graduação e servidores técnicos-administrativos que poderão consultar e visualizar toda a ABNT coleção,

somente nos microcomputadores do Instituto, pois o acesso é permitido via IP. Segue o link para acesso direto: <https://www.gedweb.com.br/ifs/>.

9.1.1.5 Acervo Físico

Quadro 30 - Acervo por Campus

ACERVO FÍSICO	2020	2021	2022	2023	2024
Biblioteca <i>Campus</i> Aracaju	29.832	33.195	Prevê crescimento de acordo com o número de cursos ofertados e quantitativo de vagas ofertadas por curso anualmente, além da atualização anual de acervo em 10%.		
Biblioteca <i>Campus</i> Lagarto	16.951	18.403			
Biblioteca <i>Campus</i> São Cristóvão	12.376	14.075			
Biblioteca <i>Campus</i> Estância	10.747	11.923			
Biblioteca <i>Campus</i> Itabaiana	8.686	10.101			
Biblioteca <i>Campus</i> Glória	6.054	6.765			
Biblioteca <i>Campus</i> Propriá	4.055	4.787			
Biblioteca <i>Campus</i> Tobias Barreto	3.589	4.253			
Biblioteca <i>Campus</i> Socorro	3.059	2.372			
Biblioteca da Pós Graduação	3.665	3.855			
DGB e Setoriais	1.530	883			

Fonte: Pergamum (2021)

Para que todos os usuários das Bibliotecas – discentes, docentes, técnicos e comunidade externa – sejam contemplados em seus interesses, o acervo é composto por diferentes materiais, diversificados em suas áreas do conhecimento e nos tipos de suportes. Uma gama de itens é oferecida, conforme descrito a seguir:

- Acervo Geral: Livros
- Acervo Digital: E-books, artigos, apostilas, livros em PDF
- Multimeios: CDs, DVDs e audiolivros
- Obras de Referência/Acervo composto por materiais de consulta:
- Periódicos; Dicionários; Enciclopédias; Monografias; Teses; Dissertações; Folhetos, Atlas.

O Acervo do Instituto Federal de Sergipe é dividido em áreas do conhecimento, conforme o disposto na Classificação Decimal Universal (CDU ou UDC). Através desse código de classificação, os números de chamada dos itens da Biblioteca são gerados, e os usuários conseguem encontrar um item específico em meio aos materiais disponíveis nas Bibliotecas e em seus diversos suportes. A CDU não é um código imutável e vem passando por modificações e expansões para atender as produções e inovações que surgem nos mais variados assuntos. Abaixo segue um levantamento - emitido pelo Sistema Pergamum - da produção catalográfica por área de conhecimento das Bibliotecas do IFS:

Quadro 31 - Acervo por área de Conhecimento

BIBLIOTECA	Ciências Exatas e da Terra		Multidisciplinar		Ciências Biológicas		Engenharias		Ciências da Saúde		Ciências Agrárias		Ciências Sociais Aplicadas		Ciências Humanas		Artes, Esporte, Linguística e Letras		Outros		TOTAL		
	Acer.	Ex.	Acer.	Ex.	Acer.	Ex.	Acer.	Ex.	Acer.	Ex.	Acer.	Ex.	Acer.	Ex.	Acer.	Ex.	Acer.	Ex.	Acer.	Ex.	Acervo	Exemplar	
Aracaju	1.795	10.324	2	56	449	1.888	901	4.436	199	782	94	292	1.474	5.372	1.880	5.478	2.743	4.916	2	2	9.539	33.195	
São Cristóvão	493	2.458	1	46	301	1.613	100	523	145	667	809	2661	641	2.188	701	1.479	1.608	2.440	0	0	4.799	14.075	
Lagarto	1.098	6.629	2	27	127	402	626	3279	68	292	21	97	468	1.782	788	2.581	1.443	3.314	0	0	4.641	18.403	
BPG	194	515	1	6	97	171	50	138	11	19	12	62	601	1.128	361	1.153	236	662	0	0	1.563	3.855	
Glória	253	1.256	1	6	138	461	75	443	61	286	278	811	364	1.481	300	901	579	1.120	0	0	2.049	6.765	
Estância	693	2.672	3	51	121	397	464	2242	32	89	54	257	852	2.106	886	2.148	1.024	1.961	0	0	4.129	11.923	
Itabaiana	505	2.367	8	147	106	369	73	337	64	310	83	411	807	2.615	704	1.678	1.121	1.867	0	0	3.471	10.101	
Tobias Barreto	192	762	1	26	27	92	42	144	20	70	13	69	554	1.355	430	1.106	308	629	0	0	1.587	4.253	
Propriá	231	1.009	1	38	39	113	20	100	27	125	8	64	450	2.000	503	1.295	525	943	0	0	1.804	4.787	
Socorro	120	511	1	6	20	61	38	158	18	57	19	60	182	467	167	429	253	623	0	0	818	2.372	
Poço Redondo	2	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	6	1	
DGB e Setoriais	117	127	6	8	18	13	23	24	34	34	10	10	179	250	212	330	83	111	0	0	675	883	
																					TOTAL GERAL	35.081	110.613

Fonte: Pergamum (2021)

9.1.2 Horário de Funcionamento das Bibliotecas

O Sistema de Bibliotecas do IFS funciona de segunda a sexta-feira, das 7h às 22h. O horário das Bibliotecas poderá ser readequado a qualquer tempo para atender às necessidades dos campi. Acesse o endereço eletrônico: <http://www.ifs.edu.br/bibliotecas/bibliotecas-campus> e saiba mais sobre os horários de funcionamento.

Figura 20 - Horário de funcionamento das bibliotecas



Fonte: DGB (2020)

9.1.3 Recursos Humanos

Os servidores e colaboradores das Bibliotecas compõem um quadro de profissionais especializados disposto a atender com excelência ao público usuário que necessite de serviços informacionais nos mais variados aspectos. Entre os recursos humanos necessários para o bom funcionamento da Biblioteca encontram-se os bibliotecários, os auxiliares de bibliotecas, os funcionários terceirizados, entre outros.

Quadro 32 - Recursos Humanos das Bibliotecas

DIRETORIA GERAL DE BIBLIOTECAS – DGB						
Recursos Humanos	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Biblioteca <i>Campus</i> Aracaju	8	8	8	14	14	14
Biblioteca <i>Campus</i> Lagarto	4	4	7	7	7	7

Biblioteca <i>Campus</i> São Cristóvão	3	3	7	7	7	7
Biblioteca <i>Campus</i> Estância	3	3	6	6	6	6
Biblioteca <i>Campus</i> Itabaiana	4	4	7	7	7	7
Biblioteca <i>Campus</i> Glória	2	2	6	6	6	6
Biblioteca <i>Campus</i> Propriá	2	2	6	6	6	6
Biblioteca <i>Campus</i> Tobias Barreto	2	2	6	6	6	6
Biblioteca <i>Campus</i> Socorro	2	2	5	5	5	5
Biblioteca da Pós Graduação	1	1	2	2	2	2
Diretoria Geral de Bibliotecas - DGB	9	9	10	10	10	10

Fonte: Progep (2021)

9.1.4 Instalações Físicas

Para atender às expectativas dos usuários e estar de acordo com as exigências do Ministério da Educação, deve haver constantes melhorias através de reformas dos espaços existentes ou construção das bibliotecas sede do Instituto, trazendo layouts adequados, cumprindo com a lei de acessibilidade e criando espaços de leitura satisfatórios.

Quadro 33 - Instalações Físicas

DIRETORIA GERAL DE BIBLIOTECAS – DGB						
INSTALAÇÕES FÍSICAS	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Biblioteca <i>Campus</i> Aracaju	337,71m ²	337,71m ²	337,71m ²	Espaço de aproximadamente 2.230m ² a serem distribuídos nas diversas áreas da biblioteca.		
Biblioteca <i>Campus</i> Lagarto	241,92m ²	300m ²	300m ²	300m ²	Espaço de aproximadamente 2.230m ² a serem distribuídos nas diversas áreas da biblioteca.	
Biblioteca <i>Campus</i> São Cristóvão	278,77m ²	278,77m ²	278,77m ²	278,77m ²		
Biblioteca <i>Campus</i> Estância	628,70m ²	628,70m ²	628,70m ²	628,70m ²	628,70m ²	628,70m ²
Biblioteca <i>Campus</i> Itabaiana	628,70m ²	628,70m ²	628,70m ²	628,70m ²	628,70m ²	628,70m ²

Biblioteca <i>Campus</i> Glória	42m ²	42m ²	100m ²	628,70m ²	628,70m ²	628,70m ²
Biblioteca <i>Campus</i> Propriá	68m ²	68m ²	Espaço de aproximadamente 450m ² a serem distribuídos nas diversas áreas da biblioteca.			
Biblioteca <i>Campus</i> Tobias Barreto	68m ²	437,86m ²	437,86m ²	437,86m ²	437,86m ²	437,86m ²
Biblioteca <i>Campus</i> Socorro	440,10m ²	440,10m ²	440,10m ²	440,10m ²	440,10m ²	440,10m ²
Biblioteca da Pós Graduação	48,60m ²	48,60m ²	48,60m ²	48,60m ²	48,60m ²	48,60 m ²
Diretoria Geral de Bibliotecas - DGB	94,05m ²	94,05m ²	94,05m ²	94,05m ²	94,05m ²	94,05m ²

Fonte: Dipop (2021)

9.1.4.1 Número de assentos para usuários

A proposta é oferecer um espaço físico agradável e que os usuários possam se sentir acolhidos na Biblioteca, seja para pesquisas ou para uma boa leitura. Atualmente 50% de nossas Bibliotecas vêm passando por reforma, ampliação do espaço ou construção de novas bibliotecas para que possamos receber nossos usuários da melhor forma possível.

Quadro 34 - Número de assentos para usuários

DIRETORIA GERAL DE BIBLIOTECAS – DGB						
NÚMERO DE ASSENTOS	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Biblioteca <i>Campus</i> Aracaju	121	121	121	Prevê o crescimento do número de assentos, gradativamente, de acordo com a ampliação das bibliotecas e com a entrega das obras das sedes definitivas.		
Biblioteca <i>Campus</i> Lagarto	65	85	85			
Biblioteca <i>Campus</i> São Cristóvão	65	65	65			
Biblioteca <i>Campus</i> Estância	97	97	97			
Biblioteca <i>Campus</i> Itabaiana	231	231	231			
Biblioteca <i>Campus</i> Glória	14	14	22			
Biblioteca <i>Campus</i> Propriá	3	3	3			
Biblioteca <i>Campus</i> Tobias Barreto	18	18	18			
Biblioteca <i>Campus</i> Socorro	81	81	81			
Biblioteca de Pós Graduação	21	14	14			

Fonte: DGB (2021)

9.1.5 Serviços Informacionais

Oferecer serviços de informação que permitam o acesso do usuário ao acervo e aos demais recursos informacionais é imprescindível para as Bibliotecas do Instituto Federal de Sergipe. Através de empréstimo, renovação, reserva, serviço de referência, acesso às bases de dados, treinamento, orientação de usuários e disponibilização de espaço multimídia destinado a auxiliar a pesquisa, todas as bibliotecas do IFS prestam os seguintes serviços:

- Apoio em trabalhos acadêmicos: através da confecção da ficha catalográfica para trabalhos de conclusão de curso no âmbito do IFS;
- Acesso à base de dados por assinatura nas diversas áreas do conhecimento;
- Acesso a bibliotecas digitais através da disponibilização de acervos digitais aos usuários através do site de pesquisa;
- Consulta ao acervo da Biblioteca através do site: www.ifs.br/biblioteca;
- Consulta local aos materiais informacionais aberta à comunidade em geral;
- Recepção aos calouros: no início de cada período de acordo com o calendário letivo do IFS, as Bibliotecas recebem os alunos calouros, promovendo a integração, apresentando seus serviços e regulamento através de visita monitorada e treinamentos específicos;
- Renovação e reserva on-line;
- Serviço de referência: atendimento personalizado ao usuário na sua busca de informação;
- Disseminação seletiva da informação/DSI para os cursos de nível superior;
- Treinamento e capacitação de usuários;
- Pesquisa e orientação das bases de dados/periódicos e ABNT;
- Balcão de atendimento: empréstimo; devolução; reserva; renovação; emissão da declaração de nada consta, sob pesquisa situacional do aluno no Sistema *Pergamum*; orientação à consulta local do acervo; controle do Laboratório de Multimeios.
- Serviço de internet e multimeios: laboratório para acesso à internet, consulta local do acervo de CDs e DVDs;
- Orientação e supervisão de estágios curriculares (as Bibliotecas do IFS têm recebido alunos da Universidade Federal de Sergipe (UFS) para realização de estágio curricular desde 2012);
- Levantamento bibliográfico para usuários: pesquisa na base de dados do

pergamum das bibliografias que constam no acervo;

- Realização de eventos de fomento à leitura.

9.1.5.1 Ações culturais e eventos

Buscando fornecer meios para que as Bibliotecas se tornem ambientes de pesquisa, fomento à leitura, com a valorização da palavra através de ações de cunho literário, cultural e científico, as Bibliotecas do IFS implantam projetos de incentivo à leitura, à cultura local e à produção literária. Para maiores informações sobre as ações e eventos realizados pelas bibliotecas do IFS, acesse o endereço eletrônico: <http://www.ifs.edu.br/institucional-biblioteca/acao-cultural-biblioteca>.

9.1.6 Tecnologia da Informação

Equipar as bibliotecas com recursos e suportes que possibilitem o acesso à informação através dos diferentes e variados tipos de ferramentas tecnológicas.

Quadro 35 - Recursos de TI para as bibliotecas

DIRETORIA GERAL DE BIBLIOTECAS – DGB						
RECURSOS DE TI						
(Blu-ray, Caixa de som amplificadora, Computador, Fone de ouvido, Impressora, Leitora de código de barras, Leitora biométrica, Máquina fotográfica, Microfone, Óculos 3D, Teclado numérico, Portal antifurto, Projetor de imagem, Teclado, TV, entre outros).						
BIBLIOTECAS	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Biblioteca <i>Campus</i> Aracaju	29	29	29	Prevê o crescimento de Recursos de TI, gradativamente, de acordo com a ampliação das Bibliotecas, com a entrega das obras das sedes definitivas e com a disponibilidade orçamentária.		
Biblioteca <i>Campus</i> Lagarto	16	16	16			
Biblioteca <i>Campus</i> São Cristóvão	16	16	16			
Biblioteca <i>Campus</i> Estância	34	34	34			
Biblioteca <i>Campus</i> Itabaiana	76	76	76			
Biblioteca <i>Campus</i> Glória	12	12	12			
Biblioteca <i>Campus</i> Propriá	5	5	5			
Biblioteca <i>Campus</i> Tobias Barreto	4	4	4			
Biblioteca <i>Campus</i> Socorro	6	6	6			
Biblioteca da Pós Graduação	8	8	8			
Diretoria Geral de Bibliotecas	41	41	41			

Fonte: DGB (2021)

9.1.7 Recursos Financeiros

Tenciona-se manter a verba orçamentária disponibilizada anualmente para aquisição bibliográfica, assim como prever a inclusão das Bibliotecas em projetos de pesquisa

e extensão e em solicitação de aportes ao Ministério de Educação e Cultura – MEC, para contemplá-las com um acervo adequado às diversas áreas do conhecimento dos cursos e programas oferecidos pelo IFS.

Quadro 36 - Recursos financeiros

DIRETORIA GERAL DE BIBLIOTECAS – DGB					
RECURSOS FINANCEIROS	2020	2021	2022	2023	2024
Aquisição bibliográfica	R\$ 500 mil	R\$ 1 milhão	R\$ 1 milhão	R\$ 1 milhão	R\$ 1 milhão

Fonte: DGB (2018)

9.1.8 Acessibilidade

Oferecer serviços e produtos aos portadores de necessidades especiais que possibilitem não apenas seu acesso às Bibliotecas, mas também acesso aos recursos informacionais, como áudio-livros, material em LIBRAS, braile, lupas, aplicativos específicos, entre outros. Além disso, pretende-se criar a biblioteca inclusiva, central e setoriais, como um setor especial dentro das Bibliotecas que ofereça material adaptado e atendimento especializado.

9.1.9 Pesquisa, Extensão e Inovação

Elaborar e promover projetos de fomento à pesquisa, extensão e inovação no âmbito das Bibliotecas, sendo necessário fornecer um suporte técnico na estruturação e organização de toda a produção científica das Bibliotecas e das Coordenadorias da DGB.

9.1.10 Marketing e Divulgação

Promover os serviços e recursos informacionais das Bibliotecas através de campanhas publicitárias disponibilizadas no site da DGB:

<http://www.ifs.edu.br/biblioteca>, da página do facebook: <https://www.facebook.com/BibliotecasIFS> e do Instagram: [@dgbifsoficial/](https://www.instagram.com/dgbifsoficial/), além de elaborar calendário anual das atividades acadêmicas e culturais.

9.1.11 Plano de Contingência Anual para as Bibliotecas do IFS (Infraestrutura)

A Diretoria Geral de Bibliotecas (DGB) baseou-se no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), criado pela equipe de técnicos em segurança do trabalho do Instituto Federal de Sergipe (IFS), para elaborar um Plano de Contingência voltado às necessidades de preservação da integridade física e mental dos servidores e usuários e dos riscos de acidentes específicos nas Bibliotecas do Instituto. Definiram-se algumas ações emergenciais a serem tomadas no caso de constatação de risco iminente nas instalações de cada biblioteca: riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e acidentais que possam afetar o ambiente. Dentre esses riscos, destaca-se a preocupação em garantir o funcionamento do Sistema Gerenciador de Unidades Informacionais utilizado por todas as Bibliotecas do Instituto, com medidas que tentem evitar ao máximo a indisponibilidade dos serviços prestados pelas Bibliotecas através do referido sistema.

Destaca-se que, para evitar acidentes e situações de emergência, todas as instalações devem ter manutenção periódica dos dispositivos de combate a incêndio, das instalações elétricas e também a conservação do ambiente de trabalho: teto, mobiliário, pavimento e paredes. Devem ser executados cursos de primeiros socorros para todos os colaboradores e, se possível, criar projetos para orientar os discentes e a comunidade externa.

9.1.12 Plano de Contingência e de atualização dos acervos físico e digital das Bibliotecas do IFS

A Coordenadoria de Desenvolvimento de Coleções - CDC criou o Plano de Contingência e de Atualização para os Acervos Físico e Digital, que visa ao atendimento do disposto nos Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação (IACG) do INEP/MEC, que subsidiam os atos autorizativos de cursos – autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento – nos graus de tecnólogo, licenciatura e bacharelado para as modalidades presencial e a distância. Tem por principal objetivo oferecer informações sobre quais meios e mecanismos estão sendo utilizados e viabilizados para que o usuário tenha garantido seu acesso aos serviços oferecidos pelas Bibliotecas do Instituto, presencial e virtualmente.

Os Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação (IACG) do INEP/MEC, que subsidiam os atos autorizativos de cursos – autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento – nos graus de tecnólogo, licenciatura e bacharelado para as modalidades presencial e a distância, utilizados para avaliações realizadas até meados do ano de 2018, faziam menção a um cálculo de obrigatoriedade quanto ao acervo das bibliografias básica e complementar. Deveria haver, no mínimo, três títulos por disciplina na bibliografia básica, disponível na proporção média de um exemplar para menos de 5 vagas anuais ofertadas. Na bibliografia complementar, deveria possuir, pelo menos, cinco títulos por disciplina, adquirindo dois exemplares de cada título ou com acesso virtual. Dessa forma, todas as aquisições realizadas com verbas conseguidas até 2017 foram feitas.

O novo IACG, versão outubro/2017, imputou a responsabilidade aos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) de cada curso de definir quantitativa e qualitativamente o material bibliográfico a ser adquirido pela Instituição/Biblioteca. O NDE deverá realizar um estudo criterioso dos títulos necessários para adquirir, referendado pelo Relatório de Adequação, elaborado pelo próprio NDE do curso, atestando que a composição existente é adequada ao projeto pedagógico, à matriz curricular, ao perfil do corpo docente, à infraestrutura para esse fim e à quantidade de vagas ofertadas. Também nesse Relatório de Adequação deverão constar os critérios para atualização de acervo. A Diretoria Geral de Bibliotecas (DGB) participará da Comissão Geral, formada com a equipe pedagógica e com representantes docentes dos cursos do Instituto Federal de Sergipe (IFS). Assim, sugerirá critérios até então utilizados para definição do quantitativo de referências básicas e complementares constantes nas unidades curriculares, quanto à forma de aquisição e quanto à forma de atualização de acervo, como, por exemplo, mostrando o fluxo disponível, na Instrução Normativa, elaborada pela CDC/DGB, que vigora desde 2017.

Quanto ao acervo virtual, a(s) assinatura(s) de base de dados também deverá ser debatida durante as reuniões da Comissão Geral, a fim de se estabelecer novos critérios para definir quais assinaturas o Instituto deve adquirir. Complementarmente, no Plano de Contingência da DGB, há um tópico que trata das medidas tomadas para que os usuários tenham acesso ininterrupto ao acervo virtual disponibilizado, acessando tanto do IFS quanto remotamente.

9.1.13 Treinamento e Capacitação

A Coordenação de Treinamento e Capacitação, que integra a estrutura da DGB, é responsável por treinar/capacitar discentes, docentes e técnicos administrativos para a perfeita utilização das bases de dados disponibilizadas pelo Instituto Federal de Sergipe, quais sejam: Portal de Periódicos da CAPES, Biblioteca Virtual, Repositório Institucional – RIFS, Target GedWeb – Normas da ABNT e Base de dados do Sistema PERGAMUM, fomentando a pesquisa nos acervos físico e virtual.

A capacitação é feita através de treinamentos presenciais e/ou virtuais, previamente agendados e respeitando as necessidades de cada *campus* e de cada momento.

9.1.14 Diretrizes Pós-Pandemia

Em virtude da pandemia da COVID-19, a Diretoria Geral de Bibliotecas (DGB) criou algumas diretrizes, com base nos principais Órgãos competentes de Saúde e Educação do país, mundialmente qualificados, para orientar as Bibliotecas do Instituto Federal de Sergipe (IFS) no retorno das atividades presenciais após o período de pandemia. Com orientações acerca de procedimentos de segurança e o funcionamento da biblioteca, com seus respectivos serviços, o documento foi aprovado por meio de Portaria nº 2018, de 31 de Agosto de 2020. Tais orientações estão disponíveis no endereço:

http://www.ifs.edu.br/images/arquivos/Biblioteca/Documentos/CD_11.2020_-_recomenda_a_aprovao_das_diretrizes_para_o_funcionamento_das_Bibli.pdf

9.1.15 Considerações

Para se chegar ao conteúdo descrito neste planejamento plurianual, as Bibliotecas que compõem a Diretoria Geral de Bibliotecas (DGB), do Instituto Federal de Sergipe (IFS), foram investigadas, analisadas e diagnosticadas, considerando-se vários aspectos. Desse modo, propostas foram apresentadas visando aumentar a eficiência dos serviços oferecidos aos usuários, bem como auxiliar numa melhor administração da Biblioteca pelos seus gestores.

Ressaltamos que já houve um grande avanço nas Bibliotecas do Instituto, que em 2011 dispunha de apenas 03 unidades informacionais e em 2018 já contava com 10 Bibliotecas, entre provisórias e definitivas. Contudo, ainda há muito a se fazer pelas Bibliotecas.

Incansavelmente, deve-se pensar no crescimento das Bibliotecas como aumento dos recursos humanos, atualização de acervo, melhorias na estrutura física, atualização e aumento de recursos de tecnologia da informação, acessibilidade, entre outros. Subsidiando, dessa forma, com qualidade e quantidade as atividades pertinentes ao ensino, pesquisa, extensão e inovação. As Bibliotecas devem estar de acordo com as diretrizes do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do MEC/INEP.

Por fim, as informações aqui contidas podem a qualquer momento ser alteradas de acordo com a necessidade da administração pública e/ou prioridades a serem alcançadas em curto espaço de tempo, não deixando de atender o que foi proposto no período vigente do referido documento.

9.2 Tecnologia da Informação

As boas práticas de Governança e Gestão de TIC vem sendo implementadas no IFS desde 2014 atendendo às recomendações da Auditoria Interna do IFS, tendo como referência os Levantamentos de Governança de TI / IFS do Tribunal de Contas da União (TCU) (<http://www.ifs.edu.br/governanca-de-ti>).

A Política de Governança de TIC/IFS (PGTIC), instituída pela Deliberação Nº 63/CGTIC/IFS de 02/10/2017, define princípios, diretrizes e estrutura organizacional referentes a governança e gestão de TIC para Instituição.

A Política de Segurança da Informação e Comunicação/IFS (PSI), instituída pela Deliberação Nº 01/CGSIC/IFS de 30/01/2018, define diretrizes gerais de segurança e controle de proteção da informação para instituição.

O Sistema de Governança de TIC (SGTIC), está alinhado ao Sistema de Governança Corporativa do IFS e tem como instância principal o Comitê Gestor de TIC – CGTIC (Figura 21).

Figura 21 - Sistema de Governança de TI - SGTIC/IFS

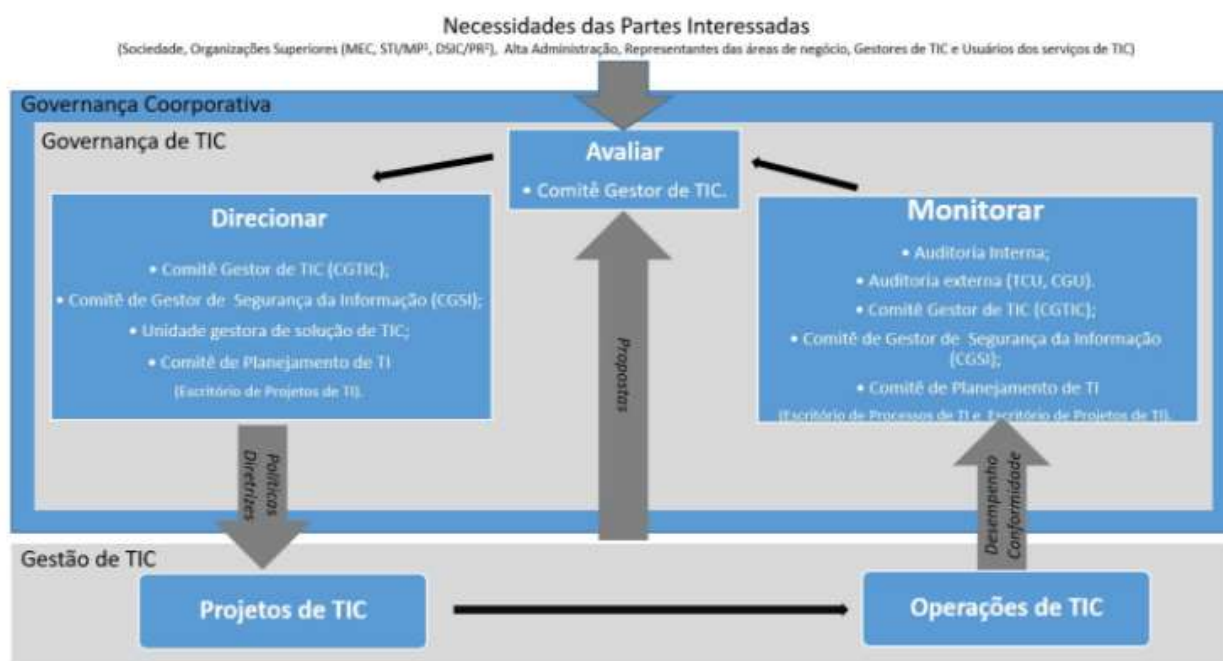


Figura 03 – SGTIC / IFS (Relacionamento entre as Tarefas de Governança de TIC e Estruturas organizacionais do IFS) - 2018. Fonte: Adaptado do Guia de Governança do SISP, 2016, P. 21 e 49.

Fonte: Deliberação Nº 15/2018/CGTIC/IFS de 10/07/2018.

A Distribuição dos Direitos Decisórios de TIC entre os Comitês e Estruturas Organizacionais do IFS estão expressas na Tabela 01.

Tabela 3 - Distribuição dos Direitos Decisórios de TIC entre os Comitês e Estruturas Organizacionais do IFS

Questões de TIC	Distribuição de Direitos decisórios	
	Contribui	Decide
Princípios de TI (Políticas e Diretrizes)	CPlanTI ³ e DTI ⁴	CGTIC ⁵ e CGSI ⁶
Arquitetura de TI	CTI's ⁷ , Cord Sistêmicas de TIC e DTI	CPlanTI
Infraestrutura de TI	CTI's, Cord Sistêmicas de TIC e DTI	CPlanTI
Necessidade de Negócios de Soluções de TI	Todas as unidades organizacionais de IFS	Unidade Gestora de Solução de TI
Investimento e Priorização de TI	CPlanTI e DTI	CGTIC

Fonte: Deliberação Nº 15/2018/CGTIC/IFS de 10/07/2018.

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC) do Instituto Federal de Sergipe (IFS), instância colegiada de natureza estratégica e deliberativa, de

³ CPlanTI – Comitê de Planejamento de TI

⁴ DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação

⁵ CGTIC – Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação

⁶ CGSI – Comitê Gestor de Segurança da Informação

⁷ CTI's – Coordenadorias de Tecnologia da Informação/Campi e Reitoria

caráter permanente, instituído através da Portaria Nº 3.794/2019/IFS de 06/12/2019, em conformidade com o Decreto nº 9.759 de 11/05/2019, art. 6º e Portarias nº 778/2019/SGD/ME de 04/05/2019 e nº 18.152/SGD/ME de 04/08/2020; é responsável por deliberar sobre políticas, diretrizes e planos relativos à Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC e à Governança Digital.

As reuniões do CGTIC são realizadas conforme plano de comunicação anual, mais informações: <http://www.ifs.edu.br/colegiados-dti>.

O Comitê Gestor de Segurança da Informação e Comunicação (CGSIC) é órgão colegiado de natureza deliberativa e caráter permanente, instituído através da Portaria Nº 3.795/2019/IFS de 06/12/2019, em conformidade com o Decreto nº 9.759 de 11/05/2019, art. 6º; responsável por implementar a Política de Segurança da Informação e normas relacionadas no âmbito do IFS.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC define como a área de TI, representada pela DTI contribuirá para o alcance dos objetivos estratégicos do IFS. Está alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI / IFS (2020 - 2024) e a Estratégia de Governança Digital (2020-2022)⁸.

O Plano vigente (<http://www.ifs.edu.br/plano-diretor-de-tecnologia-da-informacao>) está em conformidade com as Portarias Nº 778/SGD/ME de 04/05/2019 e Nº 18.152/SGD/ME de 04/08/2020 que dispõem sobre a implantação da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação.

⁸ “A Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022 está organizada em princípios, objetivos e iniciativas que nortearão a transformação do governo por meio de tecnologias digitais. Buscamos, com ela, oferecer políticas públicas e serviços de melhor qualidade, mais simples, acessíveis a qualquer hora e lugar e a um custo menor para o cidadão...”.

9.3 Infraestrutura Física e Instalações Acadêmicas

As informações sobre infraestrutura física e instalações acadêmicas são de competência da Diretoria de Planejamento e Obras e Projetos – DIPOP que é o órgão responsável por planejar, coordenar, executar e avaliar os projetos e atividades relacionados às demandas de infraestrutura. Para maiores informações acessar o link da DIPOP no site do IFS: <http://www.ifs.edu.br/reitoria/diretorias/dipop>.

Quadro 37 - Infraestrutura física e instalações acadêmicas

Infraestrutura	Reitoria		Aracaju		Lagarto		São Cristóvão		Estância		Itabaiana	
	Qte	Área (m ²)	Qte	Área (m ²)	Qte	Área (m ²)	Qte	Área (m ²)	Qte	Área (m ²)	Qte	Área (m ²)
Área de Lazer/Convivência	0	0	1	7.624,63	1	1.300,00	2	983,12	1	421,21	1	466,98
Auditório	1	143,78	0	0	1	360,00	3	265,24	1	109,50	1	109,50
Banheiros	26	176,27	14	178,00	6	96,00	54	527,17	6	180,00	8	220,00
Biblioteca	1	48,60	1	324,82	1	200,00	1	192,00	1	432,00	1	620,00
Instalações administrativas	3	2070,29	2	383,88	10	186,00	2	145,90	2	288,00	2	288,00
Laboratórios	0	0	47	2.684,00	33	2.640,00	10	515,20	13	832,00	13	880,00
Salas de aula	0	0	37	1.311,77	11	605,00	29	1.266,99	10	672,00	12	672,00
Salas de Coordenação	0	0	10	100,04	1	36,00	6	153,31	1	157,00	1	157,00
Salas de Docentes	0	0	3	100,87	1	30,00	5	196,45	1	108,00	1	108,00
Refeitório/Cantina	0	0	1	198,02	1	370,00	2	427,23	1	53,02	1	53,02
Alojamento	0	0	0	0	0	0	6	81,90	0	0	0	0

Infraestrutura	Glória		Tobias Barreto		*Propriá		Socorro		Poço Redondo	
	Qte	Área (m ²)	Qte	Área (m ²)	Qte	Área (m ²)	Qte	Área (m ²)	Qte	Área (m ²)
Área de Lazer	1	496,98	0	0	0	0	0	0	0	0
Auditório	1	109,50	0	0	0	0	0	0	0	0
Banheiros	6	214,00	4	126,00	4	126,00	4	126,00	4	126,00
Biblioteca	1	620,00	1	675,00	1	675,00	1	675,00	1	675,00
Instalações administrativas	2	288,00	1	493,00	1	493,00	1	493,00	1	493,00
Laboratórios	11	841,00	2	161,00	2	161,00	3	241,50	2	161,00
Salas de aula	13	832,00	9	549,00	5	305,00	5	305,00	5	305,00
Salas de Coordenação	1	157,00	2	137,00	2	137,00	2	137,00	2	137,00
Salas de Docentes	1	108,00	2	56,00	2	56,00	2	56,00	2	56,00
Refeitório/Cantina	1	53,02	0	0	0	0	0	0	0	0
Alojamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

*Campus em Construção

10. CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE ORÇAMENTÁRIA-FINANCEIRA

O contexto da elaboração da proposta de orçamento do IFS está ligado diretamente ao ciclo orçamentário do Governo Federal, qual seja, seguir os programas, objetivos e iniciativas estipulados no Plano Plurianual - PPA, por meio da execução das ações orçamentárias com o intuito de prestar serviços educacionais de qualidade à sociedade. Além disso, tal proposta orçamentária segue as diretrizes da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO, que é elaborada anualmente.

O quadro abaixo traz a divisão do orçamento do IFS para o ano de 2020, com os programas que o compõem e as ações orçamentárias vinculadas a cada programa.

Quadro 38 - Programas e Ações contidos na LOA do IFS

Programas e Ações	
5012 - Educação profissional e tecnológica	
Ação	
20RL - FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional	
20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	
Ação	
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	
20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União	
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	
212B - Outros Benefícios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	
216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	
0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões	
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	
Ação	
0005 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)	
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	
Ação	
00PW - Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	

Fonte: LOA 2020

10.1 Composição da Matriz Orçamentária

A Matriz Orçamentária do IFS é baseada, primeiramente, nos recursos disponibilizados pelo MEC/SETC na Matriz CONIF. Após a definição do valor a ser disponibilizado para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, são calculados os valores com que cada instituição da Rede Federal será contemplada. Os critérios que definem qual o montante orçamentário por Unidade são o número de alunos matriculados, alunos em regime de internato pleno, previsão de inauguração de novas unidades, etc.

10.1.1 Previsão Orçamentária do IFS 2020-2024

Neste tópico se demonstra a previsão orçamentária para o período de 2020 a 2024. A evolução orçamentária foi estimada com base na previsão de inflação média de 5% ao ano. Abaixo seguem as estimativas tanto do orçamento do IFS como todo e, também, por Unidade Gestora.

Quadro 39 - Projeção Orçamentária do IFS 2020 a 2024

Ações	2020	2021	2022	2023	2024
20RL - FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	29.424.921	30.896.167	32.440.975	34.063.024	35.766.175
2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional	6.814.651	7.155.384	7.513.153	7.888.810	8.283.251
20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	1.372.438	1.441.060	1.513.113	1.588.769	1.668.207
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	271.429	285000	299.250	314.213	329.924
20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União	146.866.142	154.209.449	161.919.922	170.015.918	178.516.714
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	2.664.312	2.797.528	2.937.404	3.084.274	3.238.488
212B - Outros Benefícios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	8.760.753	9.198.791	9.658.730	10.141.667	10.648.750
216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	9.496	9.971	10.469	10.993	11.542
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	28.197.884	29.607.778	31.088.167	32.642.575	34.274.704
0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões	45.578.245	47.857.157	50.250.015	52.762.516	55.400.642
0005 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)	3.055.104	3.207.859	3.368.252	3.536.665	3.713.498
00PW - Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	57.994	60.894	63.938	67.135	70.492
Total do Orçamento IFS	273.073.369	286.727.037	301.063.389	316.116.559	331.922.387

Fonte: LOA 2020 e projeções futuras de 5% em média anual.

Quadro 40 - Projeção Orçamentária do IFS - 2020 a 2024 – Reitoria

PROJEÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO IFS - 2020 A 2024 - Reitoria					
Ações	2020	2021	2022	2023	2024
20RL - FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	11.963.270	12.561.434	13.189.505	13.848.980	14.541.429
2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional	1.481.790	1.555.880	1.633.673	1.715.357	1.801.125
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	69.418	72.889	76.533	80.360	84.378
20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	1.372.438	1.441.060	1.513.113	1.588.769	1.668.207
Total do Orçamento Reitoria	14.886.916	15.631.262	16.412.825	17.233.466	18.095.139

Fonte: LOA 2020 e projeções futuras de 5% em média anual.

Quadro 41 - Projeção Orçamentária do IFS - 2020 a 2024 - Campus Aracaju

PROJEÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO IFS - 2020 A 2024 – Campus Aracaju					
Ações	2020	2021	2022	2023	2024
20RL - FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	5.219.452	5.480.425	5.754.446	6.042.168	6.344.277
2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional	1.971.793	2.070.383	2.173.902	2.282.597	2.396.727
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	86.990	91.340	95.906	100.702	105.737
Total do Orçamento Campus Aracaju	7.278.235	7.642.147	8.024.254	8.425.467	8.846.740

Fonte: LOA 2020 e projeções futuras de 5% em média anual.

Quadro 42 - Projeção Orçamentária do IFS - 2020 a 2024 - Campus Lagarto

PROJEÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO IFS - 2020 A 2024 – Campus Lagarto					
Ações	2020	2021	2022	2023	2024
20RL - FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	1.913.800	2.009.490	2.109.965	2.215.463	2.326.236
2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional	898.905	943.850	991.043	1.040.595	1.092.625
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	19.331	20.298	21.312	22.378	23.497
Total do Orçamento Campus Lagarto	2.832.036	2.973.638	3.122.320	3.278.436	3.442.357

Fonte: LOA 2020 e projeções futuras de 5% em média anual.

Quadro 43 - Projeção Orçamentária do IFS - 2020 a 2024 - Campus São Cristóvão

PROJEÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO IFS - 2020 A 2024 – Campus São Cristóvão					
Ações	2020	2021	2022	2023	2024
20RL - FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	3.276.656	3.440.489	3.612.513	3.793.139	3.982.796
2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional	1.203.373	1.263.542	1.326.719	1.393.055	1.462.707
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	19.331	20.298	21.312	22.378	23.497
Total do Orçamento Campus São Cristóvão	4.499.360	4.724.328	4.960.544	5.208.572	5.469.000

Fonte: LOA 2020 e projeções futuras de 5% em média anual.

Quadro 44 - Projeção Orçamentária do IFS - 2020 a 2024 - Campus Estância

PROJEÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO IFS - 2020 A 2024 – Campus Estância					
Ações	2020	2021	2022	2023	2024
20RL - FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	1.826.808	1.918.148	2.014.056	2.114.759	2.220.497

2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional	289.969	304.467	319.691	335.675	352.459
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	11.598	12.178	12.787	13.426	14.097
Total do Orçamento <i>Campus</i> Estância	2.128.375	2.234.794	2.346.533	2.463.860	2.587.053

Fonte: LOA 2020 e projeções futuras de 5% em média anual.

Quadro 45 - Projeção Orçamentária do IFS - 2020 a 2024 - Campus Itabaiana

PROJEÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO IFS - 2020 A 2024 – Campus Itabaiana					
Ações	2020	2021	2022	2023	2024
20RL - FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	1.159.879	1.217.873	1.278.767	1.342.705	1.409.840
2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional	372.127	390.733	410.270	430.784	452.323
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	11.598	12.178	12.787	13.426	14.097
Total do Orçamento <i>Campus</i> Itabaiana	1.543.604	1.620.784	1.701.823	1.786.915	1.876.260

Fonte: LOA 2020 e projeções futuras de 5% em média anual.

Quadro 46 - Projeção Orçamentária do IFS - 2020 a 2024 - Campus Glória

PROJEÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO IFS - 2020 A 2024 – Campus Glória					
Ações	2020	2021	2022	2023	2024
20RL - FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	1.121.215	1.177.276	1.236.140	1.297.947	1.362.844
2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional	86.991	91.341	95.908	100.703	105.738
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	14.498	15.223	15.984	16.783	17.622

Total do Orçamento Campus Glória	1.222.704	1.283.839	1.348.031	1.415.433	1.486.204
---	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------

Fonte: LOA 2020 e projeções futuras de 5% em média anual.

Quadro 47 - Projeção Orçamentária do IFS - 2020 a 2024 - Campus Propriá

PROJEÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO IFS - 2020 A 2024 - Campus Propriá					
Ações	2020	2021	2022	2023	2024
20RL - FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	1.063.221	1.116.382	1.172.201	1.230.811	1.292.352
2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional	86.991	91.341	95.908	100.703	105.738
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	14.498	15.223	15.984	16.783	17.622
Total do Orçamento Campus Propriá	1.164.710	1.222.946	1.284.093	1.348.297	1.415.712

Fonte: LOA 2020 e projeções futuras de 5% em média anual.

Quadro 48 - Projeção Orçamentária do IFS - 2020 a 2024 - Campus Tobias Barreto

PROJEÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO IFS - 2020 A 2024 - Campus Tobias Barreto					
Ações	2020	2021	2022	2023	2024
20RL - FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	1.063.221	1.116.382	1.172.201	1.230.811	1.292.352
2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional	89.890	94.385	99.104	104.059	109.262
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	14.498	15.223	15.984	16.783	17.622
Total do Orçamento Campus Tobias Barreto	1.167.609	1.225.989	1.287.289	1.351.653	1.419.236

Fonte: LOA 2020 e projeções futuras de 5% em média anual.

Quadro 49 - Projeção Orçamentária do IFS - 2020 a 2024 - Campus Socorro

PROJEÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO IFS - 2020 A 2024 - Campus Socorro					
Ações	2020	2021	2022	2023	2024
20RL - FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	1.063.221	1.116.382	1.172.201	1.230.811	1.292.352
2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional	86.990	91.340	95.906	100.702	105.737
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	9.665	10.148	10.656	11.188	11.748
Total do Orçamento Campus Socorro	1.159.876	1.217.870	1.278.763	1.342.701	1.409.837

Fonte: LOA 2020 e projeções futuras de 5% em média anual.

10.2 Estratégias de Gestão Econômico-Financeira

A gestão econômico-financeira do IFS está prevista no Mapa Estratégico do IFS (2020-2024) por meio do objetivo estratégico OE01- Promover a racionalização dos recursos orçamentários visando a alocação eficiente e eficaz. Desse modo, estão previstas iniciativas estratégicas que beneficiem a gestão orçamentária do IFS.

10.2.1 Controle da execução orçamentária

O Controle da execução orçamentária tem por finalidade precípua maximizar a utilização dos créditos orçamentários previstos em Lei Orçamentária.

A execução do orçamento está intimamente ligada a liberação de limites orçamentários por parte da Secretaria de Planejamento e Orçamento/MEC (SPO). Conforme os limites são liberados, o orçamento é descentralizado e executado por cada Unidade Gestora conforme suas respectivas necessidades.

Outra variável a ser observada no controle do orçamento é o percentual de liquidação. Observar-se-á se os valores liquidados estão de acordo com os empenhos emitidos, evitando-se assim impressões indevidas quanto à execução do orçamento das UG.

10.2.2 Planejamento Estratégico das Compras e Contratações

A estratégia de compras e das contratações a ser adotada no período 2020-2024 se dará por meio do Plano Anual de Contratações - PAC conforme pode ser acompanhado acessando o link de licitações e contratos :<http://www.ifs.edu.br/licitacoes-e-contratos>.

10.2.3 Procedimentos

Os processos de compras/contratações convencionais de cada unidade gestora serão realizados através das orientações e normativos do setor de licitações e contratos, e também pelas próprias unidades do IFS. Enquanto que os planos anuais de contratações serão cadastrados no sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações – PGC do Ministério da Fazenda, onde segundo os arts. 2º e 7º da IN 1/2019, deverão ser incluídas no PGC apenas as contratações que se pretende realizar ou prorrogar no ano seguinte.

"Art. 2º Cada Unidade de Administração de Serviços Gerais - UASG deverá elaborar anualmente o respectivo PAC, contendo todos os itens que pretende contratar no exercício subsequente."

Dessa forma o objetivo PAC é a consolidação das contratações de bens e serviços do IFS que serão realizadas ou prorrogadas no exercício subsequente, auxiliando os gestores na tomada de decisão. A partir de um levantamento prévio de bens e serviços do IFS que pretende contratar ou prorrogar, os gestores passam a dispor de informações gerenciais consolidadas que permitirão ampliar a realização de compras compartilhadas, viabilizando ganhos de escala.

O setor de licitações e contratos elabora um cronograma de licitações, construído a partir do PAC, onde prima-se pelo cumprimento de prazos e pela racionalização da força de trabalho, a maximização dos resultados institucionais, a melhoria da governança e da gestão das contratações, maior transparência e controle.

10.2.4 Compras sustentáveis

Com intuito de atender as legislações, orientações e tendências ambientais e tecnológicas, o IFS irá de acordo com as características e necessidades dos itens de compra priorizar a aquisição de itens (e/ou contratações) que atendam aos requisitos de sustentabilidade ambiental e tecnológica conformes normativos relacionados a área.

10.2.5 Captação e arrecadação de recursos

A captação de recursos, bem como a arrecadação de recursos próprios tem papel fundamental na sustentabilidade orçamentária do IFS. No primeiro caso, a ampliação de recursos destinados ao IFS, não previstos na LOA pode-se dar de diversas maneiras, tais como: participação em editais de pesquisa e extensão em órgãos fomentadores (FINEP, CNPq, CAPES, FAPITEC, etc.).

No que tange à estratégia de arrecadação de recursos próprios, além da arrecadação de recursos via processos seletivos e vestibulares, buscar-se-á a ampliação desta por meio de leilões, alugueis de espaços físicos nos Campi para outsourcing de serviços, venda de animais dos Campi com cursos na área agrícola, depósito de patentes e registro de software, publicações, etc.

11. OFERTA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

11.1 Histórico da Educação à Distância - EaD e sua abrangência no IFS

A trajetória da EaD no Instituto Federal de Sergipe começou com a oferta de cursos da Rede e-Tec, no ano de 2012. Inicialmente, foram ofertados cursos do Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público (Profucionário), que tinha como objetivo a formação em serviço de profissionais da educação básica que trabalham em escolas e órgãos das redes públicas de ensino. Além da primeira oferta em 2012, os cursos técnicos vinculados ao Profucionário também foram ofertados nos anos de 2013 e 2014.

Em 2014 e 2015, foram ofertados cursos técnicos subsequentes pela rede e-Tec. Através desses cursos e do Profucionário, o IFS iniciou sua experiência com oferta de cursos semipresenciais. Além disso, com os cursos a distância, o IFS expandiu suas ações no Estado de Sergipe, ofertando turmas em municípios onde não havia *campus*, como: Capela, Amparo de São Francisco e Canindé de São Francisco.

Em 2016, foi iniciada a primeira ação da EaD no IFS com o intuito de institucionalizar essa modalidade de ensino. Decorrente da ausência de docente de língua inglesa no *campus* Tobias Barreto, o material de estudo da disciplina inglês instrumental começou a ser produzido por uma docente do *campus* Aracaju, a qual produziu os recursos audiovisuais no estúdio da EaD e utilizou o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), para ministrar a disciplina. Para acessar o AVA.

Outra oferta que não foi fruto de pactuação de programas governamentais foram as disciplinas optativas do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Em 2018, foram ofertadas a distância as disciplinas Tópicos Especiais e Políticas Públicas, com matrícula permitida para qualquer estudante de todo o país que estivesse regularmente matriculado no referido programa de Mestrado.

Em 2017 houve outra oferta de cursos do Programa MedioTec EaD, através de verba oriunda de pactuação com o FNDE/MEC e em convênio com a Secretaria de Estado da Educação. O MedioTec EaD foi destinado a alunos regularmente matriculados na rede pública estadual de educação. Essa foi a primeira experiência em EaD com estudantes do ensino médio, ofertada na forma

concomitante, na qual os encontros presenciais ocorriam no contra turno em que o aluno cursava o ensino médio regular.

A partir do primeiro semestre letivo de 2019, ocorreu a primeira oferta de disciplinas semipresenciais em um curso superior do IFS. No Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistema, a cada semestre letivo, os estudantes cursarão uma disciplina semipresencial.

11.2 Estrutura do EaD no IFS

Na estrutura organizacional, o Departamento de Educação a Distância (DEAD) do IFS apresenta-se subordinado a Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) e suas principais ações são:

- ✓ Nortear e estruturar as diretrizes de funcionamento dos cursos EAD nos polos;
- ✓ Planejar e executar as políticas de Educação a Distância no IFS;
- ✓ Propor, coordenar e acompanhar convênios em atividades de Educação a Distância;
- ✓ Propor a criação de cursos em diversas modalidades de ensino de modo a ampliar e diversificar a oferta de cursos de cada *campus*;
- ✓ Acompanhar os processos seletivos para ingresso nos cursos ofertados pela EAD;
- ✓ Representar o DEAD ou indicar representante em eventos, reuniões, fóruns e congressos.

Visando a institucionalização do EaD nos IFS e a construção da sua identidade sistêmica, a PROEN aprovou a proposta de um novo organograma juntamente com as novas atribuições deste Departamento. Atualmente o DEAD é composto pelos seguintes setores: Coordenação de Tecnologia Educacional, Coordenação Pedagógica em EAD, Coordenação de Audiovisual e Coordenação de Polo em cada *campus*.

Figura 22 - Organograma da DEAD proposto



Fonte: DEAD (2018)

O DEAD em cada *campus* irá dispor de uma Coordenação de Polo administrado por um servidor técnico, lotado no *Campus*, o qual irá conduzir dos trabalhos a serem realizadas.

Maiores informações sobre a atuação do DEAD podem ser acessadas através do link: <http://www.ifs.edu.br/reitoria/diretorias/ead>.

11.3 Oferta da EaD no IFS

A oferta de cursos e vagas da EaD será feita ao longo do PDI onde será observado os aspectos regionais juntamente com o estudo de mercado para verificar a viabilidade da abertura dos cursos e vagas nos campi.

11.4 Iniciativas para 2020-2024

A principal iniciativa a que se pretende no período de 2020-2024 diz respeito a Institucionalização da EaD, com as seguintes ações:

- ✓ Ampliar a oferta de disciplinas semipresenciais em cursos regulares;
- ✓ Capacitar os servidores lotados da EAD sobre as plataformas de ensino;
- ✓ Capacitar os docentes que irão ministrar disciplinas a distância usando o AVA;
- ✓ Ampliar a oferta de cursos a distância;
- ✓ Acompanhar a oferta de cursos a distância;
- ✓ Colaborar com a abertura de novos cursos técnicos EaD em cada *campus*;
- ✓ Divulgar e disponibilizar capacitação sobre as Tecnologias Educacionais em cada *campus*.

11.5 Desafios da EaD para 2020-2024

Historicamente, vimos que todos os cursos ofertados pelo Departamento de Educação a Distância foram resultados das pactuações firmadas entre a Rede e-Tec e o Instituto Federal de Sergipe. Desse modo, não houve nos últimos anos, uma política do IFS voltada para a Institucionalização da EaD.

Por isso, o maior desafio para os próximos anos será a ampliação da oferta de novos cursos ou disciplinas, na modalidade a distância. Essa ampliação dependerá, por um lado, da disponibilidade dos recursos humanos e físicos pelos Diretores Gerais de cada *campus*, já que os seus respectivos docentes deverão possuir disponibilidade de carga horária para a gravação das aulas e a preparação das disciplinas, por outro lado, precisarão também da disponibilidade de laboratórios de informática para os discentes destes cursos.

Com relação as primeiras ofertas de cursos próprios ofertados pelo DEAD, elas dependerão da matriz orçamentária do IFS, para que seja ofertada o curso de especialização em práticas pedagógicas para docentes do IFS que não possuem licenciatura.

A estruturação humana de cada uma das Coordenações de Polo também será um desafio, já que há escassez de pessoal e de funções gratificadas na instituição. Os Diretores Gerais de Campi e a Reitoria terão que prever nos próximos anos a efetivação de servidores para esta função.

Outro ponto desafiador será manter uma boa articulação do DEAD com todos os setores de cada *campus*, uma vez que as ações operacionais para o funcionamento dos cursos na prática passarão a ser de responsabilidade destes.

A estruturação humana da equipe do DEAD também se fará necessária, ou seja, havendo ao longo dos próximos 05 anos a ampliação da oferta de vários cursos, o IFS deverá disponibilizar nos próximos concursos públicos vagas para as seguintes áreas:

Figura 23 - Estruturação humana da equipe da DEAD

A estruturação humana da equipe da DEAD



Fonte: DEAD (2018)

11.6 Plano de Atuação da EaD

O objetivo principal do IFS é institucionalizar a EaD. A fim de realizá-lo, faz-se necessário um planejamento que englobe tanto a ampliação da oferta institucional, quanto à necessidade de crescimento de pessoal e estrutura física, cujo plano é apresentado na sequência.

11.6.1 Infraestrutura física

Quadro 50 - Infraestrutura física EAD

Local	Física	Tecnológica
DEAD/Reitoria	Possui uma estrutura básica que precisa de melhorias para atender as demandas de qualidade na produção de materiais a distância e para atender a exigência da CGU.	Adquirir: - Isolamento acústico para as paredes - Telepromter - Gravador digital - Câmera digitalizada - Bolsa para Câmera digitalizada - SWITCHER/Mesa de corte - Carpete/tapete para isolamento acústico do chão - kit de iluminação softbox - Ar condicionado split - Cabo hdmi - Cabo coaxial hd-sdi - Ilha de edição/sdi matrox
Campus Aracaju	Sim	-

Local	Física	Tecnológica
Nossa Senhora do Socorro	Não	Adquirir ou adaptar: o <i>campus</i> deverá solicitar equipamentos para montar ou adaptar o laboratório que será o polo da EAD no <i>campus</i> ;
São Cristóvão	Não	Adquirir ou adaptar: o <i>campus</i> deverá solicitar equipamentos para montar ou adaptar o laboratório que será o polo da EAD no <i>campus</i> ;
Itabaiana	Não	Adquirir ou adaptar: o <i>campus</i> deverá solicitar equipamentos para montar ou adaptar o laboratório que será o polo da EAD no <i>campus</i> ;
Lagarto	Não	Adquirir ou adaptar: o <i>campus</i> deverá solicitar equipamentos para montar ou adaptar o laboratório que será o polo da EAD no <i>campus</i> ;
Tobias Barreto	Não	Adquirir ou adaptar: o <i>campus</i> deverá solicitar equipamentos para montar ou adaptar o laboratório que será o polo da EAD no <i>campus</i> ;
Nossa Senhora da Glória	Não	Adquirir ou adaptar: o <i>campus</i> deverá solicitar equipamentos para montar ou adaptar o laboratório que será o polo da EAD no <i>campus</i> ;
Propriá	Não	Adquirir ou adaptar: o <i>campus</i> deverá solicitar equipamentos para montar ou adaptar o laboratório que será o polo da EAD no <i>campus</i> ;
Poço Redondo	Não	Adquirir ou adaptar: o <i>campus</i> deverá solicitar equipamentos para montar ou adaptar o laboratório que será o polo da EAD no <i>campus</i> ;

11.6.2 Previsão de abertura de polos 2020-2024

No quadro a seguir estão listados os *campi* do IFS que irão implementar a abertura dos polos da EAD com as suas respectivas previsões de funcionamento.

Quadro 51 - Previsão de abertura de Polos da EAD

Polos	Previsão de abertura da Coordenação de Polo
Aracaju	2022
Nossa Senhora do Socorro	2022
São Cristóvão	2022
Itabaiana	2022
Lagarto	2022
Tobias Barreto	2022
Nossa Senhora da Glória	2023
Propriá	2023
Poço Redondo	2024

11.6.3 Ofertas de Cursos pela Rede e-Tec Brasil

A oferta de cursos a distância credenciados pela Rede e-Tec Brasil, a partir de pactuação ou convênio podem ser ofertados nos seguintes *campi*, independente da estruturação e funcionamento da Coordenação de Polo:

Quadro 52 - oferta de cursos a distância credenciados pela Rede e-Tec Brasil

Polos	Previsão de oferta de curso caso haja pactuação
Aracaju	2022
Nossa Senhora do Socorro	2022
São Cristóvão	2022
Itabaiana	2022
Lagarto	2022
Tobias Barreto	2022
Nossa Senhora da Glória	2023
Propriá	2023
Poço Redondo	2024

11.6.4 Previsão de estruturação humana da equipe da EAD

O quadro a seguir, apresenta a previsão para a estruturação humana da equipe da EAD tanto na Reitoria quanto nos polos tendo em vista a disponibilidade de códigos de vaga pelo Governo Federal. Vale ressaltar que nas disciplinas ofertadas pelos *Campi*, o docente desempenhará simultaneamente os papéis de professor mediador (conteudista) e de mediador (tutor) presencial e a distância. Deste modo, não será necessário nos próximos 5 anos a contratação de tutores.

Quadro 53 - Estruturação humana da equipe da EAD

Polos	Equipe multidisciplinar	Previsão
DEAD	01 Técnico em TI	2021
	01 Técnico em Tecnologias Educacionais	2021
	01 Técnico Audiovisual	2023
	01 Programador Visual	2021
	01 Revisor de Textos	2021
Aracaju	01 Técnico Administrativo	2020
Nossa Senhora do Socorro	01 Técnico Administrativo	2020
São Cristóvão	01 Técnico Administrativo	2023
Itabaiana	01 Técnico Administrativo	2023
Lagarto	01 Técnico Administrativo	2023
Tobias Barreto	01 Técnico Administrativo	2023
Nossa Senhora da Glória	01 Técnico Administrativo	2023
Propriá	01 Técnico Administrativo	2023
*Poço Redondo	01 Técnico Administrativo	2024

11.6.5 Ofertas de Cursos EAD na Instituição

A oferta de disciplinas e/ou cursos a distância na instituição visa a melhoria das condições de vida da população e suas ações promoverão a inclusão destes no mercado de trabalho, ou seja, promovendo o desenvolvimento econômico e social. Nos quadros a seguir, foram listadas as próximas ofertas da EAD por *campus*, pela Reitoria - através do Mestrado Profissional e pela DEAD, para os próximos 05 anos. Tais ofertas podem ocorrer independente da estruturação e funcionamento da Coordenação de Polo em cada *campus*.

Quadro 54 - Oferta de cursos EAD no campus Aracaju

Ano/período	Demandas
2019.1	Oferta da disciplina de Inglês Instrumental para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
2019.2	Oferta da disciplina Inglês Instrumental para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
	Oferta da disciplina Metodologia Científica para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
2020.1	Oferta da disciplina Inglês Instrumental para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
	Oferta da disciplina Metodologia Científica para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
	Oferta da disciplina Rede de Computadores para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
2020.2	Oferta da disciplina Inglês Instrumental para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
	Oferta da disciplina Metodologia Científica para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
	Oferta da disciplina Rede de Computadores para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
	Oferta da disciplina Informática, ética e sociedade para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
2021.1	Oferta da disciplina Inglês Instrumental para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
	Oferta da disciplina Metodologia Científica para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
	Oferta da disciplina Rede de Computadores para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
	Oferta da disciplina Informática, ética e sociedade para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

Ano/período	Demandas
	Oferta da disciplina Legislação para Informática para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
2021.2	Oferta da disciplina Inglês Instrumental para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
	Oferta da disciplina Metodologia Científica para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
	Oferta da disciplina Rede de Computadores para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
	Oferta da disciplina Informática, ética e sociedade para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
	Oferta da disciplina Legislação para Informática para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
	Oferta da disciplina Educação e Diversidade para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
2022.1	A partir deste período, todas as disciplinas a distância para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, serão ofertadas simultaneamente caso haja demanda de alunos.

Quadro 55 - Oferta de cursos EAD no campus Socorro

Ano/período	Demandas
2021.2	Oferta do curso FIC em Administração
2021.2	Oferta do Curso subsequente em Administração

Quadro 56 - Oferta de cursos EAD no campus Estância

Ano/período	Demandas
2021.1	Oferta do curso FIC em Formação Pedagógica
2021.1	Oferta do curso FIC em Jogos Digitais
2021.1	Oferta do curso técnico subsequente em Administração em EaD semipresencial
2021.2	Oferta do Curso licenciatura em Letras
2022.1	Oferta do Curso licenciatura em Matemática

Quadro 57- Oferta de cursos EAD no campus Tobias Barreto

Ano/período	Demandas
2021	Oferta do curso em Licenciatura em Informática

Quadro 58- Oferta de cursos EAD no campus Itabaiana

Ano/período	Demandas
2021.1	Oferta do curso em Licenciatura em Computação

Quadro 59 - Oferta de cursos na Reitoria – Mestrado Profissional

Ano/período	Demandas
2022.1	A DEAD ofertará a Especialização em Práticas Pedagógicas para docentes do IFS não licenciados

Visando a ampliação da oferta de novos cursos e/ou disciplinas a distância deverá ser observado os aspectos regionais juntamente com o estudo de mercado para verificar a viabilidade da abertura destes em cada *campus*.

Por fim, acredita-se que a partir do cenário apresentado, o público-alvo será adequadamente atendido. Cabe ressaltar que a EaD proporciona o acesso à educação para além da abrangência local onde a instituição já atua, como por exemplo, na oferta de disciplinas isoladas no mestrado profissional. A EaD pode e consegue democratizar o acesso à educação, rompendo barreiras temporais, físicas e geográficas.

12. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Em atendimento a Lei 10.861/2004 e as orientações emanadas da CONAES/SESU/MEC, a Reitoria do IFS constituiu a Comissão Própria de Avaliação (CPA) para conduzir o processo de avaliação institucional. Vale ressaltar que no IFS a CPA possui atuação autônoma conforme previsto no SINAES⁹ e no artigo 3º do regimento interno da CPA¹⁰.

A Autoavaliação do IFS é entendida como um processo contínuo que visa identificar pontos positivos e negativos com a proposta de produzir mudanças que resultem na melhoria dos múltiplos aspectos da instituição. Durante o período da autoavaliação várias reuniões são realizadas com toda comunidade interna com a participação de gestores, professores, alunos, técnicos administrativos e comunidade externa para que possam contribuir nesse processo de forma democrática.

12.1 Diretrizes gerais de avaliação interna e externa e ações

⁹ Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484109/Roteiro+de+auto-avalia%C3%A7%C3%A3o+institucional+orienta%C3%A7%C3%B5es+gerais+2004/55b435d4-c994-4af8-b73d-11acd4bd4bd0?version=1.2>. Acesso em: 09/04/2019

¹⁰ Disponível em: <http://www.ifs.edu.br/regimento-cpa>. Acesso em: 04/11/2020

A CPA coordena e acompanha os processos avaliativos do IFS que são divididos em internos e externos conforme demonstrado no Quadro 60.

Quadro 60 - Processos avaliativos do IFS

Avaliação Interna	1. Autoavaliação institucional (com a participação de toda comunidade acadêmica) ¹¹ ; 2. Sociedade civil e egressos a partir de 2019; 3. Avaliação semestral pelo SIGAA a partir de 2019.
Avaliação Externa	1. Avaliação de reconhecimentos e renovação de reconhecimentos dos cursos superiores; 2. Avaliação do credenciamento da IES; 3. Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE).

12.2 Dimensões e instrumentos a serem utilizados no processo de autoavaliação

No período de autoavaliação os atores institucionais são convidados a responderem os instrumentos de avaliação (questionários) elaborados pela CPA que envolvem as seguintes dimensões:

Quadro 61 - Dimensões e Instrumentos a serem Utilizados no Processo de Autoavaliação

DIMENSÃO	INDICADORES
1. Missão e PDI	- conhecimento da missão - conhecimento do PDI - metas estabelecidas no PDI
2. Política para Ensino, Pesquisa, Extensão	- cursos/currículos/prática pedagógica/estágio; - pesquisa/produção científica; - projetos de extensão/cursos de pós-graduação/pesquisa.
3. Responsabilidade Social do IFS	- inclusão social/projeto social.
4. Comunicação com a Sociedade	- a comunicação interna/externa; - imagem/divulgação da instituição.
5. Política de Pessoal	- programas de capacitação/política de incentivo profissional; - condições de trabalho/qualidade de trabalho do servidor.
6. Organização e Gestão da Instituição	- plano de gestão e órgãos colegiados.
7. Infraestrutura física	- salas de aulas/laboratórios/biblioteca/salas de apoio (informática); - conservação dos ambientes comunitários/ segurança/ acessibilidade/conforto dos usuários.
8. Planejamento e Avaliação	- reconstrução do PDI/Planejamento Institucional/ Projeto Pedagógico; - Projetos Pedagógicos dos cursos; - Avaliação Institucional; - Ações dos gestores para minimizar fragilidades detectadas no processo avaliativo.
9. Política de Atendimento ao estudante	- Necessidades essenciais do estudante; - Assistência pedagógica/social/psicológica; - Formas variadas de ingresso.
10. Sustentabilidade Financeira	- Orçamento.

¹¹ Por comunidade acadêmica entende-se docentes, discentes e técnicos administrativos.

As dimensões do Quadro 03 são divididas por eixos. A CPA coleta dados relativos às dimensões citadas, em diversos setores da IES conforme quadro 62:

Quadro 62 - Eixos e dimensões para avaliação institucional

EIXO 01 Planejamento e Avaliação Institucional	EIXO 02 Desenvolvimento Institucional	EIXO 03 Políticas Acadêmicas	EIXO 04 Políticas de Gestão	EIXO 05 Infraestrutura Física
↓	↓	↓	↓	↓
Planejamento e Avaliação Institucional (*CPA)	Missão e PDI (*PRODIN)	Ensino, Pesquisa e Extensão (*PROPEX) (*PROEN)	Políticas de Pessoal (*PROGEP)	Infraestrutura (*DIPOP/*DGB)
	Responsabilidade	Comunicação com a Sociedade (*DCOM)	Organização e Gestão (*PRODIN)	
	Social (*PROPEX)	Atendimento ao Discente (*DIAE)	Sustentabilidade Financeira (*PRODIN)	

Fonte: item 2.7 da Nota Técnica INEP/MEC nº 14, de 7 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre o Instrumento de Avaliação Institucional Externa do SINAES.

* Setores responsáveis pelas informações.

Além do processo de autoavaliação, a CPA implementará junto com a DTI uma avaliação semestral com objetivo de obter dados relativos aos cursos, infraestrutura e avaliação do docente pelo discente.

12.3 Da avaliação externa

As avaliações externas são realizadas por comissões designadas pelo INEP, segundo diretrizes estabelecidas pela CONAES e envolve:

1. A Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) – avalia os cursos de graduação por meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas in loco de comissões externas. A periodicidade desta avaliação depende diretamente do processo de reconhecimento e renovação de reconhecimento a que os cursos estão sujeitos.¹²

2. Avaliação do Desempenho dos Estudantes (Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes (ENADE), cujo objetivo é avaliar o desempenho dos

¹² Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484109/Roteiro+de+auto-avalia%C3%A7%C3%A3o+institucional+orienta%C3%A7%C3%B5es+gerais+2004/55b435d4-c994-4af8-b73d-11acd4bd4bd0?version=1.2>. Acesso em: 09/04/2019.

estudantes com relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, e o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial, integrando o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).¹³

O Quadro a seguir mostra a situação atual dos cursos oferecidos pelo IFS.

Quadro 63 - Cursos Reconhecidos

CAMPUS	CURSO	ATO AUTORIZATIVO	VISITA IN LOCO		PORTARIA DE RECONHECIMENTO
			PERÍODO	CONCEITO	
ARACAJU	L. em Química	Resolução nº 04/2009/CS, de 22/05/2009	04 a 07/11/2012	04	Portaria nº 918/2018, de 27/12/2018, publicada no D.O.U em 28 de dezembro de 2018
	L. em Matemática	Resolução nº 03/2006/CD, de 30/08/2006 (criação). Resolução nº 06/2008/CD, de 21/08/2008 (atualização)	06 a 09/05/2012	03	Portaria nº 918/2018, de 27/12/2018, publicada no D.O.U em 28 de dezembro de 2018
	B. em Engenharia Civil	Resolução nº 03/2009/CS, de 22/05/2009 (criação) Resolução nº 19/2012/CS, de 21/03/2012 (atualização)	22 a 25/05/2013	04	Portaria nº 918/2018, de 27/12/2018, publicada no D.O.U em 28 de dezembro de 2018.
	T. em Gestão de Turismo	Início (curso de Ecoturismo): 23/08/2004 Criação: Resolução 14/2005/CD, de 31/08/2005 Início (T. em Gestão de Turismo): Resolução nº 07/2008/CD, de 21/08/2008 Criação: Resolução 06/2012/CS, de 22/03/2012	02 a 05/05/2012	04	Portaria nº 301/2012, de 27/12/2012, publicada no D.O.U em 03 de janeiro de 2013
	T. em Saneamento Ambiental	Portaria nº 3.389/2002, de 06/12/2002 (turno matutino)	22 a 25/03/2015	04	Portaria nº 238/2014, de 15/04/2014, publicada no D.O.U em 16 de abril de 2014 (Reconhecimento condicionado)
	T. Análise e desenvolvimento de sistemas	Resolução nº 41/2018/CS/IFS	-	-	-
ESTÂNCIA	B. em Engenharia Civil	Resolução nº 94/2014, de 24/11/2014	06 a 09/06/2018	4	Portaria nº 608/2018, de 06/09/2018
GLÓRIA	T. em Laticínios	Resolução nº 57/2011/CS, de 28/12/2011	14 a 17/12/2014	03	Portaria nº 1034/2015, de 23/12/2015, publicada no DOU em 24 de dezembro de 2015.
ITABAIANA	T. em Logística	Resolução nº 05/2013/CS, de 25/01/2013	23 a 26/08/2015	04	Portaria nº 122/2016, de 22/04/2016, publicada no D.O.U em 25 de abril de 2016
	B. Ciência da Informação	Portaria nº 3273 de 23/10/2018	-	-	-
LAGARTO	B. em Sistemas de Informação	Portaria nº 26/2011/CS, de 13/07/2011	22 a 25/03/2015	03	Portaria nº 1.039/2015, de 23/12/2015, publicada no DOU em 24 de dezembro de 2015.

13

Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/enade>. Acesso em: 04/11/2020

	L. em Física	Resolução nº 25/2011/CS	05 a 08/11/2014	04	Portaria nº 918/2018, de 27/12/2018, publicada no D.O.U em 28 de dezembro de 2018
	B. em Engenharia Elétrica	Resolução nº 22/2017/CS/IFS	-	-	-
	B. Arquitetura	Resolução nº 02/2019/CS/IFS	-	-	-
SÃO CRISTÓVÃO	T. em Agroecologia	Resolução nº 13/2009/CS, de 19/08/2009 Portaria nº 484, de 19/12/2011	11/11/2015 a 14/11/2015	03	Portaria nº 297/2016, de 07/07/2016, publicada no D.O.U em 11 de julho de 2016
	T. em Alimentos	Resolução nº 15/2012/CS, de 21/03/2012	14 a 17/12/2014	04	Portaria nº 1035/2015, de 23/12/2015, publicada no DOU em 24 de dezembro de 2015
PRÓPRIA	T. Gestão de TI	Resolução nº 56/2018/CS/IFS	-	-	-

* L = Licenciatura / * B = Bacharelado / *T = Tecnólogo

Após a divulgação dos relatórios de avaliação externa a CPA solicita que as coordenações dos cursos avaliados apontem sugestões para minimizar as fragilidades apontadas pelos avaliadores externos. Este trabalho junto ao relatório de avaliação interna constitui uma ferramenta de apoio à gestão do IFS.

12.3 Da Metodologia

Baseados nos indicadores das dimensões a CPA entendeu que o processo de Autoavaliação seria abrangente para o IFS, possibilitando a participação de toda a comunidade interna. Os instrumentos de autoavaliação para as dimensões relatadas, contemplam questões fechadas e abertas.

As questões fechadas, são avaliadas a partir de uma escala de valores que pretendem medir o grau de satisfação dos pesquisados conforme quadro 64.

Quadro 64 - Escala de valores para medir o grau de satisfação dos pesquisados

1	Desconheço
2	Fraco
3	Regular
4	Bom
5	Muito Bom

Constituem etapas da avaliação interna:

- a) Levantamento semestral/anual da documentação, dados e indicadores institucionais junto aos órgãos acadêmico administrativos do Sistema IFS;
- b) Aplicação de instrumentos de avaliação aos diferentes segmentos do Sistema IFS, bem como da sociedade civil;
- c) Sensibilização, envolvimento e mobilização da comunidade acadêmica;
- d) Elaboração do relatório parcial;

e) Elaboração do relatório final.

12.4 Dos instrumentos

- a) Questionários;
- b) Documentos oficiais institucionais (PDI, PPC, RELATÓRIO DE GESTÃO);
- c) Relatórios das avaliações externas dos cursos de graduação.

12.5 Tabulação e análise dos dados

A tabulação dos dados por meio magnético, na qual é atribuída uma escala aos conceitos de 1 a 5 conforme quadro 05. Trabalha-se com as ferramentas básicas da estatística como distribuição de frequências, média e moda, bem como as medidas de dispersão desvio padrão e coeficiente de variação. A medida de tendência central (moda) ocupou o lugar de destaque, pois evidência o conceito que ocorreu com maior frequência nos questionários de avaliação, favorecendo a interpretação qualitativa. Além disso,

12.6 Elaboração do instrumento de avaliação

A CPA, através dos seus membros, elaborou questionários a serem aplicados com todos os segmentos do IFS, buscando detectar potencialidades e fragilidades para obter diagnóstico institucional que norteie o estabelecimento de diretrizes e a tomada de decisão com vistas ao desenvolvimento desta Instituição.

12.7 Sensibilização

Nesta etapa a CPA faz a sensibilização para que a comunidade se conscientizasse da importância da participação de todos no processo de avaliação com vistas à construção de uma instituição mais sólida e comprometida com os anseios da comunidade.

12.8 Validação dos instrumentos de Avaliação

Consiste em pré-teste da funcionalidade dos instrumentos de pesquisa onde as possíveis dificuldades serão apresentadas nesse momento, e serão feitas as possíveis correções.

12.9 Aplicação dos instrumentos da avaliação Interna

A comunidade acadêmica é convidada a participar do processo de autoavaliação respondendo questionários através do sistema desenvolvido pela CPA disponível na página do IFS.

12.10 Elaboração do relatório final

O relatório final é elaborado pela CPA após análise crítica, assegurando ao processo a isenção de ânimos dos membros que compõem a comissão frente aos dados coletados, com a compreensão de que a finalidade da avaliação é manter e potencializar os pontos fortes e corrigir as fragilidades detectadas no processo de avaliação. Vale ressaltar que a CPA tem autonomia para conduzir todo o trabalho de autoavaliação. Assim, esse relatório é apresentado para a comunidade, contando com a participação de gestores, coordenadores, corpo docente, corpo discente, técnico administrativo e comunidade externa.

O IFS utiliza os resultados da autoavaliação para o seu desenvolvimento, pois através desse diagnóstico pode com clareza identificar e potencializar os pontos fortes e neutralizar os aspectos de fragilidade institucional. Portanto, o processo avaliativo se configura em um valioso instrumento norteador das diretrizes a serem traçadas visando à melhoria contínua do processo ensino-aprendizagem e crescimento da IES.

12.11 Divulgação

A divulgação dos resultados da Avaliação Institucional é feita pela CPA, através da realização de seminário para discutir com a comunidade acadêmica os resultados que constam no relatório final, o qual é disponibilizado no site do IFS, socializando os resultados para a comunidade.

12.12 Ações dos gestores para neutralizar as fragilidades detectadas na avaliação

De posse dos resultados, a CPA solicita aos gestores ações de curto, médio e longo prazo, visando minimizar as fragilidades e manter/melhorar as potencialidades evidenciadas na avaliação interna e externa. As ações podem ser vistas através do link: <https://drive.google.com/file/d/1aQKlkmTuCi-uxU6q9z4g0kcRdEP7-uPx/view?usp=sharing>

12.13 Ações da CPA durante o período da pandemia provocada pela COVID19

Desde de março de 2020 a CPA realiza seus trabalhos de forma remota e o acompanhamento das ações em combate a COVID-19 ocorre por meio de reuniões com os gestores dos *campi*, das Pró-reitorias, da Diretoria Geral de Bibliotecas (DGB) e Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) para adequação das ações institucionais que venham garantir a qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Dentre elas, entrega de tablets, chip de celular com internet para os alunos, EPIs e álcool em gel. Como a Procuradora Educacional Institucional (PEI) é membro nato desta comissão, acompanhamos também as medidas adotadas pelo Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional de Educação (CNE) em relação ao Ensino Superior. Ainda neste período, concluímos o relatório geral da CPA para ser inserido no sistema e-MEC quando estiver disponível, pois sua entrega continua suspensa, assim como as visitas *in loco* para reconhecimentos de novos cursos da IES.

Em atendimento às normas e orientações dos órgãos superiores quanto ao momento que estamos vivenciando no mundo em relação à pandemia provocada pela COVID19, a CPA se preocupou em reajustar suas ações para que o processo de autoavaliação institucional pudesse ocorrer de forma que não colocasse em risco a saúde da comunidade interna e sem prejuízo dos trabalhos a realizar. Para tanto, foi proposto a aplicação dos questionários docente e discentes no primeiro semestre de 2021 com adequação e inclusão de perguntas que tratam do ensino remoto que ocorreu em 2020. Os resultados serão disponibilizados em nossa página do site institucional para toda comunidade: <http://www.ifs.edu.br/orgaos-colegiados/cpa>.

13. DEMANDAS DA COMUNIDADE ACADÊMICA

As demandas da comunidade acadêmica para atendimento durante a vigência do PDI 2020-2024 são condicionadas a disponibilidade orçamentária e financeira para a execução.

13.1 *Campus* Aracaju

Segue no quadro abaixo as demandas da comunidade do *campus* Aracaju para atendimento ao longo do período de vigência do PDI 2020-2024

Quadro 65 - Demandas da comunidade: *campus* Aracaju

Categoria	Demandas	*Prazo	Observação	Status em 2021
Infraestrutura	O refeitório deveria ter mais mesas ou mais espaços para acolher mais alunos em um mesmo tempo.	Curto	Já foram adquiridos e reformados boa parte e estamos aguardando disponibilidade de recurso de capital para nova aquisição.	Em andamento
	Estrutura física não acompanha a demanda, turmas grandes com salas pequenas, biblioteca com poucos livros e computadores, setores que não funcionam no turno noturno, sendo que há alunos nesse turno (óbvio!).	Longo/curto	As limitações de infraestrutura física ainda dependem da conclusão da reforma do <i>campus</i> . Sobre o funcionamento dos setores, foram elaboradas escalas de trabalho para que os setores de atendimento também estejam em funcionamento noturno.	Em andamento
	Infraestrutura melhor.	Longo	Pequenas reformas, aquisições de insumos e equipamentos, na medida da disponibilidade orçamentária, foram e estão como prioridades do planejamento anual de trabalho. Como exemplo podemos citar a aquisição de mobiliários computadores, softwares, dentre outros	Em andamento
	Melhoria na climatização das salas de aula.	Médio	Atualmente somente falta o prédio do Leyda Régis para instalarmos condicionadores de ar, dependemos da disponibilidade orçamentária.	Planejado
	Ar-condicionado na sala 10.	Curto	Já instalado	Concluída
	Mais bebedouros	Curto	Foram adquiridos	Concluída
	Instituir campanha pela preservação do patrimônio, envolvendo também alunos	Curto	Temos operacionalizado ações juntamente com o grêmio estudantil promovendo a conscientização quanto ao zelo, guarda e uso do patrimônio público.	Concluída

	Conclusão urgente da obra da Reitoria e disponibilidade do ambiente do ambiente para o <i>Campus</i> Aracaju.	Longo	Condicionado a liberação de recursos financeiros (extra-orçamentário).	Planejada
Pessoas e Crescimento	Instituir programa de saúde e qualidade de vida para servidor, com cumprimento das normas legais relativas aos exames periódicos e atividades como ginástica laboral, momento de relaxamento e palestras sobre alimentação e cuidados com a saúde.	Curto	Programa instituído: “Movimento e Saúde” sob coordenação da COEFE	Concluída
	Reavaliar a normativa 01/2016, que regula o sistema eletrônico de frequência dos Técnicos Administrativos, pois existe nela situações que ferem normas legais superiores e não existem previsões relativas a atividades de qualificação	Curto	Ação desenvolvida pela PROGEP.	Concluída
	Instituir uma meta de implantação do turno corrido de 30 horas semanais para os técnico-administrativos, instituindo para isso uma comissão de estudos, onde estejam presentes representantes eleitos por esse segmento.	Longo	-	Pendente
	Incluir no tema de avaliação docente, uma reformulação do instrumento de avaliação, regido pela CPPD, de acordo com a Lei 12722.	Médio	-	-
	Setor de Saúde do servidor com equipe multiprofissional (psicólogo, enfermeiro, médico, assistente social, fonoaudiólogo, etc.) de servidores efetivos – concursados.	Curto	O psicólogo e assistente social são profissionais que já integram a equipe da junta médica oficial do IFS.	Em andamento
	Mais profissionais para as equipes de atendimento aos estudantes.	Curto	Foram instituídas as equipes multidisciplinares, contando com diversos profissionais integrando-as e trabalhando conjuntamente	Concluído
	Oferta de curso de capacitação, exemplo: libras.	Curto	Capacitação já ofertada por servidora, Instérprete de Libras.	Em andamento
	O IFS não caminha sem o servidor. Mas não existe	Médio	-	-

	uma gestão de pessoas. Psicologia, serviço social, precisam fazer parte do setor, que hoje só se preocupa com aspectos legais.			
	Processo de remoção de técnico-administrativos.	Curto	Já está na rotina da instituição a divulgação do editais de remoção interna.	Contínuo
	Ampliar verbas para auxílio dos estudantes e para capacitação dos servidores.	Médio	Tem sido o esforço constante diante de alguns cortes orçamentários nos últimos anos, contudo temos conseguido atender elevado percentual dessa demanda, de forma que atualmente não temos excedentes nos editais do PRAAE, uma vez que conseguimos atender a todos que forma deferidos.	Em andamento
Processos	Criar um plano de revisão dos documentos institucionais, para adequação à realidade, de como estamos usando no IFS.	Médio	Algumas normativas institucionais foram ou estão em processo de atualização.	Em andamento
	Elaboração de uma Plano de Marketing do IFS	Médio	-	Planejado
Ensino, Pesquisa e Extensão	Oferta de curso de Pós-graduação em Computação	Longo	Ao invés de pós-graduação, foi lançado o de graduação, pois é característica necessária para oferta de pós graduação.	Planejada
	Rediscussão dos planos de curso de forma a adequá-los às necessidades do mercado	Curto	As reformulações dos PPC estão em andamento	Em andamento
	Voltar o formato de 4 anos dos cursos integrados, diminuindo assim a carga desumana de horas semanais de estudo sobre os alunos e facilitando o gerenciamento dos espaços pedagógicos como sala de aula e laboratórios	Médio	As comissões responsáveis pela reformulação dos cursos integrados estão debatendo sobre este tema.	Em andamento
	Que a avaliação dos cursos sejam realizadas incluindo o ponto de vista do mercado.	Curto	O estudo de mercado constitui-se em um passo obrigatório para oferta dos cursos.	Concluído
	Oferta do curso técnico em Gestão de Eventos.	Longo	Foi solicitada a comissão para elaboração do PPC, estudo de mercado e de	Em andamento

		infraestrutura física, orçamentária e de pessoal necessárias		
Incluir no PPC dos cursos alguma forma de catalisar o perfil empreendedor dos estudantes.	Curto	-	-	
Fortalecimento da política de estágio extracurricular.	Médio	Temos buscado novas parcerias para oferta de estágios por meio d DIAE e do NAE.	Em andamento	
Pontualidade dos professores deveria ser verificada.	Curto	A CCDD tem atuado no acompanhamento diário.	Em andamento	
Horário de aula incompatível com a realidade urbana de uma capital onde a insegurança é notável.	Médio	Na reformulação e alteração de calendário, o turno noturno passou a 4 tempos, ao invés de 5.	Em andamento	
Mais recursos para a assistência estudantil dos campi.	Curto	Condicionado a recursos orçamentários		
Tendo em vista o número reduzido de turmas no PROEJA, solicito a criação de mais um curso nessa modalidade. A sugestão já pensada é o curso de bar e restaurante.	Curto	Já foi elaborado o PPC do curso FIC de Garçom e existe comissão designada e trabalhando para oferta do curso de bar e restaurante.	Em andamento	
Fortalecimento da política de acompanhamento do egresso.	Médio	-	Em andamento	
Elaborar e implementar política de integração do ensino, pesquisa, extensão e inovação.	Médio	-	Em andamento	
Edital da academia do IFS não abre regularmente e deveria ser atualizado semestralmente.	Médio	Com a pandemia está sem funcionar, mas a periodicidade passou a ser semestral.	Planejado	
Gestão	Fortalecer as ações da PRODIN na esfera de gestão estratégica de fato	Curto	-	-
	Instituir normas para o respeito à autonomia dos campi, principalmente em relação à nomeação, pelo diretor, de seus auxiliares diretos.	Longo	-	Pendente
	Mais inserção de mulheres nos cargos de gestão (Pró-Reitorias e Diretorias).	Longo	-	Pendente
	Mais diálogos da gestão com os servidores.	Curto	Tem-se buscado a construção coletiva por meio do diálogo.	Contínuo

Mais diálogos da gestão com os estudantes.	Curto	Estabelecemos parceria institucional com as representações estudantis, a fim de buscar atender, institucionalmente e conforme possibilidade legal e administrativa, suas demandas, anseios e necessidades.	Contínuo
Inserir uma política de avaliação da gestão da Reitoria e dos Campi.	Médio	-	-
As gestões dos campi devem fazer reuniões administrativas com servidores para prestar contas de ações e ouvir demandas e feedback.	Curto	Ocorrem reuniões periódicas respeitando toda cadeia hierárquica.	Em andamento
Um trabalho sistêmico das Pró-Reitorias e Diretorias.	Curto	-	-
Mais autonomia administrativa e financeira para os campi.	Curto	-	-
Mais espaço para os técnico-administrativo nos espaços de gestão.	Curto	-	-

*Prazo: curto prazo (1 ano), médio prazo (1 a 3 anos) e longo prazo (3 a 5 anos).

13.2 *Campus* São Cristóvão

Segue no quadro abaixo as demandas da comunidade do *campus* São Cristóvão para atendimento ao longo do período de vigência do PDI 2020-2024.

Quadro 66 - Demandas da comunidade: campus São Cristóvão

Categoria	Demanda	*Prazo	Observação	Status em 2021
	Construção da suinocultura	Longo	Execução condicionada a liberação de recursos orçamentários	Planejado
	Construção da biblioteca do <i>campus</i>	Longo	Execução condicionada a liberação de recursos orçamentários	Planejado
	Adequação da rede elétrica do curso de agroindústria	Longo	Execução condicionada a liberação de recursos orçamentários	Planejado
	Construção de um ginásio poliesportivo	Longo	Execução condicionada a liberação de recursos orçamentários	Planejado
	Criação do laboratório de morfologia para a licenciatura em biologia.	Longo	Execução condicionada a liberação de recursos orçamentários	Planejado

Infraestrutura	Pavimentação da via interligando a bovinocultura aos cães guias	Longo	Execução condicionada a liberação de recursos orçamentários	Planejado
	Melhoria do espaço do auditório	Longo	Execução condicionada a liberação de recursos orçamentários	Planejado
	Cobertura da quadra	Longo	Execução condicionada a liberação de recursos orçamentários	Planejado
	Aquisição de mobiliário adequado para a biblioteca	Longo	Execução condicionada a liberação de recursos orçamentários	Planejado
	Investir a melhoria de segurança do <i>campus</i> : iluminação, treinamento e qualificação de vigilantes, aumento do uso de tecnologia de monitoramento, implantação de postos de vigilância fixo em locais estratégicos	Longo	Execução condicionada a liberação de recursos orçamentários	Planejado
	Viabilizar melhor acesso ao <i>campus</i> implantado uma linha de ônibus	Longo	Demanda encaminhada para o Setransp (Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Município de Aracaju)	Planejado
	Inauguração e manutenção da academia	Longo	A academia foi inaugurada, no entanto em virtude da pandemia o funcionamento foi suspenso.	Atendida em parte
	Melhorar a internet em todas os setores da unidade	Médio	O processo de cabeamento encontra-se em fase licitatória	Em andamento
	Viabilizar melhoria na acessibilidade aos portadores de deficiência	Longo	Várias melhorias foram realizadas e outras estão em fase de planejamento	Atendido em parte
Procurar meios para utilização do espaço cães guia.	Curto	O espaço foi cedido temporariamente a Companhia Independente de Policiamento com Cães, CIP Cães da Polícia Militar de Sergipe	Atendido	
Ensino	Ofertar um curso de mestrado	Longo	O campus não tem condições físicas e financeiras de ofertar mestrado nos próximos anos, os interessados poderão se inscrever nos	Planejado

			cursos ofertados pela reitoria	
	Criação do curso de licenciatura de biologia	Médio	Implantado em 2021	Atendido
	Ampliação do Número de Cursos	Longo	Implantados os cursos de licenciatura em biografia e técnico integrado em Aquicultura	Atendido
	Executar o serviço de microfilmagem do arquivo da CRE	Longo	Execução condicionada a liberação de recursos orçamentários	Planejado
	Criar cardápios e divulgá-los antecipadamente	Curto	Em estudo de viabilidade	Em andamento
Gestão	Controle do que foi proposto no PDI, verificação se as demandas foram atingidas e divulgar para a comunidade	Curto	Análise periódica do status das demandas solicitadas pela comunidade	Em andamento
	Ampliar programas de capacitação de servidores	Médio	Alguns cursos de capacitação foram ofertados	Em andamento
	Criação de indicações de qualidade	Curto	Em elaboração de demanda	Planejado
	Melhorar a gestão das compras institucionais para evitar desperdícios.	Curto	Demanda Realizada	Atendido
	Redução da carga horaria de funcionamento da biblioteca	Longo	Demanda em análise de viabilidade e implantação pelo campus	Em Andamento
	Aprimorar os canais de comunicação interna do <i>campus</i>	Curto	Novos canais foram criados como grupo oficial no WhatsApp e Instagram do <i>campus</i> São Cristóvão	Atendido
	Fazer uso do Hotsite do <i>campus</i>	Curto	Atualização e criação de menus no site	Em andamento
	Criar um serviço de recepção no <i>campus</i> . A fim de melhor direcionar os visitantes e toda a comunidade	Médio	Execução condicionada a liberação de recursos orçamentários	Planejado
Pessoas	Aumentar o número de servidores lotados na biblioteca	Longo	Lotação de um novo terceirizado	Atendido
	Ampliar o quadro de trabalhadores terceirizados responsáveis pelas atividades de campo.	Longo	Execução condicionada a liberação de recursos orçamentários	Planejado

	Adotar o turno corrido para setores de atendimento ao público	Longo	Demanda dependente da Reitoria/ Progep	Planejado
	Revisão do laudo de periculosidade e insalubridade especialmente para os setores novos como o de apicultura.	Curto	Os laudos de insalubridade são reavaliados periodicamente	Atendido
Produção	Comercializar a produção realizada pelo <i>campus</i> e reinvestir os recursos financeiros obtidos no setor de produção	Médio	Em análise de demanda	Planejado
	Plantar e cultivar hortas	Médio	Em análise de demanda	Planejado
	Promover a produção de plantios (<i>campus</i> São Cristóvão)	Médio	Em análise de demanda	Planejado
Pesquisa e extensão	Incentivar a criação de núcleo de produção da propriedade intelectual para proteção do que foi produzido intelectualmente por nossos alunos, professores e servidores.	Médio	Ação Centralizada pela Reitoria	Planejado

*Prazo: curto prazo (1 ano), médio prazo (1 a 3 anos) e longo prazo (3 a 5 anos).

13.3 *Campus* Lagarto

Segue no quadro abaixo as demandas da comunidade do *campus* Lagarto para atendimento ao longo do período de vigência do PDI 2020-2024.

Quadro 67 - Demandas da comunidade: campus Lagarto

Categoria	Demandas	*Prazo	Observação	Status em 2021
Infraestrutura	Armários	curto	está incluído no PGC 2020	Concluído em 2021
	Academia	médio	depende de contratação de terceirizados para o acompanhamento e uso dos discentes	Não executado, o espaço foi direcionado para área fim de ensino, instalação de 2 laboratórios.
	Aquisição de cadeiras e carteiras	curto	o processo já foi realizado parcialmente	Execução parcial.
	Criação de novas salas	longo	obra será realizada com emenda constitucional, serão 5 salas	Planejado, não executado e

				sem previsão por depender de recursos externos.
	Reforma nos laboratórios	médio	contratado esquadria, serão contempladas as demandas do PGC 2020, bem como, realização de pintura geral	Executado parcialmente, recuperação de esquadria em alguns laboratórios.
	Maior fiscalização na entrada e saída do <i>campus</i>	médio	projeto de modificação da entrada e implantação de cancela eletrônica, já solicitado no PGC	Planejado
	Espaço de vivência	longo	obra em curso	Concluído
	Aumento no limite de livros para empréstimos	médio	demanda discente para a realização se faz necessário alteração do regulamento	Planejado
	Inclusão de bicicletário	médio	-	-
	Acessibilidade	longo	já existe projeto, aguardando liberação de recurso para execução	Planejado
	Ar-condicionado	médio	realizado parcialmente, ainda existem demandas	Em execução
	Computadores	médio	depende de disponibilidade orçamentária (recursos de capital)	Realizado parcialmente
	Infraestrutura	longo	depende de disponibilidade orçamentária (recursos de capital)	Planejado
	Laboratórios	longo	aumentar o número e modernização	Implantados 3 novos laboratórios, execução parcial.
	Livros na biblioteca	médio	aumentar o acervo	Em execução
	Refeitório	-	-	-
Pessoas	Assédio	curto	ampliar o programa	Em execução
	Capacitação Docente	-	depende de disponibilidade orçamentária	Execução parcial
	Capacitações TAEs	-	depende de disponibilidade orçamentária	Execução parcial
	Pedagogos	médio	recomposição com mais um	Planejado
	Redução da carga horária dos TAEs	-	-	-
Ensino, Pesquisa e Extensão	Aulas práticas	-	aumentar o número	-
	Conselho de <i>campus</i>	curto	regulamentar	Não executado
	Educação ambiental	curto	ampliar frentes de trabalho nessa área	Não executado
	Espaço para professores	-	-	-
	Estágio	curto	fomentar parcerias com as empresas	Não executado

	Número maior de visitas técnicas	médio	aguardando reforma do Ensino Médio Integrador	Planejado
	Maior incentivo aos discentes desenvolverem projetos tecnológicos e científicos	médio	Projeto Integrador do EMI	Em execução
	Mestrado em Licenciatura em Física	médio	-	-
	Redução da carga horária discente	médio	-	Concluído
	Novos cursos: Especialização em Educação Integrada (<i>Lato Sensu</i>) Engenharia Mecânica (graduação) Ensino Médio Integrado em Mecânica Técnico em Radiologia Técnico em Sistema de Energia Renovável- Cursos FICs – Internet das Coisas, Tecnologia Reversa, Educação Ambiental, Redes, Robótica, Desenho por Computador e Mecânica de Auto	longo	realizar estudos de viabilidade da oferta e previsão no PDI no quadro de oferta e vagas	Planejado

*Prazo: curto prazo (1 ano), médio prazo (1 a 3 anos) e longo prazo (3 a 5 anos).

13.4 Campus Itabaiana

Segue no quadro abaixo as demandas da comunidade do *campus* Itabaiana para atendimento ao longo do período de vigência do PDI 2020-2024.

Quadro 68 - Demandas da comunidade: *campus* Itabaiana

Categoria	Demandas	*Prazo	Observação	Status em 2021
Infraestrutura	Área de convivência para servidores	Longo	Condicionado a liberação de recursos financeiros e projeto de ampliação	Planejado
	Quadra de esportes	Médio	Condicionado a liberação de recursos financeiros e projeto de ampliação	Em andamento
	Espaço para caminhada /corrida ao redor da área desocupada	Longo	Condicionado a liberação de recursos financeiros (extra - orçamentário) e projeto de ampliação	Planejado
	Garagem para os carros oficiais	Longo	Condicionado a liberação de recursos financeiros e projeto de ampliação	Planejado
	Cobertura do estacionamento	Longo	Condicionado a liberação de recursos financeiros	Planejado
	Construção de um auditório maior	Longo	Condicionado a liberação de recursos financeiros e projeto de ampliação	Planejado

	Construção de mais salas de aula	Longo	Condicionado a liberação de recursos financeiros e projeto de ampliação	Planejado
	Implantação de sistemas de segurança com câmeras	Médio	Condicionado a liberação de recursos financeiros	Planejado
	Uso de energia solar	Longo	Condicionado a liberação de recursos financeiros	Planejado
	Academia	Longo	Condicionado a liberação de recursos financeiros e projeto de ampliação	Planejado
	Sistema de controle digital de entrada dos alunos na escola	Médio	Condicionado a liberação de recursos financeiros, projeto e licitação	Planejado
	Melhorar a segurança do <i>campus</i> Itabaiana, realizando uma triagem na portaria, identificando quem entra, quem sai e para qual setor se destina	Curto	Já ficou acordado com a prestadora de serviços de vigilância, que fará esse controle na entrada.	Executado
	Computadores novos	Médio	No aguardo da compra sistêmica, conforme demanda previamente formalizada.	Planejado
	Reprografia	Longo	Em processo de abertura de licitação	Planejado
Pesquisa e Extensão	Curso consolidado de aulas de línguas estrangeiras a diversos públicos	Longo	Condicionado a elaboração e execução de projetos por parte dos docentes da área de línguas estrangeiras.	Planejado
	Maior aproximação com o mercado local, fomentando a pesquisa social	Médio	Condicionado a elaboração e execução de projetos por parte dos docentes e/ou técnicos administrativos	Planejado
	Projetos de extensão cultural: teatro, canto e violão, como os ofertados pela PROPEX	Médio	Edital e parcerias	Planejado
	Mais projetos de pesquisa e extensão para técnicos administrativos e docentes	Médio	Condicionado a elaboração e execução de projetos por parte dos docentes e/ou técnicos administrativos	Em andamento
	Maior integração das áreas sistêmicas com o <i>campus</i> , expandindo ações de extensão e diálogo com a unidade	Médio	A integração sistêmica já está ocorrendo de forma inicial.	Em andamento
	Novos laboratórios de informática para ampliação de cursos de informática existentes e que irão iniciar	Longo	Condicionado a recursos orçamentários	Planejado
	Redefinição de cursos mediante demandas	Médio	Em elaboração de demanda	Em andamento
	Cursos FIC	Médio	Em elaboração de demanda	Em andamento

Ensino	Melhorar a estrutura dos laboratórios	Médio	A depender da demanda suscitada pelos interessados, uma vez que nos laboratórios existentes, já há uma estrutura física compatível para a finalidade a que são destinados.	Planejado
	No curso de logística, sugiro aulas práticas do uso de software e nos laboratórios	Médio	A depender da demanda formalizada pela coordenação e docentes do curso para aquisição dos softwares	Planejado
	Formação pedagógica para professores	Médio	A depender da elaboração e execução do Plano de Capacitação Docente	Planejado
Gestão	Criação do Conselho de <i>campus</i>	Longo	A depender da reestruturação regimental do IFS	Planejado
Pessoas	Planejamento para capacitação docente com normatização específica, como tempo no serviço público	Médio	Já existe um regulamento geral de afastamento para capacitação e a gerência de ensino está constituindo uma comissão para tratar dessa regulamentação interna, em consonância com o regulamento geral.	Planejado
	Contratação de mais técnicos administrativos	Longo	Contratação de servidores é algo sistêmico, e depende de liberação de código de vagas e concurso.	Planejado
	Projetos de Saúde do servidor	Médio	Elaboração do projeto em andamento	Em andamento

*Prazo: curto prazo (1 ano), médio prazo (1 a 3 anos) e longo prazo (3 a 5 anos).

13.5 *Campus* Estância

Segue no quadro abaixo as demandas da comunidade do *campus* Estância para atendimento ao longo do período de vigência do PDI 2020-2024.

Quadro 69 - Demandas da comunidade: *campus* Estância

Categoria	Demandas	*Prazo	Observação	Status em 2021
Infraestrutura	Investir em pessoal e material de consumo para melhorar as aulas práticas	Curto	O <i>campus</i> está com dois processos em andamento visando à aquisição de material de consumo para as aulas práticas.	Em andamento
	Ampliar recurso de assistência estudantil	Longo	Em face da pandemia e dos auxílios que foram implementados, tivemos um	Atendido parcialmente

Categoria	Demandas	*Prazo	Observação	Status em 2021
			alcançe significativo dos auxílios concedidos	
	Ampliação da estrutura física do <i>campus</i>	Longo	A demanda será analisada futuramente, uma vez que depende de disponibilidade orçamentária.	Planejado
	Salas de aula informatizadas e interativas	Médio	A demanda será analisada futuramente, uma vez que depende de disponibilidade orçamentária.	Planejado
	Concluir e adequar o laboratório de Química e Biologia	Médio	A implantação desse laboratório encontra-se em andamento. O Campus Estância participou como unidade supridora do pregão que visa aquisição desses materiais	Em atendimento
	Implantar mais um laboratório de informática	Longo	O <i>campus</i> Estância conta com quatro laboratórios de informática. Apenas dois deles estavam em condições adequadas de uso. Com a aprovação do projeto de emenda parlamentar, conseguimos adquirir computadores para equipar os outros dois laboratórios, estando, atualmente, todos os quatro laboratórios em perfeita condição de uso. Para consulta dos discentes, ainda contamos com um espaço na biblioteca de mídias digitais.	Atendido.
	Melhorar os laboratórios de informática do <i>campus</i>	Médio	Os computadores dos laboratórios de informática foram renovados	Atendido
	Implantar um laboratório de línguas	Médio	Através de projetos de extensão o <i>campus</i> conseguiu equipamentos básicos de som e imagem, mas ainda possui carência no tocante a mobiliário e computador	Atendido
	Implantar um ateliê de desenho e plástica	Longo	Para a implantação desse ateliê será necessária a compra de duas grandes mesas com tampo de vidro, sobre as quais poderão ser realizadas diversas atividades de plástica e desenho. Sua localização será na Sala 5. Espaço necessário para uma possível expansão dos cursos na área de design de interiores	Em atendimento
	Construir um bloco de laboratórios	Longo	A demanda será analisada futuramente, uma vez que depende de disponibilidade orçamentária.	Planejado

Categoria	Demandas	*Prazo	Observação	Status em 2021
	Implantar laboratório de hidráulica	Longo	O laboratório de hidráulica foi concluído	Atendido.
	Equipar laboratórios existentes	Médio	Alguns laboratórios já passaram por melhorias, a exemplo o de informática e hidráulica	Atendido parcialmente.
	Construir galpões para aulas práticas de construção civil	Longo	Aguardando disponibilidade orçamentária que possibilite a construção dos galpões	Planejado
	Ampliação do acervo da biblioteca	Médio	A ampliação solicitada será feita, prioritariamente, quando for aprovada a abertura de um novo curso	Planejado
	Melhorias na estrutura da biblioteca no tocante às infiltrações no teto, ampliação da sala de leitura, mobiliário	Curto	As infiltrações foram tratadas com aquisições de mantas térmicas, ficando pendentes a ampliação da sala de leitura e mobiliário	Atendido parcialmente.
	Adequação do layout do almoxarifado	Médio	Foi feito um projeto de adequação do almoxarifado, a sua execução depende do fornecimento das divisórias por parte da reitoria	Atendido
	Construção de uma quadra poliesportiva	Longo	A viabilidade será analisada futuramente	Planejado
	Construção de uma academia	Longo	Não existe academia no <i>campus</i> e sua viabilidade será analisada futuramente	Planejado
	Necessidade de instalação de bicicletário	Médio	Solicitação recorrente dos discentes que utilizam a bicicleta como o meio de locomoção para chegar ao <i>campus</i>	A demanda foi incluída no nosso Plano de Ação 2022
	Construção de coberturas para os veículos pertencentes a frota do <i>campus</i>	Médio	O processo foi finalizado e estamos aguardando a entrega por parte da Empresa	Em atendimento.
	Arborização do estacionamento	Longo	Já iniciamos a arborização em alguns espaços do <i>campus</i> , inclusive o espaço destinado ao estacionamento e para 2022 iremos implementar o projeto Florescer	Atendido parcialmente.
	Aquisição de uma Van	Longo	A aquisição possibilitará viagens com grupos menores, uma vez que não possuímos veículos de porte intermediário.	A demanda foi encaminhada à PROAD e está aguardando posicionamento da reitoria uma vez que depende de disponibilidade orçamentária..
	Aquisição de um micro-ônibus	Longo	A aquisição possibilitará viagens com grupos menores,	A demanda já foi

Categoria	Demandas	*Prazo	Observação	Status em 2021
			uma vez que não possuímos veículos de porte intermediário.	encaminhada à PROAD e está aguardando posicionamento da reitoria uma vez que depende de disponibilidade orçamentária.
	Melhorar a rede de Wi-fi	Curto	A CTI do <i>campus</i> realizou o remanejamento dos rádios transmissores e pontos de acesso, entretanto as ações de melhoria estão sendo realizadas de forma contínua	Atendido.
	Finalizar a instalação dos ar condicionados	Curto	Todos os aparelhos de ar-condicionado já foram instalados, entretanto para a utilização de forma segura será necessária a adequação da rede elétrica	Atendido.
	Acrescentar mais mesas na área de vivência	Médio	O <i>campus</i> Estância adquiriu 20 mesas e 80 cadeiras destinadas à área de vivência	Atendido.
	Espaço destinado ao descanso e integração dos servidores nos intervalos entre as jornadas de trabalho	Médio	Encontra-se em execução a construção de um redário e espaço de vivência destinados aos servidores)	Atendido.
	Área de descanso para docente	Médio	Houve uma adequação de layout para otimização de espaço na sala dos professores e, além disso, encontra-se em execução a construção de um redário como espaço de vivência destinado a todos os servidores)	Atendido.
Pessoas	Capacitação periódica dos professores	Curto	Os professores passaram ao longo do exercício de 2020 por diversas atividades de capacitação	Atendido
	Contratação de novos professores	Médio	O <i>campus</i> Estância foi contemplado com a chegada de 06 novos docentes	Atendido
	Contratação de professor na área de geotécnica para o curso de Engenharia Civil	Curto	A demanda está em processo de atendimento através de processo de redistribuição de docente oriundo do IFAM	Em andamento.
	Melhorias no setor médico com aquisição de medicamentos, equipamentos e contratação de médico e dentista	Médio	Houve aquisição de medicamentos e alguns equipamentos destinados à Cose, entretanto não existe previsão de contratação de Médico e Dentista	Atendido parcialmente

Categoria	Demandas	*Prazo	Observação	Status em 2021
	para compor a equipe da COSE			
Processos	Melhorias nos procedimentos de gestão documental do <i>campus</i> com adequação dos espaços físicos que possibilite a transferência do arquivo setorial para o intermediário	Médio	O <i>campus</i> realizou algumas modificações visando à adequação física do arquivo.	Atendido parcialmente
	Implementação de políticas para reduzir o consumo de água e energia no <i>campus</i>	Curto	A campanha de conscientização para o uso racional de energia e água é realizada de forma contínua ao longo do ano	Atendido.
Ensino, Pesquisa e Extensão	Abertura de novos cursos técnicos e superiores	Longo	Em estudo de viabilidade	Planejado
	Abertura de cursos de licenciatura	Longo	Em estudo de viabilidade	Planejado
	Abertura do Integrado em Jogos Digitais	Curto	Atendido parcialmente. Previsão de curso FIC em jogos integrados para os períodos 2021.1 e 2021.2	Em andamento
	Abertura de curso superior na área de Tecnologia da Informação	Longo	Em estudo de viabilidade	Planejado
	Flexibilização dos currículos dos cursos	Longo	Aguardando publicação de portaria de reformulação de PPC pela PROEN	Em andamento
	Aumentar o número de visitas técnicas de imersão realizadas pela DIAE	Médio	O cumprimento dessa demanda foi prejudicado em decorrência da pandemia causada pela COVID-19	Planejado
	Avaliar as demandas locais para abrir cursos alinhados com a necessidade da região onde estão inseridos	Curto	A abertura de um novo curso sempre contemplará estudo o estudo de viabilidade a partir da análise dos arranjos produtivos locais	Atendido.
	Cursos preparatórios para ingresso dos estudantes nos cursos integrados do <i>campus</i>	Médio	Necessidade de verificar viabilidade de execução, em razão da carga horária docente	Planejado
	Melhorias no ensino	Curto	O questionário já foi aplicado em 2021. O objetivo é tornar uma ação contínua.	Em atendimento
	Aumentar a oferta de projetos de pesquisa e extensão	Médio	No momento o <i>campus</i> Estância tem 42 projetos em andamento sendo 27 de pesquisa, 7 de extensão e 8 de inovação	Atendido.

Categoria	Demandas	*Prazo	Observação	Status em 2021
	Criação de ferramenta de melhoria da relação do <i>campus</i> com instituições privadas para fomentar estágios	Médio	Verificar junto ao Núcleo de Estágio as possibilidades para atender essa demanda	Planejado
	Realizar parceria com empresas da região para consolidar um programa de estágio	Curto	Devido à pandemia causada pela COVID-19 algumas ações previstas para o estágio foram prejudicadas, entretanto houve formalização de convênio de estágio com 02 empresas	Atendido
Gestão	Instrumento de Avaliação institucional do <i>campus</i>	Médio	Essa demanda consta do Plano Anual de Trabalho 2022	Necessidade de estudo para criação de instrumento e aspectos de avaliação

*Prazo: curto prazo (1 ano), médio prazo (1 a 3 anos) e longo prazo (3 a 5 anos).

13.6 *Campus* Glória

Segue no quadro abaixo as demandas da comunidade do *campus* Glória para atendimento ao longo do período de vigência do PDI 2020-2024.

Quadro 70 - Demandas da comunidade: campus Glória

Categoria	Demandas	*Prazo	Observação	Status em 2021
Infraestrutura	Ambiente de convívio para discentes	Médio	Aguardando a conclusão da obra do <i>campus</i> .	Atendido
	Laboratórios mais amplos	Médio	Aguardando a conclusão da obra do <i>campus</i> .	Atendido
	Estruturação dos laboratórios	Médio	Condicionado a liberação de recursos orçamentários	Planejado
	Melhoria na qualidade da internet	Médio	-	Planejado
	Licitação para Cantina	Médio	Aguardando a conclusão da obra do <i>campus</i> .	Planejado
	Melhoria na climatização	Médio	Condicionado a liberação de recursos orçamentários	Planejado
	Setor de saúde escolar	Longo	-	Planejado
	Pavimentação do acesso a sede própria do <i>campus</i>	Longo	Condicionado a liberação de recursos orçamentários	Planejado
	Biblioteca mais ampla	Médio	Aguardando a conclusão da obra do <i>campus</i> .	Atendido
Pessoas	Atendimento psicológico aos servidores	Médio	-	Planejado
	Programa de qualidade de vida	Longo	-	Planejado
	Redução da carga horária dos cursos	Médio	-	Planejado

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS

Avenida Jorge Amado, 1551 - Loteamento Garcia Bairro Jardins - Aracaju / Sergipe
CEP. 49025-330 - Tel.: 55 (79) 3711-1400 / e-mail: reitoria@ifs.edu.br / site: www.ifs.edu.br

Ensino, Pesquisa e Extensão	Implementação do Grêmio Estudantil	Médio	-	Planejado
	Atualização dos valores dos auxílios estudantis	Curto	-	Planejado
	Ampliação de convênios estágios	Médio	-	Planejado

*Prazo: curto prazo (1 ano), médio prazo (1 a 3 anos) e longo prazo (3 a 5 anos).

13.7 *Campus Propriá*

Segue no quadro abaixo as demandas da comunidade do *campus Propriá* para atendimento ao longo do período de vigência do PDI 2020- 2024

Quadro 71 - Demandas da comunidade: campus Propriá

Categoria	Demandas	Prazo*	Observação	Status em 2021
Infraestrutura	Auditório climatizado	Curto	Estamos em espaço provisório locado. Entretanto, no prédio definitivo o Auditório será climatizado.	Em andamento
	Espaço de convivência para os servidores	Curto	Estamos em espaço provisório locado, temos uma copa para esse fim. Entretanto, no prédio definitivo há previsão de um local mais adequado.	Em andamento
	Uma sala de estudos seria bem legal	Curto	Estamos em espaço provisório locado, temos um espaço na biblioteca para esse fim. Entretanto, no prédio definitivo há previsão de um local mais adequado.	Em andamento
	Ampliação da oferta de cursos	Médio	Estamos em espaço provisório locado, temos limitações de salas. Entretanto, no prédio definitivo há previsão da ampliação de novos cursos.	Em andamento
	Espaço de convivência	Curto	Estamos em espaço provisório locado, temos uma copa para esse fim. Entretanto, no prédio definitivo há previsão de um espaço de convivência bem maior.	Em andamento
	Mais equipamentos para aulas práticas	Médio	Foram adquiridos novos equipamentos e há previsão para novas aquisições.	Em andamento
	Maior espaço da biblioteca	Curto	Estamos em espaço provisório locado, temos um espaço na biblioteca para esse fim.	Em andamento

Categoria	Demandas	Prazo*	Observação	Status em 2021
			Entretanto, no prédio definitivo há previsão de um local mais adequado.	
	Copa climatizada	Curto	Estamos em espaço provisório locado, temos uma copa para esse fim. Entretanto, no prédio definitivo há previsão de um local mais adequado.	Em andamento
	Espaço de refeição para os estudantes	Curto	Estamos em espaço provisório locado, temos uma copa para esse fim. Entretanto, no prédio definitivo há previsão de um local mais adequado.	Em andamento
	Uma sala ampla	Curto	Estamos em espaço provisório locado, temos limitações de espaço. Entretanto, no prédio definitivo haverá espaço para esse fim.	Em andamento
	Criação de uma quadra para a prática esportiva, bem como outros espaços	Longo	Estamos em espaço provisório locado, temos limitações de espaço. Entretanto, no prédio definitivo haverá espaço para esse fim.	Planejado
Pessoas	Atividades de relaxamento	Curto	Esse item será adicionado no Planejamento. Entretanto, já existem alguns eventos criados com a finalidade de promover a integração e descontração dos servidores.	Em andamento
	Atividades de relaxamento	Curto	Esse item será adicionado no Planejamento. Entretanto, já existem alguns eventos criados com a finalidade de promover a integração e descontração dos servidores.	Em andamento
Ensino, Pesquisa e Extensão	Mais cursos diferenciados	Longo	Estamos em espaço provisório locado, temos limitações de salas. Entretanto, no prédio definitivo há previsão da ampliação de novos cursos.	Em andamento
	Cursos na área ambiental	Longo	Estamos em espaço provisório locado, temos limitações de salas. Entretanto, no prédio definitivo há previsão da ampliação de novos cursos.	Em andamento

Categoria	Demandas	Prazo*	Observação	Status em 2021
	Curso de pedagogia	Longo	Estamos em espaço provisório locado, temos limitações de salas. Entretanto, no prédio definitivo há previsão da ampliação de novos cursos.	Planejado
	Curso de Administração	Longo	Estamos em espaço provisório locado, temos limitações de salas. Entretanto, no prédio definitivo há previsão da ampliação de novos cursos.	Planejado
	Curso de inglês	Longo	Estamos em espaço provisório locado, temos limitações de salas. Entretanto, no prédio definitivo há previsão da ampliação de novos cursos.	Planejado
	Curso de redes de computadores	Longo	Estamos em espaço provisório locado, temos limitações de salas. Entretanto, no prédio definitivo há previsão da ampliação de novos cursos.	Planejado
	Superior à noite	Médio	Haverá possibilidades no futuro para esta demanda.	Planejado
	Aulas práticas	Curto	Foram adquiridos novos equipamentos e há previsão para novas aquisições.	Em andamento
	Quero mais prática no curso de manutenção de computadores	Médio	Foram adquiridos novos equipamentos e há previsão para novas aquisições.	Em andamento
	Mais visitas técnicas ao MAKAI	Médio	Poderão ocorrer de acordo com o planejamento institucional	Planejado

*Prazo: curto prazo (1 ano), médio prazo (1 a 3 anos) e longo prazo (3 a 5 anos).

13.8 *Campus* Tobias Barreto

Segue no quadro abaixo as demandas da comunidade do *campus* Tobias Barreto para atendimento ao longo do período de vigência do PDI 2020-2024.

Quadro 72 - Demandas da comunidade: campus Tobias Barreto

Categoria	Demandas	*Prazo	Observação	Status em 2021
Infraestrutura	Laboratório de informática para o curso de comércio	Médio	Condicionada a disponibilidade orçamentária e financeira.	Planejado
	Aquisição de ônibus para transporte escolar do próprio IFS	Longo	Condicionada a disponibilidade orçamentária e financeira.	Planejado
	Quadra de esporte	Longo	Condicionada a disponibilidade orçamentária e projeto.	Planejado
	Cobertura do estacionamento	Médio	Condicionada a disponibilidade orçamentária e financeira.	Planejado
	Cantina	Médio	Condicionada a disponibilidade orçamentária e projeto.	Planejado
	100 becas e acessórios para disponibilizar aos alunos que estão se formando	Médio	Condicionada a disponibilidade orçamentária e financeira.	Planejado
	Laboratório para aula prática de redes de computadores	Médio	Condicionada a disponibilidade orçamentária e financeira.	Planejado
	Software de jogos empresariais	Médio	Condicionada a disponibilidade orçamentária e financeira.	Planejado
Pessoas	Política de humanização para os servidores	Curto	-	Planejado
	Ginástica laboral	Médio	-	Planejado
	Treinamento na área contábil e financeira	Médio	Condicionada a recursos de capacitação	Planejado
	Oficinas de gestão para as coordenações do <i>campus</i>	Médio	-	Planejado
Processos	Melhorar a publicidade e comunicação	Curto	-	Planejado
	Gestão documental	Médio	-	Planejado
	Elaboração de manuais, procedimentos e instruções de trabalho	Médio	-	Planejado
	Programa de sustentabilidade	Médio	-	Planejado
Ensino, Pesquisa e Extensão	Oferta de curso em EAD	Médio	-	Planejado
	Núcleo de idiomas	Longo	-	Planejado
	Ensino integrado	Médio	-	Planejado
	Gincanas do conhecimento	Longo	-	Planejado
	Curso de bacharelado em Administração e Tecnólogo em Desenvolvimento de Sistemas	Médio	-	Planejado

*Prazo: curto prazo (1 ano), médio prazo (1 a 3 anos) e longo prazo (3 a 5 anos).

13.9 Campus Socorro

Segue no quadro abaixo as demandas da comunidade do *campus* Socorro para atendimento ao longo do período de vigência do PDI 2020-2024.

Quadro 73 - Demandas da comunidade: campus Socorro

Categoria	Demandas	Prazo	Observação	Status em 2021
Infraestrutura	Construção da Didática	Médio	Condicionado a disponibilidade de recursos orçamentários (extraorçamentários) e projetos.	Planejado
	Aquisição de 80 carteiras escolares	Curto	Condicionado a disponibilidade de recursos orçamentários (extraorçamentários) e projetos.	Planejado
	Cantina	Médio	Condicionado a disponibilidade de recursos orçamentários (extraorçamentários) e projetos.	Planejado
	Área de convivência estudantil	Médio	Condicionado a disponibilidade de recursos orçamentários (extraorçamentários) e projeto.	Planejado
	Cochilódromo para servidores	Médio	Condicionado a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros	Planejado
	Catraca eletrônica	Médio	Condicionado a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros	Planejado
	Divisórias para Coordenadoria de Registro Escolar - CRE	Médio	Condicionado a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros	Realizado
	Quadra de esportes	Médio	Condicionado a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros	Planejado
	Banheiros com chuveiros	Médio	Condicionado a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros	Planejado
	Ampliação do número de laboratórios	Médio	Condicionado a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros	Planejado
	Cobertura para estacionamento de veículos	Médio	Condicionado a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros	Planejado
	Piso Tátil	Médio	Condicionado a disponibilidade de	Planejado

			recursos orçamentários e financeiros	
	Plantar mudas de Plantas frutíferas	Médio	-	Realizado
	Colocar projetor em todas as salas	Médio	Condicionado a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros	Planejado
	Aquisição de um Ônibus	Longo	Condicionado a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros	Planejado
Pessoas	Gestão de pessoas nos <i>campi</i>	Médio	-	Planejado
	Cursos de capacitação para servidores	Curto	-	Realizado
Processos	Implementação de um Plano de Comunicação Vertical entre Pró-Reitorias, departamentos e coordenadorias afins para padronizar os processos de trabalho no âmbito do IFS	Médio	-	Planejado
Ensino, Pesquisa e Extensão	Visitas técnicas	Curto	-	Planejado
	Ampliação da oferta de cursos (Curso Técnico em segurança do Trabalho, Curso Integrado em Manutenção em Informática, Licenciatura em matemática, Técnico em Eletrotécnica, FIC de eletricitista residencial e predial)	Longo	-	Ver no capítulo da oferta de cursos e vagas

*Prazo: curto prazo (1 ano), médio prazo (1 a 3 anos) e longo prazo (3 a 5 anos).

13.10 *Campus* Poço Redondo

Em fase de implantação.

14. Referências

BRASIL. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio: Documento Base. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>. Acesso em: 11 de março de 2019.

BRASIL. **Formação de Professores de Nível Médio: Áreas de Conhecimento e Integração Curricular. Etapa I, Caderno 4.** Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2013a. Disponível em: <<http://observatoriodajuventude.ufmg.br/pactomg/images/cadernos/CADERNO4.pdf>>. Acesso em: 11 de março de 2019.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013b. 542p.

BRASIL. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF: Imprensa Nacional, 14 jul. 2006. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm>. Acesso em: 14 jul. 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF: Imprensa Nacional, 05 nov. 2010. Seção 1, p. 01-01. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7352-4-novembro-2010-609343-publicacaooriginal-130614-pe.html>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União.** 100. ed. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 26 maio 2017. Seção 1, p. 03-03. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20238603/do1-2017-05-26-decreto-n-9-057-de-25-de-maio-de-2017-20238503>. Acesso em: 25 jul. 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 20 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF: Imprensa Nacional, 20 jul. 2010. Seção 1. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). <http://dx.doi.org/10.15628/rbept.2008.2862>. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 25 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF: Imprensa Oficial, 15 abr. 2004. Seção 1, p. 03-03. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-10861-14-abril-2004-531708-publicacaooriginal-13666-pl.html>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394,

de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 26 set. 2011. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 26 set. 2011.

BRASIL. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 17 jul. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm>. Acesso em: 24 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 30 dez. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 24 jul. 2019.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. Col. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ClAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Trabalho necessário**, Niterói, ano 3, núm 3, 2005. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>>. Acesso em: 11 de março de 2019.

CNE/CP. Resolução nº 3, de 18 de dezembro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 23 dez. 2002. Seção 1, p. 162-162. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

CNE/CP. Resolução nº 02, de 01 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 02 jul. 2015. Seção 1, p. 8-12. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

CNE/CP. Resolução nº 7, de 11 de dezembro de 2017. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *stricto sensu*. **Diário Nacional**.

Brasília, DF: Imprensa Nacional, 12 dez. 2017. Seção 1, p. 21-21. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=78281-rces007-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 24 jul. 2019.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA - CONIF. **Diretrizes Indutoras para a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio na Rede Federal De Educação Profissional, Científica E Tecnológica**. Brasília, 2018. 18 p.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP. **Curso Planejamento Estratégico para Organizações Públicas**. Brasília, 2017.

FRIGOTTO, G. Tecnologia. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2009. Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/tec.html>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

GADOTTI, M. **Dimensão política do projeto pedagógico da escola**. Petrópolis: **Pedagogia da Terra**, 2000. Disponível em: <<http://portal.iadebrasil.com.br/pos/biblioteca/alfabetizacao-letramento/modulo1/pdf/22%20Projeto%20Pol%C3%ADtico%20Gadotti.pdf>> . Acesso em: 05 ago. 2019.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s.l.], v. 1, n. 1, p.8-22, 29 jul. 2015. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). <http://dx.doi.org/10.15628/rbept.2008.2862>. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2862>> . Acesso em: 25 jul. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos: Educação Profissional Técnica de Nível Médio - Documento Base**. Brasília: MEC/SETEC, 2007. 72 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2019.

PICONEZ, S. C. B. (Org.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. Campinas: Papyrus, 2016.

SAVIANI, D. O choque teórico da politecnicidade. **Trabalho, Educação e saúde**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, 2003.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. Trad. Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro. 2018.

VIEIRA, Josimar; VIEIRA, Marilandi; BELUCAR, Maria. Formação continuada de professores da Educação Profissional: particularidades e ações necessárias. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, [s.l.], v. 4, n. 10, p.100-117, 27 fev. 2018. Revista Eletronica Cientifica Ensino Interdisciplinar. <http://dx.doi.org/10.21920/recei72018410100117>. Disponível em: <<http://periodicos.uern.br/index.php/RECEI/article/view/2518/1535>>. Acesso em: 25 jul. 2019.